



Diego Carvalho Corrêa

O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971).

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, 2011.

Ficha Catalográfica
Biblioteca Julieta Carteado

Corrêa, Diego Carvalho.

C841f O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971) / Diego Carvalho Corrêa. - 2011. 124f.

Orientador: Prof. Eurelino Teixeira Coelho Neto

Dissertação (Mestrado em Historia) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História.

1. Feira de Santana, BA - Modernização. 2. Feira de Santana, BA – Governo - João Durval Carneiro. 3. Feira de Santana – História. I. Coelho Neto, Eurelino Teixeira (Orient). II. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 981(814.22)

Diego Carvalho Corrêa

O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971).

Dissertação do Curso Mestrado em História, apresentado à Banca Examinadora na Universidade Estadual Feira de Santana, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto.

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, 2011.

Banca Examinadora

Feira de Santana, _____ de agosto de 2011.

Professora. Dra. Maria Leticia Corrêa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Alves Dias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto
Universidade Estadual de Feira de Santana
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Para começar devo fazer o que todos fazem e agradecer a família, que hoje são minha mãe, irmã e pai, principalmente a irmã e mãe, que é com quem moro e a quem dou trabalho, amo muito as duas. Em segundo lugar a minha tia Sandra, companheira de bebedeiras que eu amo muito também e seus filhos Bruno e Dani, esses cinco são minha família de sangue e alma. Acho que gastaria mais páginas do que no mirrado texto da dissertação para agradecer meus amigos todos que são milhares e sempre andam em bandos. Mas em especial citarei o nome de alguns, em primeiro lugar Yuri Atanásio, que merece estar sempre junto a minha mãe e irmã, e a minha tia e filhos, pois é meu grande irmão, sempre me deu força para tudo e sempre estamos juntos, no que compete claro, irmão, até sempre. Lembra a teu pai, Cremildo, que muito incentivou este texto, da minha herança.

A CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudos oferecida sem a qual não teria tido condições de concluir o curso.

Aos companheiros de luta e batalhas, Maria Araújo que é meu amor também, Seu Edson da Rua Nova, Carminha do movimento negro, Manoel Aquino e Macêdo do Afoxé Pomba de Malê, Maria da Paixão (*in memoriam*), Solange Guerra, e muitos outros, milhares para falar a verdade. Aos povos indígenas da Bahia pela oportunidade de aproximação das lutas, a comunidade Tuxá nas pessoas de Juninho, Sandro, Fabinho e Socorro. Aos tupinambás da Serra do Padeiro, Célia e Babau. A Ana Magda, antropóloga que muito me ensinou e me deu o prazer da companhia na luta, a Cristiane antropóloga que me iniciou nos choques historiográficos.

Aos *rappers* do Efeito Zumbi, minha banda preferida na cidade, Zói, Leo, Lito, Du, e agora Da Cross, parceiros de luta, frases de efeito com muito rap. Novos companheiros de Santa Bárbara; Marcinho, Nina, Vânia, Sinésio e Hugo, comparsa mais antigo, meu irmão também, estaremos sempre juntos. Aos companheiros do Feira Coletivo Cultural, Jó, Paulo e todos os outros, agora terei mais tempo pra me dedicar a este, talvez... Ao sindicato de trabalhadores rurais da cidade. Ao movimento estudantil, aos milhares de amigos da UEFS.

Em especial gostaria de agradecer a Wilson Mário, jornalista dedicado, que agora demonstra mais valores para nós com seu empenho em pesquisar a guerrilha no município, promessa de textos prósperos que já mostrou resultados. Agradeço muito a

documentação cedida por você, abração amigo. Na UEFS temos que lembrar sempre do Labelu, onde as minhas pesquisas se desenvolvem e ganham coletivamente o formato de seminários e de textos de História, galera, aquele abraço.

Meus amigos e amigas, Lívia Gozzer, Luana, Lívia Blumetti, meu irmão gordinho Chintamani, Mel, Aline feia e Tiago meu fã nº1, sempre tentando disputar Emília comigo, “A pala Revista” e a saga de alguns jumentos celestinos como nós que tentam oferecer ao público externo à UEFS uma leitura de sua cidade. Rafael, meu irmão, João meu irmão, Henrique, Will, André, todos muito bons. Matheus “Massacration”, Binho cabeça de pão, Dom Maths, Luís Gabriel, Mateus Pessoa, Rã, Vitor Moraes meu poeta, Tiago galego (branco da peste), meu irmão gringo. Ao monte de amigos eu tenho como Thaia. A todas as meninas que eu adoro. NayFac, minha irmãzinha, minha superamiga. A Adilson, dono do espaço onde eu produzi a maior parte do texto, quase que ele quem me dá o título, grande amigo que sempre me apoiou.

Minha novíssima e linda família, Carol meu amor, irmãzinha, Tininha linda e a minha sogra que é igualmente linda. A Emília Maria, meu ”amorção”, grandíssima amiga.

A Zani, meu amigão do Jeca Total, valeu as contas no bar e a amizade, muitas conversas amigas.

Ao meu orientador, que acho que com toda a capacidade e talento que tem como gigante da História, e muito disso compartilhou comigo, me ensinou muito mais sobre compreensão e amizade, Coelho você realmente é meu grande amigo, estaremos juntos sempre, com você pagando a conta do bar. A Che e o Sup. Marcos que me ensinaram sobre a sensibilidade de um homem, sobre o mundo que vivemos, me inspiraram na luta, *hasta siempre!*

A Elizete Silva, coordenadora do programa, muito inteligente e esforçada, sempre apoiou muito todos os seus discentes e muito fez por esta universidade, tanto no campo da pesquisa como da luta política por avanços.

Aos professores, Rinado Leite, Márcia Barreiros, Ione, Onildo Reis, Charles, Ricardo e tantos outros que muito me ajudaram. Minha turma de graduação, Fabrício e Acma, Rodolfo, Ricardo (negão), Saulo, Celeste, Joice, a todos os outros, meus amigos. Minha turma de mestrado, principalmente Lú minha amiga, Manu, Tom, Davi (meu irmão) e todos os outros.

Em especial agradeço ao amado mestre dos magos, Rogério Fátima (*in memoriam*), por tudo, pelos segredos contados, pela atenção e cuidado como se fosse um filho seu.

Andreifuss e Lari Penelu, meus grandes amigos para sempre, por tudo, pesquisa em que foram fundamentais por seus conhecimentos, agradeço muito. Diana do colegiado de História, minha mãe também, e a todos do DCHF, aos funcionários da ACMAV, Ana, Marinalva e todos os outros. Yole e Danilo amigos de tempos, apoiadores de sempre. A Zé Carlos (Neno), reitor desta universidade, amigo e companheiro de luta, obrigado pela minha qualificação que esteve presente, agradeço também a José Dias que igualmente debateu meu texto.

A todos que eu lembrei e aqueles que o tempo não deixou escrever, são milhares e milhares. A Cristal e seus fraternais, sempre terá alguém olhado por vocês.

Minha linda Itana, meiga, sensível, delicada, compreensível, companheira em tudo, cuidadosa e carinhosa. Não cabe em palavras a admiração que tenho por você. Te amo minha linda B. Parker, minha namorada e esposa.

Para todo o povo feirense!
Que esteja com você a força!

RESUMO

Esta dissertação teve como objeto, o projeto de modernização da cidade empreendido no governo João Durval Carneiro (1967-1971) à frente da prefeitura de Feira de Santana. Sua questão norteadora foi como este sujeito se torna representante e condutor de um projeto de modernização local - que se caracterizaria como uma formulação de hegemonia – este como um *político em ato* (Gramsci). Analisamos o contexto que precede o governo de Durval, a administração do prefeito biônico Joselito Amorim (1964-1967), importante para compreendermos o momento de transição e os esforços para efetivação da modernização desenvolvimentista local sob influência do Plano de Ação Econômica. Estudamos as alianças políticas entre grupos da sociedade civil, como industriais e comerciantes, e da sociedade política, com grupos externos a cidade, frações de classe local em sincronia com o contexto nacional e baiano que favoreceu em Feira de Santana a construção e viabilização de um modelo próprio de modernização. Neste texto analisamos a UDN e a ARENA em Feira de Santana atentando para sua característica de partido organizador de um discurso do progresso e modernização da cidade no recorte entre 1954 a 1971, que ganhou força quando transformado em projeto/plano de modernização local empreendido no governo João Durval Carneiro, sujeito se torna representante e porta voz de um projeto de busca por dominação política, direção intelectual e moral da sociedade local, portanto, seu partido foi compreendido como um príncipe moderno na cidade.

Palavras-chave: modernização, João Durval, hegemonia.

ABSTRACT

This work investigated the process of urban modernization undertaken by João Durval Carneiro's government (1967-1971) in Feira de Santana. Its main question were how did Durval become representative and driver of such modernization project – which is characterized as a formulation of hegemony – and, therefore, a politician in act (Gramsci). We analyze the context that precedes Durval government, the “bionic” administration of Joselito Amorim (1964-1965), which is important for understanding the transition time and the efforts for realization of modernization under the influence of local Economic Action Plan. We studied political alliances among both civil society groups such as industrialist and businessmen, and political society agents, including groups outside the city, local class fractions synchronized with national and Bahia's context, which allowed the uprising of those particular model of modernization in Feira de Santana. We analyze also the UDN and ARENA parties in Feira de Santana, paying attention to its characteristic of organizers of a speech of progress and modernization in the city between 1954 to 1971, speech that has become stronger when turned into modernization project assumed by João Durval Carneiro's government. This mayor became representative and spokesperson for those project of political domination, intellectual and moral direction of the local society, so his party was seen as a kind of modern prince in Feira de Santana.

Key-words: modernization; João Durval Carneiro; hegemony.

SUMÁRIO

SIGLAS -----	11
Introdução -----	12
Capítulo 1: Uma cidade para o progresso.	
1. Previsões de um <i>político em ato</i> : a UDN na década de 1950. -----	18
2. A Folha Udenista. -----	24
3. A década de 1950 e João. -----	29
4. Precedentes de uma gestão renovada. -----	38
5. Renov (ação). -----	42
6. Um novo (se) Abril no Brasil. -----	47
Capítulo 2: Um progresso para cidade.	
1. Um novo (se) Abril em Feira: um presente para João! -----	55
2. O “Bicho” esteve em Feira! -----	58
3. A transição de Joselito Amorim em Feira. -----	62
4. O progresso para cidade e o reino do urbano: Feira de Santana e a inserção compulsória e voluntária (1967-1971). -----	69
5. A cidade técnica. -----	77
6. A cidade racional e a modernização em obras como política de classes. -----	80
Capítulo 3: O futuro do passado.	
1. O trabalho de enquadramento da memória pós-64. -----	85
2. O endurecimento do regime: testemunho de acusações e o ataque às oposições. - -----	91
3. A sociedade civil e o projeto de modernização da cidade. -----	97
4. A Associação Comercial de Feira de Santana. -----	101
5. Um Príncipe moderno feirense -----	105
Conclusão. -----	115
Fontes. -----	118
Referências Bibliográficas. -----	120

SIGLAS

ESG - Escola Superior de Guerra.

CONCLAP - Conselho Nacional de Classes Produtoras.

ACEFS - Associação Comercial de Feira de Santana.

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

FUNDINOR - Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste.

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado.

PEI - Política Externa Independente.

PRODEFESA - Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana.

PROINTER - Programa de Industrialização do Interior.

PSD - Partido Social Democrático.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria.

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

SESI - Serviço Social da Indústria.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

SURFEIRA - Superintendência de Urbanização de Feira de Santana.

UDN - União Democrática Nacional.

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana.

USAID - United States Agency for International Development.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa começou de uma forma quase acidental, quando me encontrei por acaso com uma matéria no jornal Folha do Norte (1967) que apresentava a vinda de uma visitante do Departamento de Estado dos EUA para a cidade, e descrevia que esta viu aqui a “maior obra administrativa do interior baiano”.¹ O texto chamou atenção, no período do encontro com o texto do jornal, estava envolvido com movimentos populares de Feira de Santana, onde enfrentávamos na forma de oposição a administração do prefeito José Ronaldo, gestão que tinha em comum com a notícia referida e as gestões estudadas nesta pesquisa, um discurso de modernização. Combatíamos esses discursos de modernização que em nossa opinião mascaravam um conjunto de problemas sociais vividos na cidade.

Particularmente incomodava o fato de que muitas pessoas, mesmo aquelas que estavam à margem dos benefícios sociais de um dito progresso, reproduziam esse discurso, naturalizando, inclusive, uma avaliação positivada do governo de João Durval na década de 1960. Movido a entender melhor a questão, resolvi ler a História local e cheguei a pesquisas em que sobressaía o período entre 1967 e 1984, aproximadamente, como momento em que teria ocorrido um processo modernizador local, com destaque para a gestão de João Durval no executivo municipal. Logo obtive a informação que José Ronaldo possuía laços políticos importantes com João Durval que teria sido seu padrinho político. Com a entrada no Laboratório de História, Memória da Esquerda e Lutas Sociais (Labelu - UEFS) em 2007, a pesquisa foi alavancada, deixando de ser em primeira pessoa para passar a terceira.

Esta dissertação teve por objeto o projeto de modernização da cidade empreendido no período em que João Durval Carneiro (1967-1971) esteve à frente da prefeitura de Feira de Santana. Qual seu papel na articulação do projeto de modernização da cidade e suas estratégias de ação política? João Durval seria o prefeito do planejamento da cidade? A que setores da sociedade feirense o projeto de modernização estava ligado? Seria uma estratégia de busca de uma hegemonia política sobre a cidade? E, por fim, qual caráter do projeto de modernização empreendido? Foram estas as questões que apontaram os caminhos para se pensar um projeto de modernização local que teria trazido as bases para projeção política, enquanto gestor de

¹ Jornal Folha do Norte, 14/01/1967.

um planejamento da cidade, de João Durval Carneiro no estado da Bahia e no Brasil, além do elevado destaque da cidade entre outras no país. Ressaltamos que queríamos compreender quais os elementos, atitudes e contexto, fizeram este sujeito ser lembrado como “grande prefeito”. Não nos interessou neste momento da pesquisa problematizar os conceitos de modernização, mas sim, identificar como surge a planificação do que alguns grupos locais chamaram de modernização da cidade e de como estes fizeram dessa ideia um projeto que escondia sentidos políticos mais amplos.

Temos a intenção de contribuir para o desenvolvimento de uma historiografia sobre a cidade e sua “modernização” a partir da década de 1950. O período proposto para a pesquisa foi palco do processo que conferiu à esta um destaque no estado e no país. Essa pesquisa ousa com certo pioneirismo no estudo da história política local, haja vista que não há nenhuma pesquisa que tenha se dedicado a investigar o referido período com o destaque temático aqui proposto.

As pesquisas desenvolvidas sobre a modernização e industrialização da cidade não aprofundaram a investigação sobre o papel político de João Durval, embora, algumas o situem como prefeito importante para o desenvolvimento da cidade no período entre 1967 e 1971. Dentre estas, a dissertação de Santos² sobre um *sonho de industrialização* local, uma utopia de modernização, não têm como objeto a prática real de João Durval e grupos locais que planejavam um modelo de cidade na cidade. Os caminhos do “sonho” a levam a refletir como se previa a cidade por um olhar de agentes externos, porém, sem pensar uma realidade projetada e articulada politicamente, concretizada nos projetos e sua aplicação por grupos, frações de classe, sujeitos locais. O “sonho” foi estudado em sua elaboração prática, sendo que João Durval foi uma personagem articuladora e desencadeadora deste(s) projeto(s) como a autora já apontava.

Para Durval fazer vencedor o seu projeto político envolveu uma série de táticas e mecanismos para consolidação de novos objetivos para a cidade, articulando o velho passado comercial e pecuarista que a cidade vivia³, com novas perspectivas de higienização, modernização acelerada, com reforma urbana, industrialização e reorganização econômica.

² SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002. (Dissertação de Mestrado)

³ Em monografia, Pacheco (2007) defende que a retirada da feira do centro da cidade, através do projeto CABANA envolveu a articulação de João Durval com setores de comerciantes que queriam um centro urbano limpo para exibição de suas vitrines posto que estas estivessem em contraste com o ‘antigo’ representado pela feira que tinha ligações com a zona rural e comercialização de seus produtos.

Para consolidar seu projeto de “modernização” local, o grupo articulou a inserção da cidade no plano nacional de modernização conservadora e descentralização da indústria, que previa o Nordeste como um dos pontos a ser beneficiado por polos industriais.

A chegada de Durval ao poder marcou o momento de avaliar a primeira fase da “revolução”⁴ e refletir sobre os novos governos e o regime civil/militar numa perspectiva progressista, que na consideração feita pelo colunista da Folha do Norte⁵, Adalberto da Costa Dórea, era um governo mais “democrático para as classes rebeldes, pois; (...) o diálogo com a classe operaria é maior, também com a estudantil”⁶. Em tempos de ditadura, na cidade o Folha Norte enunciava arrefecimento de conflitos entre os grupos sociais e, entre esses e o governo “democrático”, um ponto de chegada, a harmonia social.

A democracia aparecia no discurso das classes dominantes organizadas na ARENA, como aquilo que foi defendido e deveria se perpetuar sob o comando dos golpistas. Esta linha de intervenção refletia no seu órgão de imprensa, Folha do Norte, que defendia e definia a ditadura como a própria democracia. Não fosse a “revolução” de 31 de março, ela, a democracia, iria ser destituída pelos trabalhadores e o governo sindicalista de Goulart na presidência da república e com Chico Pinto na prefeitura de Feira de Santana.

No recorte temporal indicado, as realizações do governo de João Durval chamaram atenção pelo seu caráter antecipatório, que se evidenciava no planejamento futurista da cidade, precipitando o que seria, segundo previsões de seu grupo e apoiadores, o progresso econômico e social. Os planejamentos desse grupo, associados os discursos políticos e jornais propagadores desse ideal de progresso posto em prática por Durval, criam em torno deste, uma representação de político futurista, portador da modernidade.

⁴ Período de institucionalização do golpe na Bahia, ou seja, consolidação e adequação das novas forças políticas nas instituições do Estado, reelaboração e conformação de grupos políticos e novos personagens que surgem na cena política, a exemplo de ACM em Salvador. DANTAS NETO, Paulo Fábio. Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 39, 2003. p. 213.

⁵ Jornal criado no início do século XX, no qual circulou muitos discursos sobre ideais de cidade, civilidade e modernidade de setores de grupos dominantes locais. Os editores e diretores do jornal Folha do Norte tomavam partido de determinados candidatos veiculando seu apoio a tais entre as décadas de 60 e 70 durante campanhas da UDN e Arena. Ver Oliveira (2008). No período de governo de João Durval, este divulgava textos sobre o projeto de modernização da cidade e discursos de elogio ao empreendimento alçado e realizações do prefeito.

⁶ Jornal Folha do Norte. 29/04/1967.

No seu governo deu-se a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), a realização de obras públicas para higienização e reorganização espacial da cidade, como a construção do bairro Cidade Nova⁷, que nas palavras de Raymundo Pinto seria à época “maior que a maioria das cidades baianas”.⁸ A implantação das obras foi “devidamente programada; Um grande mérito do governo foi ter sempre trabalhado com base no planejamento”.⁹ Isso lhe dava a característica de representação de precipitação e planejamento que não era comum tão entre prefeitos. Feira de Santana teria sido uma das primeiras cidades da América Latina a possuir um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano,¹⁰ o que evidencia dá sentido e amplia a noção de caráter antecipatório de Durval a frente da prefeitura. As realizações e a conjuntura propiciaram certo prestígio e destaque para cidade e ao prefeito no cenário político nacional, que na ocasião de seu governo, passou a receber visitas de prefeitos de municípios de outros estados que se “surpreendem” com a “modernização” de Feira e a tomaram como exemplo.¹¹

O colunista do jornal Folha do Norte e secretário de educação, Raymundo Pinto, escreveu sobre o projeto modernizador enaltecendo João Durval, caracterizando-o como visionário quanto ao futuro da cidade. Raymundo Pinto põe em circulação uma imagem, uma classificação e um julgamento sobre JD que tem evidentes capacidades de causar efeitos sobre os sujeitos, pois o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos nos assenhorar”.¹²

Buscava-se a consolidação de uma imagem do governo de Durval e da ditadura, onde conflitos sociais desapareciam do cotidiano para dar lugar a um ideal político já “realizado” e a partir daí, conquistar uma legitimidade¹³ dentro do ideal democrático, mesmo governando em um regime ditatorial, tendo como consequência esperada a

⁷ Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia & PINTO, Raymundo A.C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. p.58.

⁸ PINTO, Raymundo A.C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. p.58.

⁹ PINTO, Raymundo A.C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. p.59.

¹⁰ FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998.

¹¹ No jornal Folha do Norte entre 1969 e 1971 são diversos os textos que enaltecem o prefeito como sendo o portador da modernização da cidade.

¹² FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996. p.1.

¹³ A crença na legitimidade. Ver: WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991. p.139.

dominação, o encontro da obediência a uma ordem de um conteúdo específico¹⁴. Nas palavras de Miranda: ¹⁵

Construía-se uma representação de cidade e de sua memória histórica como fundamentadora de um ideal político e social intermediado pelo presente - por isto a seleção de certos símbolos e omissão de certos aspectos, temas ou fatos.

Porém, as novas forças políticas no poder e seus projetos, no governo local, estadual e nacional enfrentaram as oposições. Em Feira esboços de resistência armada, como o MR8, que tiveram na cidade o militante Luís Antônio Santa Barbara, morto no interior da Bahia na luta guerrilheira pela resistência e fim do regime, que seria desencadeada sob a liderança do Capitão Carlos Lamarca. O PCB teve a participação de militantes como Hosannah Leite e Sinval Galeão na Associação Feirense de Estudantes Secundaristas e influência em sindicatos da cidade, e os membros do MDB foram particularmente eficazes na oposição à ARENA. ¹⁶

A disputa de Durval dava-se também contra seu principal opositor, vencedor das eleições de 1962 por uma diferença de 43 votos. Francisco Pinto havia deixado uma “marca” política junto às grupos de trabalhadores da cidade. Pinto havia ganhado popularidade por estabelecer um governo de aproximação com grupos subalternizados.

Os planejamentos formulados na gestão de João Durval, como o Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1967), o Projeto Cabana (1968), seus projetos de Lei aprovados, e discursos, nos apontaram os objetivos da modernização da cidade em consonância com os projetos do governo do estado e do governo federal de interiorização da indústria. Os planos foram instrumentos de captação de recursos e ao mesmo tempo de procura de adesão voluntária dos trabalhadores e empresários locais.

Para compreensão do caráter do projeto de modernização de João Durval, seu conteúdo explícito, modelos teóricos para a modernização que seria empreendida, estudamos o projeto Cabana (1968), Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé (1970) e o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1967).

Para estudo dos caminhos de articulação do governo municipal com o governo do estado e a relação histórica construída na UDN/ARENA; utilizamos depoimentos, o

¹⁴ Ver: WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991. p. 33.

¹⁵ MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Em Busca da Memória: Práticas e Representações do Movimento Estudantil em Feira de Santana (1964-1969)**. Feira de Santana UEFS, 2001. p.10.

¹⁶ Uma evidência dessa oposição eficiente do MDB na cidade é o ciclo das oposições, a partir da década de 1970, o partido irá ganhar eleições municipais para o executivo.

Plano de Fomento à Indústria do Interior (1967), o Jornal Folha do Norte e principalmente a bibliografia produzida sobre o período, tese e dissertações.

No estudo das estratégias articulatórias, grupos e interesses de grupos específicos no empreendimento de João Durval tivemos os projetos, jornais, atas da Câmara de Vereadores, acervos de entidades e particulares.

No Jornal Folha do Norte divulgava-se os debates do poder legislativo, ações do prefeito e seus pronunciamentos. Publicava atas da Câmara de Vereadores, decretos, portarias, leis aprovadas pelo executivo, servindo também, o periódico, para publicação de atos do poder judiciário. Suas colunas noticiavam críticas sociais, aspirações sobre direções da cidade, olhares de pessoas de fora sobre a cidade. Havia em seu corpo redator, como colunista, Raymundo Pinto, Secretário Municipal de Educação e Cultura. A Gazeta do Povo nos forneceu outro olhar sobre a política, movimentos sociais e a cidade por ser produzido pelo PSD em um período que este se aproximou das lutas populares dentro da cidade e de seus distritos, jornal, marcadamente, de oposição ao projeto udenista nacional.

O livro de Raymundo Pinto (1971) serviu à análise do projeto modernizador de Durval e à legitimação de uma memória histórica sobre o período. A obra de Pinto relata, entre outros temas da história local, o potencial que o governo de Durval teve para antecipar o progresso e desenvolver as ditas vocações da cidade. Por fim alguns documentos do Exército vieram em boa hora para contextualizar o momento de perseguição política na cidade no governo de João Durval e articular o argumento de aproximação desta gestão com os militares, destacando esse período como de governo civil/militar no país.

No primeiro capítulo buscamos compreender momentos que antecedem o governo de João Durval, sua carreira política, aparelhos privados que disputam concepções de cidade como o Rotary e o Lions Club, configurações políticas da Câmara Municipal de Vereadores, a UDN como partido e o fortalecimento de uma concepção de cidade para o progresso no contexto de um Estado que se ampliava em Feira.

O segundo capítulo é orientado para o argumento da busca de uma hegemonia na cidade. Para isso contextualizamos a ditadura na cidade e identificamos os primeiros grupos industriais que defendiam interesses de classe. Examinamos a breve passagem de Joselito Amorim como prefeito biônico, sua função de preparar as bases para o futuro projeto de modernização em consonância com as possibilidades históricas arrançadas pelo governo do presidente Castelo Branco. Empenhamo-nos em analisar os

projetos de modernização globalizada da cidade entendendo seus pormenores e avançando na compreensão de sua configuração enquanto projeto de hegemonia.

Por fim, no terceiro capítulo, defendemos o argumento de um momento histórico no qual podemos definir como marco para ampliação do Estado em Feira; a participação de grupos organizados enquanto protagonistas da sociedade civil e política na construção de uma hegemonia a partir de suas organizações e partidos. Houve uma busca de solucionar o problema da ocupação do poder com busca da hegemonia através do projeto de modernização da cidade, articulações dentro da sociedade política e civil para efetivação deste, analisamos o papel que a UDN/ARENA desenvolveram na cidade, atentando para o papel de João Durval enquanto arauto deste projeto, o que nos levou, pela sugestão de Andrei Valente, de considerá-lo um *político em ato*.

CAPÍTULO 1

Uma cidade para o progresso.

A legenda da “eterna vigilância” lembra, para simpatizantes ou adversários, a marca austera e altiva da União Democrática Nacional. Lembra, igualmente a história de um partido que nasceu da luta contra uma ditadura, cresceu apesar de sofridas derrotas - sempre em nome dos ideais liberais de sua inspiração primeira - para finalmente, quase vinte anos depois, surgir vitorioso num esquema de poder que instalaria, por tempo indeterminado, um regime militar de repressão e arbítrio.¹⁷

Prévias de um *político em ato*: a UDN na década de 1950.

Neste primeiro momento identificamos o que era a UDN e, como partido local, identificamos os grupos que a compuseram, os setores sociais que fizeram parte do partido são os mesmos que defenderiam o projeto de modernização da cidade num futuro próximo. Atentamos para o início da vida política profissional de João Durval, indícios que permitem localizá-lo historicamente e também elaborar uma compreensão sobre os primórdios do que seria a escolha deste sujeito enquanto arauto do futuro plano de hegemonia local.

Não nos interessa a descrição de uma biografia do sujeito, mas sim apresentar elementos que situem quem foi João Durval e possibilite a análise da transformação futura dele em *político em ato*¹⁸, para tanto, verificamos o contexto em que este começa carreira política na cidade e seu empenho enquanto vereador, que o fez o representante de um projeto político udenista, que em 1967 se constituiu num projeto local de desenvolvimento modernizante da cidade através da Aliança Renovadora Nacional.

João Durval chega a Feira de Santana aos seis anos de idade, filho do casal João Batista, lavrador,¹⁹ e D. Durvalina Almeida Carneiro. A família recém chegada a Feira de Santana em 1936, torna-se residente da rua de Aurora. Nascido na Fazenda “Mãe

¹⁷ BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981. p. 90.

¹⁸ O “político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação dos seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva...”. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000, Vol.3 p. 35.

¹⁹ MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983.

Maria” no povoado de Ipuacu no dia 08 de maio de 1929, em 1946 teria ocupado o cargo de diretor do Jornal Santanópolis,²⁰ posteriormente João Durval teria acumulado experiências políticas na presidência do Diretório Acadêmico do Curso de Odontologia da Universidade Federal da Bahia, curso que concluiu em 1954.²¹

Convencido a candidatar-se à vereança por “influencia de virtuosos líderes locais”,²² filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), partido constituído em finais do Estado Novo que coligia as forças de oposição ao *varguismo*. Porém, na cidade o Partido Social Democrático (PSD), conseguiria manter-se no poder executivo de 1947, ano das primeiras eleições para cargos municipais pós-ditadura de Getúlio Vargas,²³ até o ano 1954, quando perdeu sua preeminência para recuperar novamente em 1963, com a eleição de Francisco José Pinto (Chico Pinto) no ano anterior.

Em 1954, mesmo ano em que a União Democrática Nacional (UDN) tenta o “golpe branco”, forçando junto a aliados a renúncia de Getúlio,²⁴ João Durval elege-se vereador com 369 votos, sendo o quarto candidato mais votado pelo partido no município. O resultado da eleição demonstra que este não detinha ainda grande expressão política e social, comparado a Wilson da Costa Falcão (UDN), candidato mais votado, a diferença é de 782 votos, enquanto que a diferença comparada ao candidato menos votado, Jorge Watt da Silva do partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é de 161 votos.²⁵ Nesta mesma eleição a UDN conseguiu derrotar o PSD na cidade elegendo para o executivo João Marinho Falcão, sobrepujando a primazia do PSD. João Marinho Falcão foi um grande empresário local, tinha negócios principalmente no ramo comercial. Foi eleito no mesmo pleito para o legislativo municipal junto a seu primo Joselito Falcão Amorim (vereador), e seus filhos, reeleito Wilson da Costa Falcão para vereador e a eleição de João Falcão para deputado federal pelo PTB, momento de

²⁰ Jornal do Colégio Santanópolis, colégio que por muito tempo foi o único a oferecer ensino médio no município, pertencente Áureo Filho importante líder da UDN em Feira e na Bahia.

²¹ Informações obtidas em: MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983. Importante ressaltar que apesar de se tratar de uma pequena biografia de João Durval, é a única que se encontra disponível, sendo possível comparar as informações contidas nesta com outros relatos publicados. Ver: **Prestando Contas**: Senador João Durval Carneiro. Senado Federal: Brasília-2007; Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia.

²² MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983. P. 19.

²³ PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. p.73.

²⁴ Segundo BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Paz e Terra, 1981. p. 91.: o golpe branco foi “ (...) uma tentativa freada pelo suicídio de Getúlio, de uma transformação revolucionaria, como um embrião, o ensaio geral de 1964. Outras tentativas de deposições foram focadas sem êxito, (...) até no 31 de março de 1964, quando a UDN poderia considerar-se vitoriosa”, para Otávio Mangabeira significou uma “revolução pela metade”.

²⁵ LINS, Rafael Quintela. Informações sobre eleições. (Não publicado)

“reorganização da política local não mais sob tutela dos intendentes, prefeitos interventores, comuns na Primeira Republica e na Ditadura Vargasista”.²⁶ A campanha que elegeu os udenistas foi realizada pela **Frente Democrática Feirense**,²⁷ composta até mesmo pelo Partido Comunista que no período estava na clandestinidade.²⁸ É conveniente ressaltar que houve uma tentativa de impugnação das eleições presidenciais por parte da UDN nesta mesma ocasião, a alegação foi o apoio dos comunistas clandestinos, a coligação Kubitschek e Jango (PSD-PTB).

A União Democrática Nacional surgiu da desagregação da ditadura Vargas, sendo que a UDN aglutinou sujeitos e grupos de oposição à política populista-trabalhista, pois,

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como num movimento – ampla frente de oposição...²⁹

A UDN foi um mesclado quanto a sua base socioeconômica, composta por membros militares e civis de frações da burguesia nacional e regional principalmente. Agregava setores médios da sociedade, intelectuais, esquerdistas, empresários, profissionais liberais, latifundiários, industriais e etc. Esta acomodou o seu grupo em torno de uma base ideológica de sustentação que propalava o anticomunismo, anti-getulismo,³⁰ e um liberalismo econômico e político ambíguo.³¹

²⁶ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p.69.

²⁷ A Frente Democrática foi composta pela UDN, Partido Republicano, Partido Democrata Cristão, PCB e da ala dissidente do PSD. FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. p. 93.

²⁸ Ver: FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. & PAULO, Olney São. **Pinto vem aí**. Documentário, 1976. Acervo do Labelu. Em depoimento para o filme “Pinto Vem Aí”, Francisco Pinto afirma que o PCB em Feira de Santana sempre apoiou as campanhas da UDN local, aproximando-se do PSD somente na campanha eleitoral de 1962 que o elegeu prefeito. Interessante notar também que João Marinho Falcão será pai de comunistas, sendo que o próprio Wilson, Walter, Manoel e João haviam sido filiados ao PCB.

²⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Paz e Terra, 1981. p. 23.

³⁰ Aqui pode ser entendido como anti-populismo/trabalhismo, pois a UDN será importante agremiação na desagregação do bloco-histórico populista. Ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986. passim.

³¹ Ambíguo, pois foi a favor do monopólio estatal do petróleo nacional e votou contra a cassação de mandatos dos comunistas. Ver: BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981. p. 91.

Identificava-se principalmente pelo princípio de fim dos governos populistas e a conquista do poder político para construção de uma política liberal no Estado brasileiro, o que definiu sua identidade e organização até o fim do governo Goulart e início da ditadura. Teve o intuito de retirar do Estado a orientação política que utilizava este como mecanismo de medição dos conflitos de classes através do populismo/trabalhismo, o que permitia a apropriação por parte dos trabalhadores do discurso trabalhista em benefício de sua classe.³²

A UDN foi contraditória e existiu por uma luta de seus componentes pela unidade e identidade, “surgiu como *frente*, organizou-se como *partido* e identificou-se, também, como um *movimento* (o udenismo)”.³³ Seu arranjo interno era diverso, desde liberais democráticos, até radicais antidemocráticos conservadores, porém na elaboração de seu mito fundador, reivindicou uma “tradição” liberal mais antiga do Brasil, militantes a organizaram nacionalmente com base na experiência de luta pela abertura democrática e deposição da ditadura getulista.³⁴

Desprezada por alguns autores, a União foi considerada não como um partido, porém, assumimos aqui a proposição de análise de Benevides, na qual, se referindo à polêmica conceitual sobre esta, considera que são lidos,

(...) como expressões legítimas de determinadas forças sociais atuando no Legislativo, ou na sociedade como um todo, na medida que ofereciam uma certa imagem que permita identificar correntes de opinião, de interesses e etc. recuperando-se, assim, seu sentido político e sua unidade sociológica.³⁵

Ampliando o debate sobre ser a UDN um partido político, Benevides toma como referência as concepções de Antônio Gramsci, este escreve que “um partido político pode existir em situações independentes da ação política imediata”.³⁶ Logo o

³² Para compreender o que foi o trabalhismo ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005.

³³ BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB p. 92. Ressaltamos que neste primeiro momento nos interessa entender a UDN enquanto partido, portanto o udenismo será analisado em outro tópico.

³⁴ Dois momentos importantes que evidenciam a ambiguidade da democracia udenista são a luta pela deposição de Vargas pelos seus futuros membros em 1945 e, a luta pela defesa da democracia contra a suposta infiltração comunista no governo do presidente João Goulart que definha no golpe civil/militar de 1964 e na ditadura, momento de afastamento dos liberais históricos da UDN.

³⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 61.

³⁶ BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981. p. 95.

partido poderia existir como uma força superior³⁷ reconhecida pelo público, Benevides considera, assim como Gramsci, que esta funcionalidade pública pode ser analisada a partir de jornais, ou revistas e etc., todos estes sendo compreendidos como partidos, frações de partido, ou funções de um partido. Nas observações empíricas, em seu ensejo enquanto partido percebe-se que, diferente das “facções ou clique, a UDN teve uma estrutura permanente e uma organização ‘burocrática’ extensa da cúpula dirigente ao nível municipal em todos os estados do país”.³⁸

Em Feira de Santana o único partido que conseguiu ter a seu favor um órgão de propaganda permanente, uma tribuna, foi a UDN, que contava com o mais velho jornal da cidade, Folha do Norte.³⁹No ano de 1953, a **Frente Democrática** utilizou deste órgão que “empenhou-se inteiramente na campanha, divulgando mensagens, artigos e telegramas de apoio ao candidato”⁴⁰ a prefeito. Assim a UDN feirense disputava a opinião pública que

(...) está estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. (...) ⁴¹

A busca por este ponto de convergência entre sociedade política e civil mencionado por Gramsci, é perceptível na cidade na difusão de textos do Folha do Norte que demarcavam as características que definiam a UDN enquanto um partido, e mais, defendiam publicamente os atos políticos de seus membros no executivo e legislativo municipal, sendo o jornal a principal fonte para analisarmos o partido localmente. Na busca da construção de consenso, Gramsci descreve que,

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento-, de modo que uma só força

³⁷ Idem, Ibidem.

³⁸ Idem, Ibidem. p. 93.

³⁹ No período de governo de João Durval, o Folha do Norte divulgava textos sobre o projeto de modernização da cidade, e discursos de elogio ao empreendimento alçado e realizações do prefeito. Foi publicada no jornal a propaganda do Laboratório de Prótese São Paulo; com “Trabalhos, perfeitos executados com o máximo de rapidez”. Localizado a rua Cons. Franco, 555, pertencente a João Durval Carneiro. Foram encontrados textos assim e propagandas de seu consultório nos Jornais Folha do Norte entre 1957 e 1958. Sem muito significado político para a pesquisa, apenas denota uma imagem pública de JD.

⁴⁰ FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. p. 96.

⁴¹ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 265.

modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.⁴²

No período do pleito do prefeito João Marinho Falcão (1955-1959), o Jornal Folha do Norte expressava de forma mais contundente opiniões e concepções que o faziam ser reconhecido enquanto órgão Udenista⁴³.

Desde a eleição de Kubitschek a UDN começa a transformar-se, e em 1957 no Congresso Nacional, o partido entrava em uma nova fase, passou a defender a superação do capitalismo liberal, do socialismo marxista e do socialismo reformista, porém sem apresentar uma alternativa bem definida.⁴⁴

O governo de Kubitschek foi dividido entre a coligação PSD-PTB, que tinha João Goulart como vice-presidente. No cálculo eleitoral para a campanha foram projetados os votos urbanos do PTB e os rurais pertencentes ao PSD, o que teria saldos positivos também para a estabilidade do governo, pois o PTB detinha a máquina trabalhista através do controle do Ministério do Trabalho e órgãos vinculados a este, dentre eles os sindicatos, proporcionando assim segurança a Kubitschek. No Congresso Nacional a aliança com preeminência do PSD⁴⁵ garantia votações favoráveis ao principal objetivo do governo que era a efetivação do “plano de metas”.⁴⁶

(...) o Congresso através da maioria PSD/PTB, dava apoio as questões orçamentárias (viga mestra do programa de desenvolvimento acelerado) porque, de certa forma, seus interesses também estavam sendo atendidos pelo Executivo.⁴⁷

⁴² Idem, Ibidem. p. 265.

⁴³ O ex-prefeito e empresário Arnold Silva era proprietário, diretor e jornalista do Folha do Norte. FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. p. 96.

⁴⁴ Ver: BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981.

⁴⁵ “Enquanto dispôs de uma maioria parlamentar tranqüila, o PSD pôde conduzir o jogo político conferindo ao sistema o caráter de moderado e atraindo os outros partidos para o centro”. HIPOLITO, Lúcia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 83.

⁴⁶ O Plano de Metas representava a mudança no padrão acumulativo nacional, que passava a privilegiar a expansão sem precedentes do setor de “bens de consumo para capitalistas, bens de consumo duráveis”. Ver: OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 4. ed Rio de Janeiro: Graal, 1984.

⁴⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 68.

A estratégia de Kubitschek também atraiu setores militares, principalmente devido à atuação do General Lott na defesa da legalidade da eleição⁴⁸ contra a tentativa de impugnação da UDN, o que gerou, conseqüentemente, apoio de outros setores das forças armadas. Contra a estabilidade⁴⁹ do governo houve uma tentativa exacerbada de abalo por parte da UDN.

A Folha udenista.

Na década de 1950, houve uma intensa oposição por parte da UDN ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), período em que era governador da Bahia Antônio Balbino (PSD). O comunismo foi dos temas mais evidentes em colunas do Jornal Folha do Norte,⁵⁰ surgindo no ano de 1958 textos alegóricos no órgão, mesmo que o ataque anticomunista seja identificado anos antes e se estenda por outros posteriores. Samuel Pitombo em janeiro de 1958 aconselha:

(...) se faz necessário que penetremos profundamente no conceito desses exemplos, e procuremos nos armar eficientemente, para enfrentarmos em breve o temível inimigo comunista, lutando contra as forças do mal que pensam extinguir vida das nações e dos homens.⁵¹

A convocação da sociedade contra o mal comunista continua por dizer que estes “desvairados” pretendiam dominar o mundo. Em outra coluna, “Nos Bastidores do Mundo”, poderíamos dizer que esta se especializou no anticomunismo, escrita por Al Neto, encontrasse sempre textos que dividiam sua temática entre a falta de espiritualidade do governo comunista Russo e a perseguição “mortal” às religiões pelo Kremlin. Dois textos, de janeiro e fevereiro de 1958, intitulados “Contra Deus” e “Fôrça Espiritual”, evidenciam bem a ofensiva ao governo soviético. A intenção dos dois textos foi mostrar como o Kremlin oprimia o povo russo - com o categórico

⁴⁸ Estamos nos referindo ao caso da afirmação do Coronel Jurandir Bizarria Mamede que havia dito ser “uma mentira democrática” as eleições de 1955. Este foi punido por articulações do General Lott. Idem, *ibidem*.

⁴⁹ Benevides propôs um modelo de análise reconhecendo a estabilidade, mesmo que com crises, do governo Kubitschek. Neste modelo leva em consideração política partidária, política econômica e a política militar. Para mais ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 51-54.

⁵⁰ Foram dirigentes do Folha do Norte entre 1950-1970, Raul Ferreira da Silva, Oyama Pinto da Silva, Dálvaro Ferreira da Silva, José Luiz Navarra da Silva e Hugo Navarro da Silva. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p. 31.

⁵¹ Folha do Norte, 04 de janeiro de 1958.

“slogam {SIC} de Lênin – a religião é o ópio do povo”,⁵² um povo tradicionalmente religioso, católico. O primeiro texto reproduz o que seriam passagens do PRAVDA⁵³ afirmando que “Deus é o próprio homem”, convocando a sociedade para acabar “de uma vez por todas com o mito da religião”.⁵⁴ O segundo debate referia-se a ciência soviética que “em nada se preocupa com o povo”, preocupa-se “em dotar o Estado dos meios para expansão imperialista”,⁵⁵ diferentemente da ciência aberta ou livre, que busca a libertação não só na forma material, mas espiritual da humanidade.

O anticomunismo é privilegiado no jornal, sendo crescentes a partir de 1958 as aparições de textos relacionados ao tema. O crescimento do anticomunismo local no órgão udenista cresce paralelamente a atuação de militantes do PCB na cidade e suas influências nas disputas locais, sendo que o Folha do Norte não foi único Jornal a identificar-se com o combate aos comunistas. O Jornal Gazeta do Povo, fundado em 1959 por empresários e membros do PSD produzia constantemente textos contra os inimigos vermelhos, declarando sua oposição, muitas vezes, de forma agressiva. Em 26 de julho de 1959 o dito jornal publicou um texto criticando o Ministro das Relações Exteriores da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas, Andrei Gromyko, indicando uma suposta propaganda enganosa relacionada à aceitação do povo da Alemanha Oriental do regime comunista.⁵⁶

Apesar da marca sólida do discurso anticomunista no Jornal Folha do Norte, discutia-se política nacional e local, economia, esporte, lazer e etc., tendo destaque textos que debatiam assuntos mais gerais que se achavam no cerne da identidade da UDN. Assim é que amiúde apareciam textos contra a política econômica nacional, a favor do liberalismo, como no escrito “Livre Iniciativa”, em defesa do Estado liberal, pois, “os países mais prósperos do mundo, baseiam sua economia no princípio da livre iniciativa” sendo que “O Estado industrial administrador, gerente ou patrão, só existe nas ditaduras em que ele é o senhor absoluto da produção da terra e do trabalho humano”.⁵⁷

⁵² Folha do Norte 01 de fevereiro de 1958.

⁵³ O PRAVDA foi o Jornal fundado por Leon Trotsky em 1908, sem sucesso. Em 1912 os Bolcheviques fundam em São Petersburgo um jornal com o mesmo nome, organizado por Stálin e dirigido ideologicamente por Lênin. Este se tornou órgão oficial do Estado soviético. In: <http://www.marxists.org>. Visto em 29 de fevereiro de 2010.

⁵⁴ Folha do Norte 01 de fevereiro de 1958.

⁵⁵ Esta é, segundo o Jornal, uma fala do presidente Eisenhower dos EUA. Folha do Norte 08 de Fevereiro de 1958.

⁵⁶ Jornal Gazeta do Povo. 26/07/1959.

⁵⁷ Folha do Norte 08/02/1958.

Houve um espaço amplo para a coluna social de Eme Portugal que registrava os acontecimentos da cidade no que tange às personalidades públicas, intelectuais, empresários e etc. Era comum que aparecessem notas sobre João Durval e família.⁵⁸ Além da coluna social em que os políticos apareciam em suas andanças cotidianas que não tinham relações diretas com as contiguidades no campo político da cidade, estes também frequentemente eram citados em textos na primeira página do Jornal. João Durval aparece em diversos desses textos, um em especial, impresso em letras “garrafais” quando da inauguração do Ginásio Estadual Noturno, “graças aos esforços do vereador João Durval Carneiro que conseguiu, com o Município, a verba para instalação elétrica do velho prédio da Rua Conselheiro Franco”.⁵⁹

Foi comum também a publicação de notas, muito provavelmente pagas, de entidades de classe como a Associação Comercial e Rotary Club de Feira de Santana.⁶⁰ Não sem sentido, o Rotary se mostrou na cidade como um órgão beneficente que atuava para modernização local e assistência, dividindo com os poderes públicos municipais uma parceria longa na realização de eventos. As festas realizadas pela entidade sempre reuniam personagens locais de prestígio, empresários, políticos, gente de destaque em colunas sociais. Além desta ligação entre o setor público e o privado, os rotarianos se confundem com os udenistas e vereadores. Comum encontrar sujeitos membros dos dois *partidos*, como é o caso do próprio João Durval,⁶¹ Joselito Amorim, Wilson Falcão, João Marinho Falcão e outros.

Compreendemos o Estado como um dos mecanismos de operacionalização de poder que é controlado por sujeitos para expandir ao máximo um grupo social e seus interesses que são incorporados socialmente como uma influência universal e manifestam-se nacionalmente nos territórios. O Estado resulta das mediações dos conflitos de interesses entre subalternizados e dominantes onde prevalece - mesmo que o equilíbrio de forças possa pender para o lado oposto - interesses dos grupos

⁵⁸ “Dias atrás veio ao mundo o brotinho Márcia Carneiro, que a cegonha trouxe para o casal amigo João Durval Carneiro”. Folha do Norte 04/01/1958.

⁵⁹ Folha do Norte 08 de março de 1958. A notícia se refere ao projeto de lei nº 37/58, que cria uma escola municipal e dá outras providências. Ver: Projetos de lei do Vereador João Durval Carneiro. Câmara de Vereadores de Feira de Santana. Os atos do vereador Joselito Amorim também são temas frequentes do Jornal Folha do Norte.

⁶⁰ Este é um Clube de serviço de âmbito mundial. Segundo Gramsci, um partido internacional. Ver: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 42.

⁶¹ Ele foi 2º Secretário do Rotary Club no ano de 1958. Ver: Jornal Folha do Norte 12/07/1958.

dominantes.⁶² Os grupos sociais estão sujeitos às influências das ideologias internacionais, “Uma ideologia, nascida num país desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações”.⁶³ O que são estas combinações? São os equilíbrios das relações de forças, luta de classes, que geram resultados variáveis em situações múltiplas que podem levar os grupos subalternizados ou dominantes ao desenvolvimento histórico de opressões e resistências observáveis para o pesquisador.

O Rotary Club se enquadra na categoria de partido internacional que difunde ideologias exteriores. Chega à cidade em 1941 e suas primeiras reuniões são realizadas na casa João Marinho Falcão. Andrei Valente iniciou a análise deste grupo.

Parece que seu programa essencial é a difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a ideia de que indústria e comércio, antes de serem um negócio, são um *serviço social*, ou, mais precisamente de que são e podem ser um negócio na medida em que são um serviço”.⁶⁴

O Rotary Club teria por função a difusão desse novo espírito e funcionaria como mais um elemento de integração entre Feira de Santana e o capital internacional, como podemos comprovar através das diversas visitas registradas nas páginas dos jornais Feira hoje e Folha do Norte, de estrangeiros recepcionados por esta organização bem como pelas lojas maçônicas da cidade.⁶⁵

A chegada do Rotary Club na década de 40 em Feira de Santana coincide com a atuação dos empresários no sentido de diversificar suas atividades econômicas vinculando-se, num primeiro momento, a uma industrialização incipiente e pouco qualificada mas que a partir da década de 60, após o golpe civil/militar, passa a receber diversos incentivos de aparelhos de hegemonia como o CEDIN (financiado por capital externo) e SUDENE servindo também como elo de articulação entre o capital nacional e internacional que passam a instalar indústrias na cidade.⁶⁶

Grupo afim foi o Lions Club, que pareceu constituir as mesmas funções do Rotary com poucas diferenças. Ganha notoriedade por ser oferecido pelo Jornal Folha do Norte a publicação gratuita de seu boletim em suas páginas, e por exercer papel

⁶² Ver: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.41-42.

⁶³ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.42.

⁶⁴ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 295-296.

⁶⁵ VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana, In: **A Pala Re-vista**. Feira de Santana, UEFS, 2011. p. 09. (no prelo)

⁶⁶ VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana, In: **A Pala Re-vista**. Feira de Santana, UEFS, 2011. p. 09. (no prelo)

semelhante ao Rotary, o qual foi considerado pelo Lions como um parceiro constante,⁶⁷ como na fundação da Associação Rural da cidade,⁶⁸ órgão existente até a atualidade que representa os ditos produtores, neste caso os proprietários rurais do município, apesar de na época dizer-se representante de patrões e lavradores.

No imbricado mundo político feirense as trajetórias de membros dos poderes públicos da cidade que conseguiam avançar para cargos estaduais, compartilhavam percorridos trajetos comuns. Todos estes políticos tinham passagens ou ainda estavam passando pelo exercício de cargos em órgãos civis que eram retratados todo o tempo pelo Jornal Folha do Norte.

A percepção maior desta identificação do Jornal Folha do Norte com a UDN e o udenismo são lidos em suas páginas principalmente nas campanhas eleitorais da **Frente Democrática Feirense**, dos prefeitos⁶⁹ e vereadores candidatos pela UDN e na descrição do exercício dos cargos. Desde a primeira eleição para prefeito em Feira de Santana pós Estado varguista, o jornal apoiou a UDN, como foi no caso de Carlos Bahia (UDN), filho do antigo intendente da cidade Bernadino Bahia. Isto tinha certa obviedade já que o órgão de imprensa pertencia a Arnold Silva que foi membro do diretório local do partido, chegando a ocupar inclusive o cargo de presidente. O jornal apoiou, através de seus articulistas, as candidaturas e os governos udenistas e arenistas de João Marinho Falcão (1955-1959), Arnold Silva (1959-1962), Joselito Amorim (1964-1967)⁷⁰ e de João Durval (1967-1971).⁷¹

A década de 1950 e João...

A composição da UDN feirense não foi disforme com relação a nacional. Empresários, setor agrário, intelectuais entre outros sujeitos. Havia uma forte presença da família Falcão, que terá prefeitos como o já citado João Marinho, Joselito Amorim Falcão, Newton Falcão, além de vereadores eleitos. João Durval Carneiro,

⁶⁷ Foram membros do Lions Club, Fernando Pinto de Queiroz, Wilson Falcão, Hugo Navarro, Arnold Silva e outros.

⁶⁸ Folha do Norte. 10/05/1958.

⁶⁹ Jornal Folha do Norte. 02/08/1947 & 09/08/1947.

⁷⁰ Joselito Amorim não foi candidato, assumiu a prefeitura através de indicação pós o golpe de 1964 que destituiu Francisco Pinto do poder.

⁷¹ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960).** Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p. 32.

diferentemente da grande “família UDN Falcão”, era um profissional liberal, porém o que conseguiu maior expressão na carreira política local na passagem pela UDN.⁷²

João Marinho (1955-1959) e Arnold Silva (1959-1962), seu sucessor e correligionário desde tempos “áureos”,⁷³ teriam herdado da administração anterior, uma cidade afogada em dívidas,⁷⁴ o que teria inspirado João Marinho a propor a não remuneração do prefeito e vereadores até a amortização das dívidas⁷⁵, porém, é importante observar que a administração de Almaquio Boaventura, antecessor de João Marinho, foi responsável por uma série de projetos de leis que previam melhorias para cidade e, na sua substituição por João Marinho Falcão, o Folha do Norte descreve sua estada no poder como uma experiência negativa. Acusou o ex-prefeito de falsificação de documentos, desvio de dinheiro da Santana Casa de Misericórdia e da Fazenda Nacional, e também de mandar jagunços seus agredir no dia 12 de setembro de 1952 o editor do Jornal. Sobre varias acusações contra Almaquio Boaventura é que a UDN ganha posições importantes e derrota o PSD.⁷⁶

O mandato de João Marinho foi marcado pela reorganização da administração municipal, o fim da era dos pessedistas que perdem espaço inclusive na Câmara Municipal como demonstrado no quadro abaixo.

Vereadores da Gestão de João Marinho Falcão (1955-1959)

PATIDOS	VEREDORES	TOTAL
União Democrática Nacional – UDN	Joselito Amorim Falcão, Wilson Falcão da Costa, Walter Nick, Arthur Vieira de Oliveira, João Durval e Augusto Mathias.	06
Partido Social Democrático – PSD	Dorival Oliveira, Osvaldo Monteiro Pirájara, Antônio Araújo e Colbert Martins.	04

⁷² No Nordeste a UDN tinha as mesmas bases do PSD. Ver: BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981.

⁷³ Arnold Silva era proprietário, diretor e jornalista do Folha do Norte. FALCÃO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. p. 93.

⁷⁴ Segundo matérias do Folha do Norte e livro de João Falcão e Adnil Falcão, op. Cit.

⁷⁵ FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, p. 105.

⁷⁶ Importante observar que nas eleições de 1953 para prefeito, a coligação nacional e Estadual entre PSD e PTB é desfeita em Feira de Santana sendo que Hamilton Cohim como candidato do PTB obteve 3.058 votos contra 3.671 de Eduardo Froés da Mota pelo PSD e o eleito João Marinho Falcão pela UDN com 5.477. Jornal Folha do Norte. 23/01/1954

Partido Trabalhista Brasileiro	Jorge Watt, Mário Porto e Antonio Lourenço Nery.	03
--------------------------------	--	----

Fonte: LEONY, Yolanda Cruz Barreto. **Experiência de Organização de trabalhadores Urbanos em Feira de Santana (1945-1964)**. UEFS, 2009. p.30-31.

A disposição da maioria na Câmara Municipal facilitava a aprovação de projetos e denotava a dominação udenista, e o prefeito conseguiu também o apoio do PTB proclamado por Jorge Watt e do PSD. Para a candidatura de João Marinho foi tentada uma coalizão entre os partidos de oposição, obviamente não deu certo. Porém, aquele parecia ser um momento oportuno para a gestão desafogar o município das dívidas e retomar o progresso para a cidade; foram registrados entendimentos entre os grupos políticos em torno dessa pauta.⁷⁷ Eram debatidos projetos que garantissem o embelezamento da cidade, higiene pública, organização do comércio e etc.

Na intensa disputa pelo crescimento do partido, o Jornal Folha do Norte relatava semanalmente realizações de seus membros no executivo e no legislativo. Há indícios que João Durval fora neste período um político virtuoso, respondia devidamente a alguns anseios de grupos subalternizados da população local e de setores dominantes da cidade. Reclamações que frequentemente apareciam em forma de textos polêmicos nos Jornais locais, eram alvo dos projetos de lei proposto pelo “edil” e pelo seu companheiro partidário Joselito Amorim. Foi assim que a abertura do Ginásio Noturno, aumento de verbas para ampliação rede elétrica da escola, calçamento de ruas, destinação de verbas para o lar do Irmão Velho, Sociedade Baiana de Medicina, Associação Cultural Filinto Bastos e a Liga Contra Tuberculose, apareceram como projetos, e esta última entidade com importância destacada, já que campanhas de prevenção a doença são vistas sempre no jornal desde o início da década de 1950.

João Durval foi presidente da câmara entre 1959 e 1961, biênio em que “sua popularidade em Feira de Santana cresce assustadoramente” por não medir “esforços em função do progresso de sua terra”,⁷⁸ era o edil que mais propunha projetos de leis ou que atuou em projetos de resolução. Os projetos de lei versavam sobre temas diversos, como abertura de créditos para encontro de juventude católica, nome de ruas, entre

⁷⁷ FALCAO, João. A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra. Brasília: Pax, 1993. p. 89 - 99. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960). Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado).

⁷⁸ MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983. p. 19

outros.⁷⁹ Segundo Mattos, havia uma memória de feirenses contemporâneos que retinha momentos de superlotação da Câmara, para ver os debates em que este se envolvia.⁸⁰ Este descreveu que João Durval havia sido o vereador que mais “aprovou projetos”, principalmente em benefício a zona rural do município.⁸¹

Apesar de mais projetos aprovados entre 1959-1961, o ano de 1956 foi se mostra definitivo para o crescimento de João Durval enquanto vereador, pois encaminhou à Presidência da República solicitação da conclusão da BR-324,⁸² enviou à Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB)⁸³ reivindicação de nova rede telefônica na “segunda cidade mais importante do Estado” e ainda no mesmo ano, produziu um requerimento à Presidência pedindo soluções para os problemas da indústria fumageira do recôncavo baiano que passava por dificuldades.⁸⁴

Na passagem para um novo tempo administrativo,⁸⁵ convinha ao executivo e legislativo do município reconhecer o contexto de “modernização”: pavimentação de ruas, comércio crescente, estradas e um simbólico trânsito moderno, complexo, com carros, caminhões e bicicletas.

Entre 1959 e 1962, durante a segunda gestão de Arnold Ferreira da Silva, os Currais Modelo foram transferidos dos arredores da zona central (atual quarteirão onde se encontram o Museu de arte Contemporânea, o Ginásio Municipal, a Biblioteca Municipal, o Fórum Filinto Bastos, a SUCAM e uma Loja Maçônica) para um local mais distante, no bairro da queimadinha (...)⁸⁶

⁷⁹ Projetos e Leis do Vereador João Durval Carneiro. Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Santana

⁸⁰ MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3ª Edição. S/E, S/L, 1983. p. 19.

⁸¹ Idem, *Ibidem*. p. 19.

⁸² Ata Da Câmara Municipal de Feira de Santana. 6º Sessão Extraordinária 03/09/1956. Ofício do Rotary Club a Câmara enviando cópia de um telegrama, sobre o reinício das obras da rodovia Bahia-Feira. Ata Da Câmara Municipal de Feira de Santana. 7º Sessão Extraordinária 05/09/1956. “... o sr. João Durval apresentou Requerimento subscrito por toda a Casa, no sentido de dirigir-se um apelo ao Sr. Presidente da Republica, pela conclusão da pavimentação da rodovia Bahia-Feira”. O Ofício foi enviado também ao governador do Estado da Bahia.

⁸³ João Durval aparece em atas da Câmara Municipal debatendo necessidade de iluminação publica para cidade e para o funcionamento do Ginásio Noturno. Ata da Câmara Municipal de Feira de Santana. 80º Sessão Geral. Câmara Municipal de Feira de Santana. Reproduzida também pelo Jornal Folha do Norte. 05/04/1958.

⁸⁴ MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3ª Edição. S/E, S/L, 1983. p. 20.

⁸⁵ Referimo-nos ao mandato de João Marinho Falcão e Arnold Silva.

⁸⁶ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p. 43.

O centro foi alvo de disputa por espaço em uma cidade onde eram observáveis sentimentos de modernidade.⁸⁷ Momento onde

As elites em ascensão ao requererem prestígio social e político dentro da cidade procuravam na tentativa de legitimação do aparato do Estado, através da valorização das instituições jurídicas e policiais, uma maneira de afirmarem-se no poder em oposição em oposição as antigas autoridades – “fidalgos e vaqueiros”- que tinham em torno de si uma concepção própria de justiça que orientava suas ações, e a dos indivíduos a elas ligada, no cotidiano da cidade.⁸⁸

São esses grupos das chamadas elites “em ascensão, - intelectuais, judiciários, profissionais públicos e comerciantes”, principalmente os membros do setor comercial, que buscavam “inserir a cidade em todos os aspectos da modernidade que embalava as outras cidades brasileiras”.⁸⁹ O aparelho de representação desse grupo dos comerciantes é organizado em 1945, a Associação Comercial de Feira de Santana (ACFS) que viria a ser um dos órgãos que mais pressionaria publicamente o reordenamento urbano. Segundo Poppino,⁹⁰ já em 1950 a feira semanal havia perdido a primazia enquanto mercado mais rentável para a cidade, pois era agora o comércio quem detinha maior importância, possibilitada pelo crescimento do volume de transações. Ana Maria de Carvalho⁹¹ identifica que na década de 1950 o comércio era muito dinâmico e que o crescimento era tamanho entre 1960 e 1970, que a cidade teria “duas vezes mais números de estabelecimentos comerciais e de serviços” que no período anterior.⁹² Essa ascensão comercial possibilitou a maior organização dos comerciantes enquanto fração

⁸⁷ O sentimento de modernidade é identificado historicamente no século XIX definido como (...) viver uma vida de paradoxo e contradição, [...], e encontra-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo que sabemos tudo que somos [...]. Ver BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 24. Sobre o trânsito citadino e os sentimentos de modernidade ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). Passim.

⁸⁸ SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)**. UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado). p.243.

⁸⁹ Idem, p.14.

⁹⁰ POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Ed. Itapuã, 1968. p. 242.

⁹¹ : OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado).

⁹² OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p. 53.

da classe dominante. Esse grupo passou a se organizar numa associação que limitava a participação a condição de origem e lugar econômico, exigindo uma identidade particularizada consequente do processo histórico no qual estavam inseridos. A posição de classe social, determinada em parte pela macroestrutura econômica capitalista, levou os sujeitos a adquirir uma identidade compartilhada e, em seguida, orientar suas ações, através de seu grupo de pressão (ACFS), para uma autonomia política, ou o que poderíamos chamar de consciência oriunda de uma experiência de classe. O protagonismo do grupo comercial na cidade, por meio de seu órgão de classe, implicou na grande força de influência que este obteve para por em prática projetos políticos através da pressão sobre a sociedade política, como a prefeitura, o governo do estado e mesmo a Presidência da República, esta alvo de solicitações por parte ACFS de resolução de problemas locais como o do abastecimento de água.⁹³

A modernidade entendida por Souza (2008), como sendo a concepção dos feirenses do período, era o “status auferido” pelo “progresso material e melhoramentos urbanos que a cidade apresentava”.⁹⁴ Nesse contexto os poderes públicos através de seus “tentáculos” ganham mais força e visibilidade, quando da necessidade de ampliação do controle dos comportamentos sociais e das reformas necessárias para o desenvolvimento da cidade e para expansão dos interesses, principalmente de frações de classe comercial.

Um dos focos de afirmação da modernidade feirense foi o comportamento de sujeitos que praticavam atos de violência, deslegitimando o controle do Estado. Este deveria tornar público à resolução de conflitos que antes eram resolvidos no âmbito do privado pelos indivíduos. O crescimento dos profissionais do direito e de um Estado monopolizador da violência gerava um complexo *campo jurídico*, sendo que este consiste na

(...) existência de um universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física. As práticas e os discursos jurídicos são com efeito, produto do

⁹³ Ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960).** Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). Passim. A tese identifica que essa ascensão comercial e dos comerciantes gera o ideal de cidade progresso e comercial, defendida pelo setor e adensada pelos Jornais locais e pelos poderes públicos da cidade. Foram utilizadas pela autora cartas da ACFS endereçadas à prefeitura, ao Ministério do Trabalho, presidência da república e governo do estado solicitando providências em relação a problemas que eram fonte de atraso para a “cidade progresso”.

⁹⁴ Idem, Ibidem.

funcionamento de um campo cuja a lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e , por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas.⁹⁵

Portanto, o campo jurídico se caracteriza pela sua autonomia relativa dada pela “concorrência do monopólio do direito de dizer o direito”,⁹⁶ na luta pela apropriação da linguagem jurídica na interpretação de um *corpus* de textos e uma leitura legítima deste. Assim, nos conflitos deste campo, nas relações de força interna, ganham aqueles que detiverem melhores habilidades desenvolvidas quanto ao uso do direito, “a apropriação de forças simbólicas” - neste caso os profissionais e não os sujeitos envolvidos diretamente nos conflitos - sendo que a autonomia é reconhecidamente relativa já que este campo é resultado do campo maior de poder (luta de classes), e que “a Justiça organiza segundo uma estrita hierarquia não só as instâncias judiciais e os seus poderes, portanto, as decisões e interpretações em que elas apoiam, mas também as normas e as fontes que conferem a sua autoridade a essas decisões”.⁹⁷

Souza⁹⁸ identifica entre a década de 1940 e 1950 na cidade o crescimento deste campo, cujo reflexo é o aumento do controle social por parte de instituições públicas, a exigência cada vez maior de perseguição dos costumes de grupos de trabalhadores, mulheres, imigrantes e outros. Esta prática propagada em vários países foi fundamentada em ideais de “progresso” e “civilização” amplamente estudados por Elias Norbert,⁹⁹ por conseguinte manifestações locais de ideais deste tipo foram identificadas e analisadas por Souza, Clóvis Frederico Ramaiana Oliveira e Ana Maria de Carvalho.¹⁰⁰ Segundo as elites descritas por Souza, “a ordem pública era condição

⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.p. 211.

⁹⁶ Idem, p.212.

⁹⁷ Idem, p.214.

⁹⁸ SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão(1930-1950)**. UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

⁹⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e Civilização**, V 2. 2. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

¹⁰⁰ Ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. **De Empório á Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Dissertação. (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2000. SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)**. UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

imprescindível para que o trabalho e o avanço dos símbolos da modernidade pudessem ganhar espaço e visibilidade”.¹⁰¹

Nesse período em que processos de perseguição ocorreram contra costumes comuns, há uma valorização do direito e de seus profissionais, permitindo a ascensão para a sociedade política de advogados como Jorge Watt e Francisco José Pinto que se elegeram para câmara de vereadores.¹⁰² Jorge Watt foi defensor da ordem (controle) pública através de ações jurídicas e atuou de forma incisiva em defesa disto, vimos isso nas publicações do Jornal Folha do Norte em favor de uma polícia que atuasse em benefício de uma moralização dos costumes, este defendia o que pode ser traduzido por uma ordem pública vigilante e punitiva.

Na busca do estabelecimento de determinada relação de poder, os aparelhos municipais e estaduais foram criados, inclusive privados como no caso da Guarda Noturna financiada pelos comerciantes. Com a pressão da imposição de um modelo civilizatório em oposição a modelos civilizatórios próprios dos feirenses, os vereadores sempre respondem em consonância com sua representação de classe. O processo civilizatório implica na difusão de regras civis que regulam o comportamento e produzem novos hábitos baseados neste conjunto de regras de convívio social. Por outro lado, isso silencia os interesses sociais que resultam nestas regras (ordem social), que tem por finalidade garantir a manutenção da exploração de um grupo e sua dominação.¹⁰³ É assim que resoluções da câmara resolvem ou se posicionam em querelas contra policiais, os costumes, o Estado e dos grupos locais dominantes, exemplo foi a tentativa do controle das atividades policiais, já que seus executores também abusavam da sua posição e comportavam-se de forma incivilizada. Os policiais também eram vigiados, pois na lógica do Estado como um mecanismo a ser operacionalizado por uma classe ou fração de classe, este grupo dominante deveria regular também os comportamentos dos policiais de acordo com o modelo de civilidade a ser seguido. Há uma tentativa crescente de controle por parte da sociedade política sobre a civil.

¹⁰¹ SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)**. UFBA, 2008. p. 69. (Dissertação de Mestrado).

¹⁰² Jorge Watt foi eleito pelo PTB em 1954, Francisco José Pinto teve o mandato entre 1951-1955 sendo estudante de direito na época que o exerceu.

¹⁰³ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991. p. 33.

O controle da violência e sua reprodução é tema já amplamente pesquisado. Nas referências bibliográficas encontra-se a principal reflexão e conclusão sobre a passagem do processo punitivo para a vigilância como sendo muito mais produtiva para um modelo econômico sustentado por um grupo social (capitalista), que apoia e alarga a necessidade de um aparato de controle social e legitimação de sua posição de subordinador de outros grupos. O aparecimento de notícias sobre crimes e, constantes cobranças da presença da polícia, a cadeia como instrumento de controle público da violência, são reflexos de uma ampliação da possibilidade do Estado atingir cada vez mais a sociedade, ampliar sua atuação e controle, pois quanto mais notícia, conseqüentemente cresce o pedido de guarda, da polícia, isso significa que o Estado é um pedido público consensuado entre dominantes e subalternizados como uma necessidade. O jornal Folha do Norte frequentemente expunha atos de delinquência acontecidos na cidade e pedia providências à polícia e aos poderes instituídos. “Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinquente?”¹⁰⁴ Neste ponto encontramos a construção da necessidade social do controle policial na cidade. Portanto, a conclusão de Foucault é pelo caminho da reprodução da delinquência como um projeto da economia política moderna que percebeu resultados positivos quanto à elaboração dessa vontade coletiva de um aparato de controle do Estado. Estamos falando do Estado moderno capitalista, fundado por este grupo com mecanismos e tecnologias de uso de poder que superavam o Estado em senso estrito das monarquias europeias em que prevalecia, e muitas vezes se apresentavam, como um mecanismo prioritariamente de repressão.

Nessa cidade a polícia deveria controlar os divertimentos públicos e, também, o jogo, um dos principais alvos desse projeto de novas redefinições do comportamento dos feirenses. Tanto no Jornal Gazeta do Povo quanto no Folha do Norte, o jogo foi matéria constante, chegando a render reconhecimento elogioso para João Durval, enquanto prefeito interino, pelo Gazeta do Povo, por sua atitude perante o controle da

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do poder**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 137-138. Ver principalmente FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

jogatina e sua honradez e moral. Por outro lado, e como consequência de suas atitudes, foram desencadeadas severas críticas ao prefeito Arnold Silva.¹⁰⁵

Os costumes mudavam de referencial, o homem urbano ganhava cada vez mais espaço na cidade, os representantes políticos que mais cresceram foram sujeitos formados em universidades, acadêmicos que iam até a capital para estudar e trazer o conhecimento. Houve uma tendência criada, de desruralização das sociabilidades feirenses e, em contrapartida, um avanço de práticas citadinas. A organização da cidade pelos poderes públicos foi intensificada, mesmo as ruas que abrigavam nomes com significações provindas de costumes de uma sociedade onde prevalecia em sua linguagem traços de oralidade, passaram a ser renomeadas por ações burocráticas que induziam ao esquecimento de práticas costumeiras.¹⁰⁶ Ao ler a cidade através da obra de Eurico Alves, Clóvis Ramaiana percebe mudanças, os grupos ascendentes na economia local “introduziam valores estranhos à sociedade pastoril e, em certa medida, destroçavam equilíbrio dos velhos solares rurais”.¹⁰⁷ Muda-se, segundo Clóvis, a maneira de usar o solo, este uso ganha um valor utilitário, descartado assim o seu valor de uso em favor do valor de troca, fenômeno fundamental para o desenvolvimento do capitalismo moderno.¹⁰⁸

Neste momento, João Durval conseguia ascensão política e a partir, principalmente de 1958, seu segundo mandato como vereador, ganhava popularidade nas páginas dos jornais e também na câmara municipal, aparecendo como representante do novo perfil citadino de Feira. A observação das atas da câmara possibilitou¹⁰⁹ vermos que João Durval se destacou no acompanhamento e proposição de debates, o que rendeu aprovações para si, sendo tratado pelos jornais locais como um sujeito político que provocava consenso sobre suas atividades, mesmos entre aqueles que se dispunham constantemente na oposição a UDN. O Jornal Gazeta, órgão de imprensa da oposição, rendeu galanteios a Durval. Na discussão sobre a proibição do jogo na cidade, ocasião onde Durval assumiu a Prefeitura de forma interina, disse que este vivia “(...) um dos dramas de consciência dos mais terríveis de sua vida”, resistiu ao “bando da

¹⁰⁵ Jornal Gazeta do Povo. 08/11/1959. Ver também: Jornal Gazeta do Povo 01/11/1959.

¹⁰⁶ Ver Oliveira, Clóvis Frederico Ramaiana. **Currais, clubes e modelos**: Eurico Alves leitor de Feira de Santana, 1940-1960. Texto não publicado.

¹⁰⁷ Idem, Ibidem. p. 10.

¹⁰⁸ Ver: A Mercadoria. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 45-78.

¹⁰⁹ “Moção de Confiança ao Sr. João Durval Carneiro, Presidente da Casa que, ainda novo no mister, vem de maneira impecável, servindo com lisura e dignidade, a Casa do povo. Foi a mesma aprovada unanimemente”. Coluna Semana Legislativa. Jornal Gazeta do Povo. 10/05/1959.

corrupção” que segundo o jornal “insistia em subornar as autoridades”. O prefeito foi descrito pelo como “Moço honrado...” que “vê-se acossado pelo sindicato do vício e da corrupção...”¹¹⁰ Este foi o João Durval, crescente representante de um projeto moral, conservador e dito “moderno”, que conseguiu reunir em torno de si, ou foi reunido, à harmonia de grupos e frações de classes distintas.

Precedentes de uma renovada gestão.

Para João Durval chegar ao governo municipal, precisou vencer oposições, quando conseguiu, precisou construir referenciais novos de organização administrativa baseada na ideia de uma modernização local, buscando resguardar na memória coletiva dos sujeitos de Feira de Santana, um papel relevante como indivíduo que trouxe o “progresso” e pôs a cidade entre os grandes polos industriais e econômicos do país. Para conseguir, João Durval e seu grupo deveriam sobrepujar a recente memória política de participação popular resultante do governo de seu principal opositor político, Francisco José Pinto (1963-1964) ou simplesmente Chico Pinto. A carreira política destes sujeitos seria marcada por disputas acirradas, começando pela eleição municipal de 1962 que nos permitiu visualizar o crescimento local de personagens políticos que passaram a desenvolver papéis e ocupar cargos relevantes em novos contextos políticos sociais locais e nacionais. No PSD podemos observar que Francisco Pinto condizia com a tipologia oferecida pelas análises de Lúcia Hippolito como um reformista, lideranças mais jovens que correspondiam as demandas do emergente eleitorado urbano.

Os momentos finais do governo de Arnold Silva levou à convenção local da UDN a escolha de um novo candidato, rapaz jovem, de formação na capital, um representante legítimo dos novos comportamentos citadinos, prefeito interino e acima de tudo, um defensor da moral e dos bons costumes.

Repete-se a nível regional e local a coligação partidária estabelecida entre UDN-PTB para presidência e o congresso nacional. Ao lado de Jânio Quadros (UDN) e João Goulart (PTB), o candidato baiano da coligação para o governo do estado foi Lomanto Jr.(PTB), e para prefeitura local, João Durval Carneiro. Em contrapartida o PSD local

¹¹⁰ Jornal Gazeta do Povo. 01/11/1959.

convida Chico Pinto a candidatar-se e disputar o pleito contra João Durval. Pinto relatou que o convite se relacionava a seu ganho de popularidade devido o exercício da advocacia¹¹¹ para sindicatos de trabalhadores da cidade, o convite seria feito pela maior liderança do partido, Eduardo Fróes da Mota, na tentativa de renovação deste.¹¹²

A eleição de 1962 é a primeira disputa em que o PSD contaria com apoio do PCB local que, segundo Chico Pinto, sempre apoiou a UDN, sendo a primeira vez que ficou ao lado de seu partido.¹¹³ O PCB já contava com certo crescimento na cidade, havia conseguido eleger o vereador Humberto Mascarenhas para o pleito entre 1959 a 1962 e, segundo militantes do partido, havia uma participação expressiva destes em sindicatos e organizações como a Associação Feirense de Estudantes Secundaristas (AFES).¹¹⁴ O apoio do PCB levantou a desconfiança da UDN, tendo como consequência a intensificação no Folha do Norte de textos anticomunistas aproveitados para o ataque a sua oposição na competição eleitoral.

Francisco Pinto foi frequentemente associado ao comunismo pelo jornal Folha do Norte. O principal articulador da campanha “vitoriosa de João Durval”,¹¹⁵ crítico da candidatura de Pinto, foi o sobrinho de Arnold Silva o candidato a Câmara Municipal, Hugo Silva.

Na campanha de 1962, o Folha do Norte avivou seus ataques ao PSD, que já possuía seu próprio órgão de imprensa para desenrolar sua campanha.¹¹⁶ Na briga entre os dois Jornais, alguns episódios foram importantes, como o empastelamento do Gazeta do Povo em 1959, após o arrombamento realizado por Itamar Silva, sobrinho do prefeito Arnold Silva. As motivações estariam relacionadas a potencial disputa por espaços e leitores que o Gazeta do Povo realizava contra o Folha do Norte, aos julgamentos da gestão municipal do prefeito udenista e o provável crescimento do PSD

¹¹¹ Chico Pinto diz que seu primeiro mandato enquanto vereador não foi muito bom, pois este estudava em Salvador na Faculdade de Direito o que lhe tomava muito tempo aumentando sua distância para com a cidade. Ver: Pinto Vem Ai! Filme de Olney São Paulo, 1976.

¹¹² Ver: NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: semeadores da democracia: historia oral de vida política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. P.143. & CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967.** (Monografia).

¹¹³ Ver: Pinto Vem Ai! Filme de Olney São Paulo, 1976.

¹¹⁴ Depoimentos de ex-militantes do partido contidos no vídeo do Seminário Chico Pinto: Democracia e Ditadura em Feira de Santana, realizado pelo LABELU – UEFS, em Setembro de 2007. (DVD)

¹¹⁵ Folha do Norte, 11/08/1962.

¹¹⁶ Para esta pesquisa só tivemos acesso a uma parte do Jornal Gazeta do Povo que compreende o período de 1959-1960 e encontra-se digitalizado no acervo do Labelu. À segunda parte do Jornal Gazeta do Povo que compreende o período entre 1960-1964 não foi encontrada.

através desse órgão.¹¹⁷ As disputas eram mais antigas que as candidaturas de 1962, mas é neste momento que oposição e situação tornam-se mais duros.

As descrições e chamadas de campanha enunciadas no Folha do Norte davam a vitória certa para João Durval, sempre informava os locais dos seus comícios, ou como eles definiam, a “marcha para vitória”, onde constantemente houve a presença do “futuro governador da Bahia”¹¹⁸, Lomanto Jr.. A coluna social descrevia os locais onde passavam os candidatos, pedia votos e chegava a expor as atividades da esposa de João Durval como sendo uma “candidata”¹¹⁹ a primeira dama pela UDN, exemplo visto na instalação da campanha contra o câncer pela presidente da Liga Contra o Câncer Yeda Barradas Carneiro, no dia 18 de agosto na biblioteca Municipal Arnold Silva.¹²⁰ A UDN ainda dispunha para desenvolver a sua campanha eleitoral de um posto Médico-Dentário para atendimento público preparado pela “Ação Democrática”.¹²¹

Na construção da “vitória” de João Durval, não foi exatamente o seu programa que tomava o tempo do principal articulador desta no jornal Folha do Norte, foi Chico Pinto e o PSD que despendiam todo o tempo e textos de Hugo Silva. A cada número do jornal as capas foram ocupadas por textos de ataques longos ao tipo de campanha desenvolvida pela oposição e as características de um candidato que se quer sabia escrever,¹²² que...

Enverga trajes proletários, alardeia uma posição de esquerda, quase comunista, como se todos latifundiários pessimistas houvessem distribuído, ontem, com os pobres, suas vastas propriedades...¹²³

A postura do PSD na escolha de Chico Pinto para candidato parecia ser um dos motivos do grande incômodo de Hugo Silva. O colunista escreveu textos sobre o que teria sido o abandono do PSD ao candidato Pinto, que havia se associado aos comunistas e homens de procedência duvidosa. Segundo Hugo Silva os comunistas eram de fato quem controlavam o partido, pois com o afastamento dos pessedistas, Pinto “se deixou cercar, então, para não ficar sozinho nos comícios, de um grupo de

¹¹⁷ O arrombamento não ocasionou o fim do Jornal. Ver: CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967.** (Monografia). p.30-31.

¹¹⁸ Era assim que o Folha do Norte descrevia João Durval e Lomanto JR. Futuro prefeito e futuro governador. Ver: Folha do Norte, agosto e setembro de 1962.

¹¹⁹ É sabido que ninguém se candidata formalmente a primeira dama em uma eleição.

¹²⁰ Folha do Norte. 25/08/1963.

¹²¹ Folha do Norte. 11/08/1962.

¹²² Folha do Norte. 15/09/1962 & 22/09/1962.

¹²³ Folha do Norte. 01/09/1962.

homens perigosos”,¹²⁴ escreveu ainda; “os comunistas, dirigem e orientam, conduzem os pessedistas”.¹²⁵ O PSD que prometia uma “renovação” na gestão da prefeitura em caso de vitória, não o faria segundo o colunista, pois o partido se intrometia nas gestões municipais de seus prefeitos, o que colocava a política partidária acima dos interesses municipais, atrás do “Pinto haviam raposas”.¹²⁶

Nesta perseguição gráfica e ortográfica ao PSD e Pinto, Durval aparecia em textos menores, mas de capa, como uma vitória certa que seria esmagadora. Apesar do não acesso ao Jornal Gazeta do Povo desse período, o Folha do Norte nos traz uma imagem privilegiada da campanha de Pinto, pois Hugo Silva fazia questão de descrever seus comícios, sujeitos que compunham a sua base eleitoral, lugares frequentados, descrição de trajes usados e mesmo o comportamento dos sujeitos nos atos públicos.¹²⁷ De fato a campanha de Pinto e contra Pinto apareciam mais que a da própria Frente Democrática-Trabalhista¹²⁸ e seus candidatos. O jornal Folha do Norte nos permitiu identificar grupos dos quais os candidatos se cercavam, enquanto Durval apresentava-se com candidatos do empresariado local, representantes dos grupos dominantes, Pinto surgiu como primeiro candidato a prefeito a circular em meios operários da cidade. Segundo o próprio Pinto, seus votos eram solicitados aos trabalhadores e não à “burguesia”¹²⁹ local. Enquanto a campanha de João Durval o colocava vitorioso e anunciava 85% de votos para este,¹³⁰ Pinto usava o slogan, “Francisco Pinto na prefeitura é o povo governando”.¹³¹

O episódio final dessa disputa foi a derrota de João Durval para Francisco Pinto por 43 votos de diferença,¹³² eleição em que Pinto considerou-se “candidato sitiado, um candidato de guerra, e uma vitória penosa”.¹³³ Notamos que o Folha do Norte só publicou o primeiro resultado parcial, onde João Durval aparecia na corrida eleitoral à

¹²⁴ Folha do Norte. 25/08/1962.

¹²⁵ Folha do Norte. 08/09/1962

¹²⁶ Folha do Norte. 25/08/1962.

¹²⁷ Foi comum a aparição no Jornal de denúncias de agressão a pessoas que acompanhavam a “marcha da vitória” de João Durval e a frente democrática-trabalhista.

¹²⁸ A Frente era composta pela UDN e PTB, sendo que João Durval conseguiu apoio de um setor do Partido Libertador através da Professora D. Laura Folly. Folha do Norte, 01/09/1962.

¹²⁹ Ver: Pinto Vem Aí! Filme de Olney são Paulo, 1976.

¹³⁰ Folha do Norte. 29/09/1962.

¹³¹ O slogan de João Durval dizia: “João Durval na prefeitura é João Durval governando”. SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Revista Sitientibus*, nº 24, p31-44, Feira de Santana, UEFS, 2001. p. 36.

¹³² Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia. 2006.

¹³³ **PEQUENA HISTÓRIA DE UMA ÉPOCA**, documento do acervo do LABELU.

frente com 4.365 votos contra 4.277 de Pinto.¹³⁴ Após a apuração total, o jornal estabeleceu um silêncio da derrota tanto para prefeito, como para vereadores, pois o PSD conseguiu maioria na câmara e foi o partido mais bem votado. A derrota da UDN só apareceu explicita no jornal no ano seguinte quando encontramos um texto que dizia que o PSD

(...) obteve uma vitória¹³⁵ de Pirro, já que uma prefeitura de nada vale sem o apoio do govêrno apenas serve para atrair desprestígio e antipatia, principalmente quando o prefeito eleito tem programas irrealizáveis...¹³⁶

Algumas das promessas “irrealizáveis” às quais se referia o texto eram: a ampliação do quadro de funcionários, centro de abastecimento, participação popular na gestão com a criação de novas secretárias e cargos, máquinas de costuras para mocinhas pobres, casa para operários, ferramentas de trabalho para trabalhadores, gêneros alimentícios pelo preço de custo, isenção de impostos para barraqueiros, serviço eficiente de água, serviço de esgoto.¹³⁷ O governador eleito foi Lomanto JR., sendo a “Frente Democrático-Trabalhista” vitoriosa na Bahia.

Renov(ação)...

O governo de Pinto se iniciou com uma exasperada disputa entre os jornais Folha do Norte e Gazeta do Povo. A contenda levou o Lions Club a pedir o fim da briga entre os jornais.¹³⁸ A diferença entre os dois se expressava em acusações de perseguição por parte do opositor. Hugo Silva neste momento dispunha de um mandato na câmara, e sua atuação na cidade se desenvolveria entre os territórios da sociedade política e civil, nesta última, principalmente como formador de opinião pública através do jornal.

¹³⁴ Folha do Norte. 13/10/1962.

¹³⁵ A expressão “vitória de pirro” significa obter uma vitória pagando um preço muito alto. Ver: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/vit%C3%B3ria%20de%20pirro/1862>. Visto em 21/08/2010.

¹³⁶ Folha do Norte. 12/01/1963.

¹³⁷ Folha do Norte. 19/01/1963.

¹³⁸ Folha do Norte. 09/02/1963.

Em 1963, início da gestão de Francisco Pinto, Jânio Quadros (UDN) já havia abandonado a Presidência da República possibilitando a ascensão de seu vice, João Goulart (PTB). Jânio não contava com maioria no Congresso Nacional, pois 64, 1% dos componentes eram de partidos de oposição,¹³⁹ o que o levou a uma manobra de busca de diminuição da legitimidade do Congresso junto à sociedade, induzindo este a restituir sua influência causando implicações para o governo de Jango.¹⁴⁰

O governo Goulart foi um momento de acirramento de tensões sociais onde “a luta de classes no Brasil alcançou um de seus momentos mais intensos”.¹⁴¹ Houve um aumento da participação popular no país, uma ampliação da democracia. Goulart fazia um governo que admitia como meta as reformas de base para o desenvolvimento do Brasil e a continuidade do programa de Jânio da Política Econômica Independente (PEI), o que levantou a desconfiança de grupos multinacionais.¹⁴²

Em Feira, a oposição udenista encontrou suas oportunidades de ataque ao governo federal na Câmara Municipal e no Folha do Norte. O colunista Fernando Mendes Filhos descreveu a greve como um instrumento de assalto ao poder, estando os sindicatos dominados em sua maioria,

por uma diretora chamada Comando Geral de Greve (CGT). Este por sua vez está nas mãos dos comunistas e é prestigiado, sustentado e incentivado pelo Governo, que lhe dá salvo conduto para realizar amplo programa de sovietação do país.¹⁴³

Não só o governo Jango foi alvo de críticas pela UDN e seu órgão, mas Chico Pinto, este é foi considerado o verdadeiro inimigo do povo feirense que deveria ser visto com muita desconfiança pelos cidadãos. A ameaça estava sentada na cadeira do paço

¹³⁹ LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 57, jan-jun., 2009. p. 189.

¹⁴⁰ Um exemplo das consequências das manobras usadas pelo Congresso é a instalação do regime parlamentar em 1963. Ver: LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 57, jan-jun., 2009.

¹⁴¹ TOLEDO, Caio Navarro de. **1964**: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p.2.

¹⁴² Foram enviadas por Jânio missões diplomáticas a países socialistas para realização de acordos comerciais. LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 57, jan-jun., 2009. p. 202.

¹⁴³ Folha do Norte. 23/02/1963.

municipal e deveria ser contida em seu governo sindicalista, assim Pinto continuava aparecendo em manchetes de capa do Jornal Folha do Norte.

Apesar das constantes acusações de esquerdismo,¹⁴⁴ comunismo, de ser contra a democracia e contra a família cristã, Francisco Pinto começou seu governo com proposições formalizadas em projetos de leis¹⁴⁵ para, o que sugeria ser, a concretização de seu programa de campanha.¹⁴⁶ O planejamento que na memória política dominante considera esta prática associada ao governo posterior, de João Durval (1967-1971), apareceu já na renovação administrativa de Pinto. O vereador Colbert Martins apresentou em 10 de outubro de 1963, o conferencista Prof. Walter Gordilho para explanação “sobre o nosso Plano Diretor de Urbanismo”.¹⁴⁷ Em sua gestão foram apresentados os mais variados projetos de lei que em sua maioria foram reprovados pela Câmara em debates constantes com a oposição, principalmente a UDN. Nesse novo momento da história da cidade, percebemos uma mudança nos debates realizados entre os vereadores. As disputas tornaram-se mais contundentes,¹⁴⁸ falas mais agressiva, e a participação popular na Câmara aumentou no ano de 1963. Na época o

apoio das organizações sindicais e estudantis sob a orientação do PCB, a aproximação com propostas populares, que alimentavam a administração federal do presidente João Goulart, levou, em certa medida, a campanha de Francisco Pinto e sua administração aos limites do que parecia impossível em Feira de Santana; uma guinada para a esquerda dos discursos e práticas administrativas.¹⁴⁹

Segundo Pacheco, “O histórico pessoal de Chico Pinto e a sua formação política podem ser apontados como justificativa para parte de suas atitudes como chefe municipal em 1963”.¹⁵⁰ O próprio Pinto via-se como herdeiro do populismo getulista e das influências das ideias socialistas que havia aprendido na universidade e até mesmo

¹⁴⁴ Pinto afirma nunca ter sido comunista. Ver: Pinto Vem Aí! Filme de Olney São Paulo, 1976.

¹⁴⁵ Interessante que Pinto envia uma sugestão a Câmara, para quando da visita de Jango a Vitória da Conquista solicitar a construção de uma avenida de contorno na cidade, o que só seria realizado com o Plano de Desenvolvimento Local e Integrado no governo de João Durval Carneiro entre 1967-1971. Ata da 25ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 21/05/1963.

¹⁴⁶ Projetos de Lei do Prefeito Francisco José Pinto. Câmara municipal de Feira de Santana.

¹⁴⁷ Ata da 80ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 10/10/1963.

¹⁴⁸ Um exemplo é o requerimento do vereador Humberto Mascarenhas (PSD) solicitando ao Senado Federal uma reforma constitucional que possibilitasse a realização da reforma agrária, o que leva a debates intensos na Câmara. Ata da 30ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 29/05/1963.

¹⁴⁹ SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Revista Sitientibus*, nº 24, p31-44, Feira de Santana, UEFS, 2001. p. 36.

¹⁵⁰ PACHECO, Larissa Penelu. Trabalho e costume de feirantes de alimentos (1960-1990). Feira de Santana: 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. p. 93.

da ética da UDN.¹⁵¹ Sua atuação na administração provocou um “esvaziamento dos setores do PTB que estavam próximos a associações de trabalhadores e de bairro e daqueles que se vinculavam aos Edis da UDN”.¹⁵² Com a construção de uma Central de Abastecimento¹⁵³ onde a Prefeitura eliminava o atravessador - comprador e revendedor de produtos para pequenos comerciantes da feira - o governo municipal caminhava para um modelo populista na mediação da relação entre Estado e trabalhadores. Houve o estabelecimento de regras e leis tributárias que não havia na cidade para regular a venda de produtos com apoio do executivo. O governo de Pinto estabeleceu uma relação de proximidade com organizações de bairro e sindicatos no atendimento de demandas. O governo constituiu outros mecanismos, como farmácia popular, suspensão de pagamento de impostos para os devedores de menos de 5 mil cruzeiros, construção de albergues e, a participação em sua gestão de organizações sindicais, populares e estudantis como a AFES na Comissão da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.¹⁵⁴

Um momento em particular evidenciou que a cidade vivia uma nova participação política popular. Em 29 de novembro de 1963, estudantes e trabalhadores ocuparam a Câmara, num protesto motivado pela necessidade da construção de mais uma escola de ensino secundário. A população em protesto quebrou os móveis da Câmara e a sessão foi suspensa.¹⁵⁵ Foi o primeiro registro encontrado por este pesquisador sobre o acompanhamento e intervenção de uma sessão da Câmara Municipal, por sujeitos que não detinham mandatos públicos, o que demonstra a ocupação de novos espaços por novos sujeitos e novas formas de manifestação e pressão popular.¹⁵⁶ O protesto causou a perseguição à gestão do prefeito, Pinto foi acusado de ser um dos líderes do protesto, Hugo Silva chegou a afirmar que “sempre previu” que isso aconteceria e, que “foi apenas o início do que pode acontecer”, disse

¹⁵¹Ver: NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: Semeadores da Democracia.** História Oral de vida Política. Paz e Terra, 1998, p. 112.

¹⁵² PACHECO, Larissa Penelu. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos (1960-1990).** Feira de Santana: 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. p. 93.

¹⁵³ A perspectiva do governo era eliminar os atravessadores, sendo que o produtor rural não teria um intermediador na venda do produto, garantindo um lucro maior para o trabalhador rural e um custo menor para o trabalhador urbano. Para essa discussão e um aprofundamento maior sobre as relações de Pinto e o populismo em seu governo, ver: PACHECO, Larissa Penelu. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos (1960-1990).** Feira de Santana: 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, p. 87-100.

¹⁵⁴ No governo de Pinto é criada também a figura dos administradores de bairros para lidar com problemas comunitários para o auxílio da administração municipal. Idem, Ibidem. p.98.

¹⁵⁵ Ata da 110ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 29/11/1963.

¹⁵⁶ Ver: SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). **Revista Sitientibus**, nº 24, p31-44, Feira de Santana, UEFS, 2001.

que chegaram a ele comentários de que a prefeitura mantinha um arsenal sob seu controle.¹⁵⁷

Pinto provocou a ira de opositores por sua aproximação com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Em um episódio conhecido como guerra dos currais,¹⁵⁸ o prefeito assumiu junto com a guarda municipal e homens dos subúrbios, a liderança de um enfrentamento aos fiscais do governo do estado contra a cobrança de impostos. Neste momento ele afastou-se até mesmo das perspectivas do partido que lutava dentro das “regras do jogo democrático”.¹⁵⁹ A guerra dos currais já havia deixado lembranças fortes em seus opositores. Foi um momento de enfrentamento com o governo de Lomanto Jr. que havia substituído o secretário de finanças do governo municipal, no período o cargo era indicado pelo governador, e o governo estadual queria garantir a cobrança de novas taxas. O lugar escolhido foi os currais, devido estes serem de grande importância para economia da cidade, segundo o Folha do Norte;

O prefeito municipal, todo o secretariado e os oficiais de gabinete de carreira disponíveis no momento estavam entrincheirados, nos Currais do Município fortemente armados e dispostos a repelir, à bala, os prepostos da fiscalização estadual caso pretendessem arrecadar os impostos.¹⁶⁰

O quebra-quebra da Câmara foi o último acontecimento de relevância de que a oposição pode apropriar-se contra o prefeito. Joselito Amorim, vereador pela UDN, disse que havia “algo de podre”¹⁶¹ no governo, que o povo da terra poderia esperar por algo perigoso. Hugo Silva culpou a gestão de Pinto de realizar uma “comunização em nosso município”.¹⁶² Foi desta forma, pós o evento do quebra-quebra, que a Câmara se despediu do conturbado ano de 1963 para dar início a seu recesso, e voltar somente com os militares na presidência da república.

¹⁵⁷ Ata da 111ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 03/12/1963.

¹⁵⁸ Para ver mais sobre essa discussão: CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsch na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967.** (Monografia). p.36-39.

¹⁵⁹ HIPOLITO, Lúcia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 45.

¹⁶⁰ Folha do Norte. 22/06/1963.

¹⁶¹ Ata da 111ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 03/12/1963.

¹⁶² Ata da 113ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 05/12/1963.

Um novo (se) Abril no Brasil.

Brasileiros pós-ditadura
 Ainda se encontram em estado de coma semi
 profundo
 E um dos sintomas mais visíveis é a falta de
 percepção
 Acariciam um lobo
 Achando que é o seu animal de estimação
 Não consegue diferenciar
 Banqueiros de bancários
 Mega traficantes de meros funcionários
 E assim permanecem estagnados
 Quando não regredindo enquanto o comando
 delta
 Tem cada vez mais motivo pra permanecer
 sorrindo.¹⁶³

O golpe de Estado no Brasil, em abril de 1964, significou a ascensão de militares ao poder executivo e uma ditadura civil/militar que duraria duas décadas, dirigida pelas forças armadas e respaldada por vários interesses do capital nacional e imperialista. Hoje há uma série razoável de produções historiográficas e nas Ciências Humanas sobre o golpe e o período de governo da chamada “revolução”, resultando daí a evidência de diversos fatores a serem considerados sobre seus embriões e causas. A produção sobre o período nos permite, e ao mesmo tempo exige certa divagação sobre tema que nos apresenta algumas possibilidades interpretativas, impondo a pesquisa uma posição quanto ao evento.

Dos debates a serem realçados sobre o golpe, há uma disputa historiográfica em torno da interpretação de causas. Posicionamentos são diversos, notadamente no tocante aos sujeitos envolvidos no golpe e sobre as razões que balizaram suas ações. Alguns pesquisadores defenderam e defendem a tese segundo a qual a saída para crise política, provocada pelo acirramento da luta de classes e ao avanço ideológico da esquerda, encontrada pelas frações da classe burguesa associadas ao capital internacional, teria o golpe. Tese que acaba por legitimar a tese da ameaça à democracia, por parte da esquerda brasileira, defendida por militares e grupos da classe dominante e, que recentemente foi muito bem aceita e divulgada em meios populares do país através da

¹⁶³Trecho da musica “Contexto”, composição de Marcelo D2 do grupo Planet Hemp, 1994.

mídia.¹⁶⁴ Assim o golpe teria sido alternativa possível contra o advento de uma república sindical organizada a partir de uma revolução dos trabalhadores.

Para contribuir com a uma contestação dessa forma de leitura legitimadora, analisamos o governo de Jango para compreensão do golpe. Aquele governo representou a tentativa de sanar problemas tanto econômicos, ligados a uma alta inflação e uma estagnação na economia, e ao mesmo tempo conter uma possível convulsão social ocasionada pelo avanço político-ideológico dos grupos oprimidos do campo e da cidade. Seu governo não se caracterizou como um projeto de grupos que tinham orientações programáticas e ideológicas em oposição aos grupos dominantes pertencentes a frações burguesas, seu fim último foi solucionar os problemas referidos. Assegurar o capitalismo e conter a inflação com desenvolvimento, segundo a orientação de Celso Furtado (Plano Trienal). A reforma agrária seria um passo para o desenvolvimento industrial, a meta era converter latifúndios improdutivos em produtivos, fato que gerou grande discórdia com a burguesia agrária brasileira e levou a sua organização contra o governo. O apoio esperado pelo governo da parte da burguesia industrial nacional não foi conseguido e sua principal reforma de base ficou sem respaldo. A saída foi recorrer ao apoio popular e da esquerda, em troca evitaria perseguições políticas a organizações como o PCB, a greves e a resistência popular.¹⁶⁵

Dreifuss realizou um estudo das organizações que articularam o golpe de classe. Segundo o autor, a Escola Superior de Guerra, o complexo IPES/ IBAD, junto com a FIESP e CONCLAP, foram organismos de construção de oposição ao regime populista a que Jango dava continuidade, organizando estratégias de construção de uma contra hegemonia onde; as “atividades objetivavam conter forças populares, desagregar o bloco-histórico populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar”.¹⁶⁶

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) surgiu em 1959 com o objetivo de financiar candidatos opostos ao populismo e direcionar capital para propaganda anticomunista. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado em 1962 por empresários brasileiros, especialmente do Sudeste, ansiosos por uma forma de organização capaz de enfrentar o crescimento qualitativo das organizações sindicais dos trabalhadores e

¹⁶⁴ Um exemplo é a obra de Elio Gaspari. Ver: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁶⁵ Toledo, Caio Navarro de. A Democracia Populista Golpeada. IN: **1964: Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. Toledo, Caio Navarro de (Org.). Campinas SP, Editora Unicamp, 1997.

¹⁶⁶ DREIFUSS, Rene Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.p.229

intervir na base do governo – ou contra ele – para reverter os efeitos da reforma de base em seus empreendimentos.¹⁶⁷

Os grupos dominantes se apoiavam em organizações de classe como a CONCLAP, um dos principais órgãos fomentadores do golpe. A CONCLAP tinha relacionamentos estreitos com a ESG, muitos de seus integrantes eram ex-alunos ou professores da escola. Esses grupos se organizavam tanto para disputar ideologicamente os grupos populares, como para aproximar setores médios de seus ideais e convencer industriais e banqueiros e grupos dominantes de seus projetos políticos. Um dos aspectos mais importantes que compunham as estratégias desses grupos, a exemplo do IPES/IBAD, foi a doutrinação ideológica através de aparelhos privados para estabelecimento de hegemonia. Jornais, revistas, televisão, foram os meios de controlar o juízo público, pois o que estava em jogo não era somente conquistar adeptos de seus ideais por promessas de futuro próspero, mas também estabelecer padrões morais de julgamento de atitudes.

O golpe foi, necessariamente, uma estratégia construída não em torno somente de uma resposta à ameaça que surgia a partir dos trabalhadores em luta, mas uma alternativa que se mostrou eficiente para o bloqueio, de forma brusca, do conjunto do bloco histórico populista.

Marcelo Badaró¹⁶⁸ chamou atenção de posicionamentos historiográficos recentes que tendem a legitimar uma visão interpretativa do golpe que corrobora com o discurso histórico das classes dirigentes da ditadura, mantendo a afirmação da alternativa golpista como única saída para os grupos dirigentes diante da ameaça antidemocrática e revolucionária de esquerda. Em acordo com este argumento, ganha destaque a obra Argelina Figueiredo,¹⁶⁹ contrapondo contribuições como a de Dreiffuss de um golpe preparado pela direita como estratégia de tomada de poder de classe. Argelina imagina o golpe como estratégia de um grupo de classes dominante, porém a elaboração da alternativa se dá com o desenrolar da ameaça da esquerda de criar uma república sindicalista. Do que se pode concluir da obra de Argelina sobre o golpe, é que este foi uma fatalidade, porém justificável, pois as classes econômicas do golpe e os militares agiram em acordo com a única alternativa encontrada para conter a ameaça de

¹⁶⁷ DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio:** as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, p.19. (Tese).

¹⁶⁸ BADARÓ, Marcelo. Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia. **Revista História & Luta de Classes.** Nº 1 - Abril – 2005

¹⁶⁹ FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

uma revolução socialista. Quem perdeu e perderia de qualquer forma seria a democracia que estava ameaçada da esquerda e da direita do país.

Dreiffus, segundo Carlos Fico¹⁷⁰, havia supervalorizado o papel de organizações civis na preparação do golpe, de outro lado Argelina e Jorge Ferreira¹⁷¹ deram ênfase a certa maturidade organizacional e política de grupos de esquerda para encontrar suas alternativas sobre o papel do poder e do Estado. Alguns ressaltaram o papel da direita, enquanto outros, o da esquerda como principal fator determinante para golpe. Atentamos para o desenvolvimento dialético que a luta de classes impôs nos longos anos precedentes do golpe, os alargamentos ideológicos organizacionais das classes e suas frações não se davam de forma extemporânea às realidades conjuntas de suas experiências vividas, eram desenvolvidas a partir dos conflitos de classes. Se a direita amadurecia em suas estratégias e organização, a esquerda seguia o mesmo caminho, pois, o acirramento dos conflitos de classes gerou o desenvolvimento das estratégias de luta destas, não significando, porém, a pressuposição por parte da esquerda de uma insurreição contra o Estado democrático. Essa pressuposição foi produto de uma leitura inclinada, pois as fontes não indicam ser este um período pré-revolucionário por uma pressão da esquerda e movimentos sociais, não são encontradas propostas ou organização de caráter golpista, e não havia também uma frente armada ou apoio de setores militares, o que minimamente fundamentaria uma leitura de uma possibilidade da aplicação de um golpe/revolução.

Caio Navarro de Toledo, um ano após a publicação de Argelina, replicou sua visão de ameaça da revolução da esquerda. Concordou sobre antecedentes do golpe, o governo de Goulart e seu caráter intimidante de setores conservadores nacionais por seu populismo, os avanços das esquerdas do ponto de vista ideológico e o acirramento da luta de classes nas cidades e no campo, porém, dissentiu de uma posição que é condescendente com uma ameaça revolucionária da esquerda nacional pregada por frações militares e grupos golpistas.

O apoio da esquerda nacionalista foi dado ao governo, tencionando forças sociais a lutar por reformas de base em apoio a Jango, porém, sem saber que o que os

¹⁷⁰ FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.24, nº47, p 29-60. 2004.

¹⁷¹ FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

esperava era a opção por parte da direita e setores militares pelo golpe. A ilegalidade da direita se deu com o afundamento do Estado civil de direito em defesa de interesses de latifundiários, industriais, financistas, militares e o imperialismo norte-americano, se definiu o caminho das lutas sociais entre grupos de trabalhadores e setores dominantes.

Jango se movia para conseguir o apoio popular que necessitava, no 13 de março de 1963, isso foi refletido na passeata dos 200 mil que em contrapartida enfrenta uma manifestação contrária com cerca de 500 mil pessoas - a “Marcha com a Família com Deus pela Liberdade” - onde os caminhantes solicitavam o *impeachment* do presidente acusando-o de “comunização” do país e de estar conspirando em favor de uma república sindicalista.

Continuamos a observação da análise de Argelina quanto às causas do golpe, das proposições da esquerda antidemocrática, linha interpretativa seguida também por Jorge Ferreira,¹⁷² pois segundo este a esquerda não propunha a defesa da democracia, estando disposta a rompê-la. A Frente de Mobilização Popular (FMP) passou a ser a fonte de sustentação para argumentação de Ferreira. À esquerda sob a direção de Brizola e a FMP, estava em um estágio de grandes avanços organizativos, ameaçavam as classes dominantes que se viram sem alternativas, pois, estariam prestes a serem golpeadas. Ao contrário dessa leitura, Badaró considerou como irreal esta atuação antidemocrática da esquerda, argumentando com subsídios de uma pesquisa sobre os trabalhadores antes do golpe, onde não encontrou evidências disso. A supervalorização da FMP por Argelina e Ferreira, segundo estes organizando um processo que foi antidemocrático e golpista apoiado em sua base popular de movimentos sociais,¹⁷³ sugere uma visão que respalda o argumento de golpistas, sendo o único caminho para escapar de uma república sindicalista a maneira soviética. Se a FMP foi uma frente tão ameaçadora por parte dos trabalhadores urbanos, conjugada com a ameaça que vinha das ligas camponesas, foi deixado de lado à análise mais aprofundada de outra frente ampla, esta de direita, a UDN - que desde seus primórdios se mostrou golpista - surgida mais de uma década antes do aparecimento da FMP.

¹⁷² FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto:** a Frente de Mobilização Popular. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

¹⁷³ A FMP nos estudos de Jorge Ferreira só é entendida com revolucionária a partir de seus discursos, pois ele não aprofunda o estudo para compreender se havia ou não bases para uma possível revolução sob sua direção e de Brizola.

Gláucio Ary Soares ¹⁷⁴ inverte a proposta elucidativa de compreensão de Dreiffus relacionada ao caráter do golpe enquanto conspiração de grupos econômicos com militares, para militares com grupos econômicos. O que está em jogo é a interpretação correta dos grupos dirigentes do golpe, sujeitos principais e coadjuvantes, se de fato tem mais responsabilidade militares enquanto vanguarda golpista ou grupos econômicos associados. Sua perspectiva partiu principalmente das análises de entrevistas do CPDOC, onde era perceptível um grau de vanguardismo dos militares.

Na tentativa de solução, ou ao menos uma reflexão para possibilidades, está o estudo mais aprofundado Nelson Werneck Sodré, com um recuo mais longo no debate dos precedentes no que refere à história militar nacional. Sodré ¹⁷⁵ propõe uma análise deste tipo, porém exacerba o papel dos militares, mas contribui ao analisar a organização militar nacional onde existiu uma mentalidade de longa duração onde se enraizou o desejo de governo do país desde o início do período republicano. Este fez uma apreciação sobre esse papel, no Estado, que os militares tomam para si, incluindo o ato da Proclamação da República.

Dadas às dimensões propositivas de Sodré, é preciso considerar que os militares não são homogêneos em sua prática política e em perspectivas sociais, é uma organização que não está isenta de disputas, contradições “equivalentes” a de classe. Concordamos com a possibilidade real de uma supremacia de um pensamento de um grupo do alto escalão militar, que sempre se posicionou como assegurador da paz interna no país e de ditos interesses da nação, pois é um discurso que foi encontrado também fora das forças armadas e, sempre que se definiu que seu apoio fosse necessário as Forças Armadas foram convocadas para salvaguardar estes interesses. Houve divergências entre frações de militares, mesmo que ao fim tenha se sobreposto uma proposta hegemônica. Desobediência, protestos de sargentos e oficiais e mesmo disputas de concepção entre Generais a levaram a uma crise no período ¹⁷⁶,

A crise social e política do governo Goulart foi adensada por vários movimentos contestatórios, inclusive, motins dentro das forças armadas, a exemplo do motim de suboficiais da Aeronáutica e da Marinha que eclodira

¹⁷⁴ SOARES. G. A. D., CASTRO. C. (Org.). **Visões do Golpe**. A memória sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil**. 2. ed. Petropolis: Editora Vozes, 1984

¹⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

em Brasília, em 1963, exigindo direito de voto e melhores condições na tropa.¹⁷⁷

Havia mesmo um setor militar que se dispôs a resistir ao golpe junto a movimentos de trabalhadores, comprovando a diversidade dentro das organizações militares.¹⁷⁸

Há aspectos que precisam de estudos mais aprofundados sobre os antecedentes do golpe, como o papel articulador da UDN enquanto frente golpista, objeto de grande relevância para reconsiderar a preparação do golpe. A UDN em sua trajetória organizacional se configurou a partir de posições contrárias a Getúlio Vargas e o comunismo. Este movimento construiu uma série de tentativas de golpear o Estado, sendo a primeira vez em 1945, forçando o abandono de Getúlio, depois em 1954 com o “golpe branco”, forçando, junto a aliados, a renúncia de Getúlio, que na tese de Otávio Mangabeira significou uma “revolução pela metade”, “uma tentativa freada pelo suicídio de Getúlio, de uma transformação revolucionária, como um embrião, o ensaio geral de 1964”. Outras tentativas de deposições foram focadas, porém sem êxito “até no 31 de março de 1964, quando a UDN poderia considerar-se vitoriosa”.¹⁷⁹

Carlos Fico¹⁸⁰ preferiu realizar seu estudo analisando causas macroestruturais e micrológicas, produzindo um texto mais denso com uma perspectiva bastante abrangente. Para ele o IPES, os militares e as condições históricas pela qual o país passava sob o governo João Goulart, são todas causas do golpe, em menor ou maior grau tudo deve ser considerado.

Dreiffus não aprofundou em sua análise o papel da UDN como grupo aglutinador de setores dominantes, enquanto movimento de classe, que só pode ser entendido a partir dos conflitos no interior do capital. A UDN representava os anseios de setores de classes econômicas dominantes, assumindo esse papel e o priorizando

¹⁷⁷ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. IN: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009, p. 35.

¹⁷⁸ BADARÓ, Marcelo. Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia. **Revista História & Luta de Classes**. Nº 1 - Abril – 2005

¹⁷⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Paz e Terra, 1981. p. 91.

¹⁸⁰ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.24, nº47, p 29-60. 2004.

como um movimento liberal que se assombrava com qualquer avanço das classes trabalhadoras, conseguindo organizar-se somente em torno do medo do avanço das classes trabalhadoras e pela conquista do Estado. A UDN já havia difundido durante anos, uma disposição golpista, o anticomunismo e o representação negativa contra o populismo, dentro dos meios civis e da sociedade política. Em seguida ao seu objetivo atingido, se desfaz o núcleo duro da própria União.

Entender a entrada de João Durval na carreira política local as relações de seu partido com o ideal de modernização da cidade e a participação da UDN como partido golpista em 1964, nos ajudam a constituir os indícios de um projeto de modernização (hegemonia) que se assentara em alguns pilares morais, éticos e políticos. A forma udenista, o discurso de modernização local, o surgimento de órgãos de classe que se orientavam pelo discurso do progresso, todos eles estão sendo relidos a partir de sua posição política e de sua disposição ao enfrentamento dos problemas que diziam respeito à manutenção do poder local, assegurando a ordem capitalista ficar livre de ameaças.

CAPITULO 2

Um progresso para cidade.

Havia comparecido, em traje de gala, a várias festas de São João e São Pedro, tendo comido canjica e ensaiado passos de baião; era homem culto, poliglota, cujos pais, alemães da região polonesa dos Sudetos, haviam sido mortos pelos comunistas e que por isso se dedicava, sob o signo de Cristo, a combater o Mal onde quer que este se apresentasse. Um modernizador, o homem.¹⁸¹

Um novo (se) Abril em Feira: um presente para João...

Com o desenrolar do golpe a partir do sudeste e centro-oeste do país, a Bahia se curvou, ou melhor, parte de seus grupos dominantes e oligárquicos aderiram prontamente à nova combinação política nacional, cabendo a esses o papel de difusores de um novo regime que viria pós-golpe. Mesmo a configuração do governo Estadual se modificou em um novo acordo político. Lomanto Jr., que desenvolvia um governo próximo das proposições reformista de João Goulart,¹⁸² ficou sem alternativas, sendo forçada sua adesão aos golpistas,

O triunfo da Conspiração de Mourão Filho representou, no plano local, a derrota do “populismo moderado” de Lomanto Jr. e o colapso da política pendular da ala liberal da UDN¹⁸³.

Ressaltamos que o golpe permitiu aos setores mais conservadores daquele partido uma posição política privilegiada, por outro lado, houve o abandono da UDN

¹⁸¹ SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, 58.

¹⁸² Lomanto Jr. era adepto das proposições reformista que se gestavam no governo Jango e outras anteriores, queria autonomia para por em prática as reformas no estado e lutava para recolocar a Bahia como um Estado de destaque na configuração política e econômica nacional. Ver: FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O golpe de estado de 1964 na Bahia**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf>, p. 14. Acesso em 07/ 09/2009.

¹⁸³ Lomanto Jr. era adepto do comício de 13 de março de 1964 do presidente Goulart em Salvador, a intenção era aproximar-se do executivo nacional já que a Bahia precisa do apoio deste devido a seu panorama econômico complicado pela estiagem. Ver: DIAS, José Alves. O Golpe de 1964 e as dimensões da repressão em vitória da conquista. In: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009, p. 69. & FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O golpe de estado de 1964 na Bahia**. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf, p. 14. Acesso em: 07/ 09/2009.

por setores mais abrandados e liberais que se posicionaram contrários o golpe. Nessa reconfiguração, novos atores políticos locais e regionais iriam ascender, a ditadura permitiria a emergência de novos profissionais da política, alguns que não eram tão novos, oriundos de grupos dominantes na Bahia, ao mesmo tempo o surgiram novas qualidades e performances políticas com novos sujeitos a exemplo do carlismo, estava se “abrindo caminho a uma democracia átona, sem “irracionalidade” sindicalista e ideologias “exóticas”.¹⁸⁴

A cidade de Feira foi um dos lugares do Estado onde esboços de resistência ao golpe foram encontrados. Francisco Pinto ficou mais de um mês após o golpe no governo, tendo tempo suficiente para manifestar planos de resistência. O prefeito, juntamente com outros sujeitos, planejava uma aliança da guarda municipal com o Tiro de Guerra para resistir ao golpe, o que não aconteceu. Pinto tinha por intenção fortalecer uma resistência regional para ajuntar-se com o governo federal, sendo forçado a desistir depois da notícia do abandono do presidente da capital federal.¹⁸⁵ Há muitos relatos de ex-participantes que contam versões sobre essa tentativa frustrada de Pinto, que contaria com o deslocamento de militantes de outras cidades para a Feira com a intenção de incorporar a resistência.¹⁸⁶ Porém, nos interessa neste momento, o comportamento da UDN em relação ao golpe.

Foi da UDN local que saiu a deposição de Francisco Pinto, caso normal em todo país no período a prática da denuncia de opositores pela UDN, aproveitando a insurreição para afastá-los do poder. Na Bahia o golpe também criou a possibilidade de afastamento de inimigos políticos em outras prefeituras, como as deposições do prefeito de Vitória da Conquista, Pedral Sampaio, e de Salvador, Vigildásio Senna, e também em câmaras de vereadores, além de participantes de oposição. Foi com o golpe que os quadros da UDN puderam, enfim, afastar o mal da administração local, afinal esta “sempre obedeceu a orientação comunista”.¹⁸⁷

¹⁸⁴ DANTAS, Paulo Fábio. **Quebra da casca do ovo: A elite baiana e a obra do golpe 1964.** http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf, p. 221. Acesso em 08/04/2008.

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p.46.

¹⁸⁶ Ver; ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes.** Salvador: EDUFA, 2009. Depoimentos de Chico Pinto em: NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: semeadores da democracia: historia oral de vida política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Depoimentos de ex-militantes de organizações políticas como o PCB em Feira de Santana, ver: Seminário Chico Pinto: Democracia e Ditadura em Feira de Santana, realizado pelo LABELU – UEFS, em Setembro de 2007. (DVD)

¹⁸⁷ Ata da 113ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/04/1964.

Com a volta dos vereadores depois do recesso da Câmara e instalado golpe, Hugo Silva fez questão de propor uma moção de congratulação às “Forças Armadas do Brasil e a todos os brasileiros que se empenharam na luta contra o comunismo”,¹⁸⁸ sugerindo na mesma fala a deposição do prefeito por realizações de atividades subversivas. Era a tão idealizada oportunidade da UDN local de voltar ao poder e interromper a participação popular nas atividades políticas da cidade.

Feira de Santana contava com atividades desenvolvidas pelo IBAD, instalado em um “Posto Médico-Dentário” desde 1962, mesmo posto destinado a atividades de atenção à população pela Frente Democrática Trabalhista na eleição de 1962. No Folha do Norte foram publicados alguns textos que faziam referência ao IBAD.¹⁸⁹

Com a montagem do golpe, prefeitos que tinham posicionamentos favoráveis às reformas de base e aproximações com movimentos populares, passaram a “despertar atenção do comandante Manuel Mendes Pereira – responsável pela coordenação e execução das ações repressivas no interior -, da 6º Região Militar, em Salvador”.¹⁹⁰ Esse despertar do comandante foi responsável pela prisão de prefeitos, mas a delação de inimigos políticos seria fundamental para as ações de deposição. Na pesquisa não encontramos indícios de uma perseguição ao prefeito Chico Pinto de forma espontânea pelo comandante, mas uma delação pública e o projeto de lei que o depôs, evidenciando a ação civil para o golpe, principalmente no interior do país, onde a consolidação dele muitas vezes se deu pela direção civil.

O conjunto do governo do PSD, entre 1963 e 1964, incomodava a UDN, mas em especial alguns episódios jamais registrados na cidade, chamavam a atenção. O que explica a insatisfação de Hugo Silva com o “quebra-quebra” da câmara municipal em 1963. Enquanto este acusava o governo de comunização, Joselito Amorim afirmava que não recuariam os vereadores diante do fato.¹⁹¹ Mas o golpe permitiria a Hugo Silva uma nova empreitada junto a seus correligionários. Apesar do atraso da reação, articulação e, adesão pública udenista ao golpe (devido o recesso da Câmara), esta veio,

¹⁸⁸ Moção N° 01/64. Ata da 13º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/04/1964.

¹⁸⁹ Sugerimos aqui o obvio, que a atuação do IBAD junto ao Folha do Norte e da UDN local, no combate a Pinto e ao comunismo são indícios de uma articulações anteriores para em prol da deposição do Prefeito. Sobre o IBAD em Feira ver: MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia:** ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983), Feira de Santana, 2009, p. 45. (Dissertação)

¹⁹⁰ DIAS, José Alves. O Golpe de 1964 e as dimensões da repressão em vitória da conquista. In: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia:** Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes. Salvador: EDUFA, p. 76.

¹⁹¹ Ata da 111º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 03/12/1963.

e em uma data especialmente simbólica Hugo Silva e a UDN presentearia um de seus membros. No dia 08 de maio de 1964, um mês depois do recesso da Câmara, pouco mais de um mês pós-golpe, e no dia do aniversário do candidato derrotado da UDN a eleição de 1962, Hugo Silva propõe, depois de aprovada uma moção de congratulações a João Durval pelo seu aniversário - estaria por vir ainda o maior presente - o Projeto de Resolução nº 55/A64, “declarando impedido no cargo de Prefeito do Município de Feira de Santana o Bel. Francisco José Pinto dos Santos”¹⁹² aprovado por 08 votos a favor contra 05, depois de vários constrangimentos aos edis em sucessivas tentativas frustradas devido a não formação de quórum em reuniões. Na mesma data assumiu a prefeitura o vereador Joselito Amorim (UDN),¹⁹³ grupos dominantes começaram a se reacomodar na prefeitura com um golpe civil, desencadeado pelos “velhos mandões udenistas”.¹⁹⁴ Após a resolução de impedimento do prefeito, o fato foi comunicado a Juracy Magalhães e este comunicou ao Presidente Castelo Branco¹⁹⁵ a solicitação de deposição do prefeito, ocorrendo como consequência à prisão de Francisco Pinto.¹⁹⁶ Juracy e Castelo tinham interesses na cidade, previam que Feira de Santana seria um ponto estratégico de refúgio para militares e civis pró-golpe caso a “revolução” não desse certo,¹⁹⁷ a cidade não deveria oferecer nenhum tipo de perigo ou resistência ao golpe.

O “Bicho” esteve em Feira!

Enfim... Feira de Santana entrou em um novo momento, novos experimentos políticos foram realizados e a cidade foi ocupada por um “Bicho” que vinha com a função de higienizá-la de um tipo de sujeito e sobretudo de práticas que ameaçavam velhos poderes restabelecidos. Feira se integrava às novas conformações políticas do Brasil. O ano de 1964 acarretou para Feira perseguições, prisões e exílios.

¹⁹² Ata da 16ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/05/1964.

¹⁹³ Ata da 17ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 11/05/1964

¹⁹⁴ SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, 146.

¹⁹⁵ CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira**: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967. (Monografia), p. 49.

¹⁹⁶ Há um relato que diz que o convidado a assumir a prefeitura da cidade teria sido João Durval, este não aceitou por não ter sido eleito para o cargo. A hipótese deve ser considerada já que o ocupante natural do cargo deveria ser o presidente da Câmara, que a época não era Joselito Amorim e sim Jackson Amaury. Ver: Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia.

¹⁹⁷ Joselito Amorim: O Prefeito da Revolução. Entrevista. **Revista Panorama de Feira de Santana**, nº 2., Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1º de outubro de 1983, p. 20.

Aqui iniciamos a apresentação desse período na cidade, através de sensações que foram mediadas para nós pela literatura. Impressões retomadas por uma memória que foi provocando este autor. Muniz Sodré ¹⁹⁸ descreveu na forma literária este período repleto de curiosidades, aquilo que aqui estamos dando passos para realizar em forma de tese acadêmica.

Estamos nos referindo à nova conformação em que ocorre uma retomada de posições no campo político local de velhos ocupantes deste; velhos ou antigos que pretendiam renovar-se e renovar a cidade; sendo nosso objeto principal, a acomodação já descrita, a volta da UDN ao executivo e sua preeminência no poder legislativo.

O “Bicho” que chega a Feira de Santana vem para reformar a cidade e seus sujeitos. Ao referir-se a personagem que foi apelidado de “Bicho da Feira”, Muniz realiza uma alusão a um antigo burburinho vivido na cidade por um estranho bicho que assustava a população por atacar animais domésticos, o “Bicho” foi o termo utilizado para significar um novo momento e um sujeito, retomado por causar uma sensação popular de espanto e medo como no ocorrido com a aparição do primeiro bicho da Feira.

O famoso novo “bicho” era o capelão Militar Edmundo Jukevics, ¹⁹⁹ que em suas ações perseguiu pessoas que supostamente eram a antítese do comportamento necessário para a consolidação da “revolução”. O capelão apossou bares, salões onde eram praticados jogos, casas de prostituição e etc., ganhando notoriedade em páginas do jornal Folha do Norte. ²⁰⁰ Na saga de diálogos de Antão, ²⁰¹ personagem principal da obra de Muniz, em seus debates acirrados compostos de análises sociológicas e históricas da cidade com a aparição no texto de autoridades locais, o autor apresenta o capelão como baluarte do discurso da modernização e da nova moral que deveria acompanhar os empreendimentos para uma Feira de Santana atualizada com padrões nacionais de produção e consumo. “Os modos de vida locais, a cultura do gado, a arte, a

¹⁹⁸ SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994.

¹⁹⁹ Este teria vindo a Feira de Santana na tentativa de encontrar armas da liga camponesa. SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, 41.

²⁰⁰ O espanto e medo popular causado pela aparição do segundo “Bicho da Feira” podem ser vistos nos relatos de pessoas que viveram neste momento, principalmente as vítimas da perseguição deste. Ver: Depoimento de Sinval Galeão, 17/11/1995. Disponível no CEDOC/UEFS, classificador 39. Seminário Chico Pinto: Democracia e Ditadura em Feira de Santana, realizado pelo LABELU – UEFS, em Setembro de 2007. (DVD). Filme-Documentário **Chuvvas de Março**.

²⁰¹ Esta foi uma referência a seu pai. Ver: Entrevista com Muniz Sodré IN: **A Pala Revista**, nº 01, Feira de Santana: UEFS, 2011, p. 60.

movimentação política juvenil é renegada e condenada por este símbolo da aplicação da ideologia que deu sustento ao regime militar”.²⁰²

Nas palavras de Muniz Sodré, a modernização da cidade era um desejo de “velhos mandões udenistas”²⁰³ possibilitada pela volta destes ao poder local através do golpe. O empreendimento da modernização é todo tempo narrado no texto, ganhou força com a chegada do “Bicho” que fez um serviço de higienização social da oposição ao novo regime político,²⁰⁴ e os velhos udenistas se esforçam para, em sincronia com esses militares, modernizar a cidade. Foram criados planos, projetos, comissões como a de desenvolvimento industrial, obras, o Tiro de Guerra tornou-se sede de detenção e torturas dos “atrasados” que impediam a modernidade. Porém, na avaliação de Muniz Sodré, isso não passou de uma estratégia política de grupos dos poderes locais associados aos grupos nacionais. A síntese desta estratégia que envolvia um discurso e uma prática que seria modernizadora foi o próprio capelão, “Um modernizador, o homem”.²⁰⁵ Esse foi o segundo “Bicho”, um modernizador, e seu projeto de modernização rápida que assustava uma cidade que se desenvolvia lentamente, pois o “progresso é rápido, e era irritante para o capelão a “lentidão com que pessoas agem e caminham em Feira de Santana”.²⁰⁶

Com a nova configuração política nacional, a UDN local no poder é atravessada por uma onda discursiva que tem também seus aspectos objetivados em uma prática de governos. Estamos nos referindo a alguns termos que ganham notoriedade cada vez maior pela sua capacidade de se popularizar no discurso político e se tornar algo comum, porém, que necessita de uma genealogia²⁰⁷ que nos ofereça um melhor entendimento de seus significados silenciados.

²⁰² PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.

²⁰³ SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira.** Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, p. 146.

²⁰⁴ Na gestão de Joselito Amorim, eram entregues relatórios “elucidativos” para o Comando Revolucionário. Joselito Amorim: O Prefeito da Revolução. Entrevista. **Revista Panorama de Feira de Santana**, nº 2., Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1º de outubro de 1983, p. 20.

²⁰⁵ Idem, 58.

²⁰⁶ Idem, Ibidem.

²⁰⁷ Interessante método é proposto por Foucault para análise discursiva, é necessária a compreensão de procedimentos internos e externo de domínios da produção discurso. Para Foucault não é qualquer um que fala, é preciso estar autorizado a isto por regras históricas, exorcizam-se os casos de seu aparecimento. Há um meio de preparar o receptor do discurso e, quando enunciado, o discurso perde a autoria e o pertencimento. Ver: FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. 3º. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

Modernização e industrialização passam a ser esse discurso comum, que até a atualidade ainda é tão utilizado, os termos ganham um uso ideológico difundido. Partimos da concepção que a partir do século XVIII o desenvolvimento urbano foi impulsionado, em muitos lugares, diretamente ou não, pelo processo de industrialização. Outros, por processos comerciais e de exploração de matérias primas que muitas vezes eram destinadas a manufatura. Temos o exemplo no Brasil, dos estados da federação que atingiram os maiores índices de urbanização, como São Paulo e Rio de Janeiro, associados a um processo de montagem de parques industriais. Em Feira, esse discurso de modernização torna-se cada vez mais, principalmente pós-golpe, o centro das atenções e motivações políticas udenistas. Entre os termos que mais chamam atenção na década de 1960 nos jornais Folha do Norte, Situação e Feira Hoje (a partir de 1971), estão “industrialização” e “modernização”. Não é apenas em jornais que encontramos o uso dos termos, mas em atas da Associação Comercial, atas da Câmara de Vereadores e outros documentos. Porém aquelas palavras que tinham desde a década de 1950 um uso comum ao discurso dos profissionais da política local, passavam a ganhar cada vez mais o que poderíamos chamar de um lastro prático, ou seja, a objetivação de um discurso.

Neste momento, a cidade e seus representantes no executivo e legislativo acompanham a situação dos poderes governamentais no Estado, e a sede política do governo é o melhor lugar para percebermos como estes termos estavam em voga. Paulo Fábio Dantas ²⁰⁸ nos oferece uma análise do desenvolvimento da carreira política de Antônio Carlos Magalhães (ACM) até a construção de um artifício que ganharia notoriedade nacional pela sua organização e conquista de poder. Paulo nos mostra não só como o *Carlismo* nasce enquanto mecanismo, mas como o próprio sujeito fundador cresce dentro de possibilidades históricas nas quais soube atuar. Dentre os meios usados por este sujeito que ocupou vários cargos de importância, desde a presidência regional da UDN depois de 1964, até o governo do Estado ainda na ditadura, está o discurso da modernização de Salvador, tanto como Deputado Estadual como prefeito municipal em 1967. Sua capacidade, e aqui importância para compreensão da tão falada modernização, estava em sua capacidade de sincronia política com o novo regime e as possibilidades de exibir transformações em suas práticas políticas. ACM foi capaz de se

No nosso caso, apesar da brevidade da análise, estamos nos referindo a um discurso que perde seu pertencimento, passa a ser de todos, porém lhe é autorizada a disseminação por elementos que ocupam determinados lugares sociais.

²⁰⁸ Ver: DANTAS NETO, P. F. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

mover sempre acompanhando os rumos da ditadura, mesmo em pequenas reorientações que aconteciam com as mudanças de presidentes.²⁰⁹

Tanto Joselito Amorim quanto João Durval em seus respectivos governos sob a ditadura, demonstrou esta característica de sincronia da atuação local com o regional e o nacional. A nova onda que a UDN acompanhou em Feira foi a da modernização, seguindo em um ritmo quase musicado,²¹⁰ uma maré que puxava esta cidade. Para tal prática, surge um herói, ou melhor, anti-herói transformador, no caso local o capelão Edmund Jukevics, sustentáculo da revolução na cidade, um dos responsáveis por reorganizar os comportamentos, famoso por uma insistência em disciplinar a cidade, ele foi à própria modernização, sujeito que sintetizava o novo momento de Feira de Santana.

A transição de Joselito Amorim em Feira.

Se nos referíamos à ocasião de chegada do capelão e à sincronia²¹¹ que os grupos locais no poder buscaram em relação às esferas de poder superiores, é preciso demarcar o período com apreciação. Este foi o momento do Governo Castelo Branco (1964-1967), da consolidação das novas conformações nacionais da “revolução”.

A grande ação do governo do novo presidente se situava nessa transição que foi acompanhada pela tentativa de superação de uma crise econômica. Na grande arena política em que o PSD e o PTB eram contrários ao golpe e mesmo a UDN tinha divergências internas que a impediam de ser homogênea, somadas as dificuldades encontradas por um Congresso ocupado por um conjunto de treze partidos, Castelo

²⁰⁹ Ver: DIAS, José Alves. **Rumo ao palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura - 1966/1982, URJ, Rio de Janeiro, 2009. (Tese de Doutorado)

²¹⁰ Infelizmente não tivemos fontes de áudio para a pesquisa, porém a sonoridade da escrita de vários discursos na câmara de vereadores e nos jornais locais nos permite uma experiência sensitiva quase musical, com descidas e subidas de escalas, talvez seja possível há um profissional de música traduzir isso em partituras, incapacidade muito presente neste autor.

²¹¹ O termo sincronia aparece bastante no texto, este é tomado por referência da tese de José Dias quando da sua afirmação sobre a política de ACM na Bahia depois do golpe como a capacidade que este sujeito tinha de caminhar conforme o passo dos ditadores, concluímos aqui nesta pesquisa que o período estudado na cidade demonstra uma tentativa semelhante das principais personagens da política local. Ver: DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, (Tese).

Branco buscou estabilidade através do diálogo para unidade, método usado por grupos nacionais “para reorganização do país nos moldes do capitalismo industrializado”.²¹²

Os problemas e os métodos econômicos para superar a inflação foram um grande desafio para o presidente, que encontrou oposições às suas escolhas de sua equipe de governo. Porém, como afirmava seu fiel ministro Luís Viana, este estava ciente de seu papel de “preparar a economia do país para um desenvolvimento ulterior”.

²¹³A unidade somente seria alcançada, com seus limites, através de duas pautas aglutinadoras, o anticomunismo e o desenvolvimentismo acarretado pelo processo de ampliação da indústria no país.²¹⁴ Após o golpe, sérias dificuldades de consolidação de unidade política no governo foram visualizadas. Muitas divergências sobre as ações de governo surgiram, críticas a uma “revolução” sem projeto. As oposições foram enfrentadas por Castelo com perseguições e destituições autorizadas pelo AI N°1. As oposições internas, na UDN, o Ato Institucional n°2 e a criação do bipartidarismo por este, dariam conta de sanar. Previa o presidente que isso solucionaria a questão, porém, o partido de governo (ARENA) se revelou possuidor das mesmas divergências internas.

No aspecto econômico, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) visou combater a inflação, reativar o desenvolvimento econômico e sanear o balanço de pagamentos. O PAEG logrou êxito no primeiro trimestre de 1964, conseguindo reduzir a inflação anual em quase 100%, porém, o plano foi perdendo notadamente sua capacidade de diminuição progressiva da inflação, chegando a 20% em 1969.²¹⁵ O PAEG teve seus lances importantes e gerou transformações fundamentais para o que seria o futuro do país e da ditadura, tendo reflexos intensos em aspectos locais. Mas aqui recuperamos outro acontecimento relevante para nossa pesquisa, a missão moralizadora do Governo Castelo e o controle político que era necessário obter em relação aos partidos e oposições ao regime.

Alguns pesquisadores acreditaram que o governo Castelo Branco²¹⁶ teria sido uma gestão mais amena no que refere as perseguições políticas, exílios e torturas, tema

²¹² DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, 24. (Tese).

²¹³ Idem, Ibidem. Ver também: FILHO, Luís Viana. O governo Castelo Branco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1975.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Resende, André Lara. **A política brasileira de estabilização: 1963/68**. Visto em 25/02/2011 em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/395/336>

²¹⁶ Notadamente quem mais influenciou essa concepção que dividia a ditadura em momentos mais duros foi Elio Gaspari. Ver: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

que já revisado por Calos Fico ²¹⁷ que mostrou tratar-se de um período onde percebemos uma intensa perseguição, sendo este o momento de “saneamento” do país. Sanear, entre outros aspectos, incorporava a necessidade de limpeza política, exílios e prisões. Por mais que Castelo não fosse representante daqueles que ficaram conhecidos por linha dura; capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis com “discurso anticorrupção” atuaram de forma violenta; ²¹⁸ não impediu que em seu governo houvesse torturas, pois a tortura “existiu desde sempre no Brasil, inclusive nos momentos iniciais no novo regime”. ²¹⁹ Não queremos aqui salvaguardar um lugar menos negativo para Castelo na ditadura, mas reconhecer momentos piores para alguns setores civis, que o período de seu governo. As perseguições foram imediatas assim que tomou posse, na Bahia já citamos o caso particular da deposição do prefeito em Feira de Santana seguido da sua prisão.

A passagem “saneadora” e a construção de bases para o futuro desenvolvimento do país atraíram o executivo e o legislativo municipal em Feira de Santana. Joselito Amorim Falcão, sujeito de formação superior, Bacharel em odontologia que optou pela profissão de professor, lecionando durante anos no Ginásio Santanópolis pertencente a Áureo Filho, empresário e político de carreira de Feira de Santana foi personagem deste momento. No ginásio, Joselito Amorim também foi discente, escola que como dito no primeiro capítulo, foi palco das primeiras experiências políticas de João Durval. Muitos dos sujeitos da política de Feira de Santana estudaram neste Ginásio.

Joselito pertencia a uma tradicional família empresarial que tinha também reminiscência na política da cidade, a pomposa família Falcão, investidores do setor comercial, bancário e industrial no município. ²²⁰ Experiente vereador, com a destituição de Pinto foi eleito pela câmara para o cargo de prefeito, constituindo no município bases para a futura transformação desenvolvimentista que viria no governo de João Durval. Segundo Joselito Amorim, quando o golpe ocorreu “O comando revolucionário aqui pediu às lideranças políticas que apoiavam a Revolução cinco ou

²¹⁷ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.24, nº47, p 29-60. 2004.

²¹⁸ FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 73.

²¹⁹ Idem, 82.

²²⁰ Ver: FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão**: vitória do trabalho e da honra. Brasília: Pax, 1993.

seis nomes que pudessem ocupar a Prefeitura”,²²¹ Joselito disse que não queria ocupar o cargo, pois havia lutado contra a situação dominante, complementou dizendo que não sabia por que foi escolhido.²²² Depois de eleito pela câmara, Joselito teria se dirigido ao comando revolucionário na cidade junto com Áureo Filho, onde teria recebido pelo Coronel Humberto Melo para contar a sua nova condição de Prefeito, porém o coronel havia dito que “a revolução não era para colocar a UDN no poder”.²²³ No mesmo dia Joselito Amorim encontraria o General Manoel Pereira para o qual teria feito um discurso sobre a sua eleição democrática, mesmo que por maioria simples na câmara, sendo que esta deveria ser aceita caso contrário seria um tipo de vergonha para a cidade deslegitimar a ação.

Na gestão de Joselito Amorim vimos debates na câmara que previam a solução de problemas estruturais antigos, cuja resolução seria importante para a constituição de um projeto de modernização que teria seu conceito focado na indústria, comércio e urbanização. O tema da Estação Rodoviária foi visto constantemente: era necessário uma já que tinha um turismo comercial forte, havia recentemente estradas construídas e asfaltadas, como a Rio - Bahia em 1963, que ligavam Feira a outras regiões, logo a Estação Rodoviária seria o passo a ser dado pelo governo municipal.

Na gestão de Chico Pinto, Feira havia ganhado seu primeiro órgão de classe dos industriais, a Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana (AIMMEFS), fundada em 1963, tendo como querela principal a construção de um bairro industrial²²⁴ que seria concretizado no governo de João Durval. Em 1965 surgiu mais um órgão, a Associação das Indústrias de Feira de Santana, presidida pelo filho de João Marinho Falcão, Manoel Falcão, primo de Joselito Amorim. Esse novo órgão, segundo Monteiro, teria maior “grau de capilaridade econômica, política e social”,²²⁵ maior que a AIMMEFS, e se propunha, através da articulação do próprio Manuel Falcão, aglutinar o setor produtivo industrial em um único órgão com caráter sindical.²²⁶ Este sujeito buscava, inclusive na AIMMEFS, o convencimento dos empresários nessa empreitada.²²⁷ O resultado foi a transformação

²²¹ Joselito Amorim: O Prefeito da Revolução. Entrevista. **Revista Panorama de Feira de Santana**, nº 2. Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1º de outubro de 1983, p. 19.

²²² Idem, *Ibidem*, p. 20.

²²³ Idem, *Ibidem*, p.19.

²²⁴ Ver: MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 45. (Dissertação)

²²⁵ Idem, 54.

²²⁶ Manuel Falcão se tornaria o presidente da câmara em 1967.

²²⁷ Idem, *Ibidem*.

muito rápida da AIFS em Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) no mesmo ano de 1965, sendo o CIFS o maior representante e articulador das demandas em relação à constituição de um centro industrial no município.

Toda essa transformação por representação era canalizada pela possibilidade de trazer recursos para investir no setor, sendo demandada pelo fenômeno do planejamento, aventado desde a década de 1950, se tornou política de governo e condição prioritária para a captação de apoio financeiro e político dos municípios para efetivarem seus projetos de constituição de parques industriais. Esta política do período de Kubitschek era o “desenvolvimentismo”, espécie de guia prático de ação governamental, impregnado de nacionalismo, otimismo e uma firme vontade de industrializar o país.²²⁸

Os grupos de classe formados em Feira visavam à representação e definitivamente a luta por um projeto político de industrialização do município, pressionando a câmara e o executivo. O projeto para ser efetivado seguiu o caminho histórico da sociedade civil para atingir a sociedade política, através de articulações e convencimentos até tornar-se institucional. Numa análise de Gramsci, seria hegemônico, pois assim ganhou a dimensão ampla do que é o Estado, e cumpriu a função política de consensuar a opinião coletiva salvaguardando a dominação política, o *status quo* de um grupo social.²²⁹ O projeto que ganharia a sociedade política no governo de João Durval recebeu as primeiras conformações mais práticas e objetivas nessa gestão de Joselito Amorim. A coincidência de fatos entre a fundação desses órgãos e as políticas na breve passagem do prefeito pelo executivo, com a consequente preparação das bases para transformação da cidade com um centro industrial, nos mostraram os primeiros delineamentos de parte, e damos ênfase ao termo “parte”, de um projeto que teria esta industrialização como uma das metas.

O governo Castelo, assim como nosso sincrônico governo Amorim, acompanhava uma tendência histórica posta naquele contexto, à organização de projetos modernizadores²³⁰ para o país, em um momento em que o presidente precisava conter politicamente as oposições. Nos primeiros dez anos de ditadura, o regime utilizava muito da força ao invés de mecanismos sutis de um Estado moderno de tipo ocidental,

²²⁸ SARMENTO, Walney Moraes. **Problemas de Implantação de Indústrias novas na Bahia**. Salvador: Era Nova, 1969, 15.

²²⁹ Ver: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²³⁰ Racionalização da luta, da produção, da política, da cultura e etc., com forte teor totalizante.

de hegemonia. Mas essa incumbência de transição de Castelo levou consigo outras características ressonantes na gestão municipal. O saneamento do executivo e legislativo logo aconteceu, mas foi preciso mais, e Joselito teve a missão pública de concentrar esforços no combate às oposições. Um ambiente quase saneado propiciou o andamento da gestão. Feitos políticos começavam a insinuar os próximos momentos.

Em 1961, o presidente dos Estados Unidos²³¹ lançara um programa político conhecido como Aliança Para o Progresso, que tinha por objetivo enfrentar a influência que a revolução Cubana poderia exercer sobre o subcontinente americano. E esta aliança previa o investimento em setores estratégicos para consolidação da hegemonia capitalista,²³² dentre estes setores a educação. A principal agência com atuação, em Feira, deste projeto ianque, foi a United States Agency for International Development (USAID). Na cidade foram realizados acordos com a articulação do prefeito municipal, conseguindo recursos para a realização de políticas públicas.

O prefeito Joselito Falcão Amorim, recebeu a visita do Dr. Carlos Silva Lemos diretor do SESP, no Estado da Bahia, e do assistente do coordenador da Aliança para o Progresso, no Brasil, o Dr. Chales Trigg.²³³

O prefeito debatia junto com os visitantes a ampliação dos serviços de água e a construção de casas populares, a matéria salientou a “mais alta relevância para Feira de Santana, pois demonstra o interesse do programa”²³⁴ no município.²³⁵ Interesse que poderia estar diretamente ligado à influência de partidos de oposição na política local, e claramente ao recente governo de Chico Pinto, pois segundo Toledo, esses programas de investimentos da Aliança se destinavam às “ilhas de sanidade”²³⁶ definidas como locais de perigo por demonstrar indícios e evidências de propagação de atividade subversiva. Esta aproximação do executivo municipal com a USAID se sustentava no plano econômico do governo Castelo Branco, pois,

A restrição do balanço de pagamento era diagnosticada como séria limitação ao crescimento. Para superá-la, o PAEG propunha uma política de incentivos à exportação, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao

²³¹ John F. Kennedy.

²³² VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e a política externa independente. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 3, 1994.

²³³ Folha do Norte, 05/09/1964.

²³⁴ Folha do Norte, 05/09/1964.

²³⁵ Em 1965 a indústria feirense Cal Sublime conseguiu empréstimos com a Aliança. A ligação do prefeito com a Aliança o levaria a uma visita aos EUA em 1966 convidado pelo USAID Ver: MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 80. (Dissertação)

²³⁶ TOLEDO, Caio Navarro. **O governo João Goulart**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 108-109.

capital estrangeiro, promovendo a integração com centros financeiros internacionais e o explícito alinhamento com o sistema norte-americano da Aliança para o Progresso.²³⁷

Um dos objetivos do PAEG foi descrito assim:

(...) política de estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos e, em particular com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso...²³⁸

O prefeito acompanhou de perto essa política, não sabemos ao certo se a vinda da agência para Feira é precedida de um convite formal deste ou se como afirma o jornal, o interesse foi do SESP junto a essa agência. O importante é que a partir de então esforços de cooperação foram realizados e resultados foram alcançados.²³⁹ Em 1965, o projeto de lei “oriundo do Executivo”,

abriu crédito especial de Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros) para suplementar as verbas pelos convênios USAID, MEC, SUDENE, Governo do Estado e Plano Trienal, para construção de prédios escolares”.²⁴⁰

A educação foi um dos setores que mais ganhou investimentos do governo municipal. Tema de instigados debates e confrontos entre a UDN e os estudantes no ano de 1964, ponto justificador da acusação de subversão de Chico Pinto, lugar de organização de membros da futura guerrilha armada, a educação foi também alvo de Joselito. Arriscamos dizer, obviamente, que a ênfase dada a este setor nada mais foi do que parte do plano de “saneamento”. “Moralização” e “progresso” equivaliam como binômio²⁴¹ do governo, numa cidade que segundo Áureo Filho, tinha o “maior índice de progresso no estado”.²⁴²

O investimento na ampliação de salas de aulas rendeu elogios ao prefeito saneador, como o de Hugo Silva que relatou sobre suas inaugurações principalmente as escolas, como o ginásio: somente com a educação “é possível acabar com a infiltração

²³⁷ Resende, André Lara. **A política brasileira de estabilização: 1963/68**, p. 774. Visto em 25/02/2011 em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/395/336>

²³⁸ Idem, Ibidem.

²³⁹ Nova visita seria feita pela USAID no governo de João Durval para instalação do centro industrial. Folha do Norte, 04/11/1967.

²⁴⁰ Ata da 22ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 15/06/1965.

²⁴¹ Folha do Norte, 16/01/1965. Frase de Helder Alencar.

²⁴² Folha do Norte, 16/01/1965.

comunista”.²⁴³ Feitos que não provocaram em Eurico Alves tanto regozijo quanto à arte do prefeito, pois, “calçar ruas, fazer ginásios”, aplicar bem as verbas públicas é “rotina” e “obrigação”, para o autor de *Fidalgos e Vaqueiros*,

O que merece encômio diferente no ex-governo da Comuna não é a construção de um ginásio municipal, nem tampouco a criação de um ginásio industrial, que a teimosia de certo governo veio perturbar e desassossegar com o barulho e fononar de buzinas, que cheguem ou saiam de teimosa e mal colocada Estação Rodoviária.²⁴⁴

O que mereceu o galanteio de Eurico foi à higienização da lagoa de São José, que permitiu descanso e sossego ao povo, lazer e paz. Este foi o despertar do “sentimento de esteta do prefeito” “artista”.²⁴⁵

A breve passagem de Joselito Falcão Amorim pelo executivo municipal traduz-se em transição, assimilação da ideia de progresso e avanço organizativo de órgãos de classe e poder institucional para a constituição das bases para a futura gestão de seu correligionário. As bases para o projeto desenvolvimentista e modernizador com industrialização se assentaram na expansão da rede elétrica, no combate ao comunismo, na ampliação do sistema de abastecimento de água, na central telefônica, aumento do funcionalismo público, na chegada do SESI entre outros aspectos que permitiram o avanço futuro²⁴⁶ junto às articulações de grupos representantes de classe como o AIFS e o CIFS com outros órgãos de representação regional e nacional.

O progresso para cidade e o reino do urbano: Feira de Santana e a inserção compulsória e voluntária (1967-1971).

O capitalismo é um conjunto articulado de relações sociais, econômicas, culturais e políticas que se expandiu e compulsoriamente absorveu ou influenciou de forma direta ou indireta até a atualidade, se não todas, ao menos a maioria das cidades do globo. Este só pode ser compreendido na sua condição de sistema ou modo de produção totalizante. Assim Feira de Santana entre 1967 e 1971, só será compreendida observando a totalidade na qual está inserida. Moderniza-se em alguns aspectos, junto

²⁴³ Ata da 11ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 10/05/1965.

²⁴⁴ Jornal Situação, 05/10/1967.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Ver: Ata da 1ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 12/04/1965.

ao país, porém, as especificidades do local aparecem como questões importantes a serem analisadas.

Para João Durval constituir seu projeto político para Feira de Santana, teve que desenvolver uma série de táticas e mecanismos para consolidação de novos objetivos para a cidade, articulando o passado comercial e pecuarista em que a cidade vivia com novas perspectivas de higienização, modernização acelerada, com reforma urbana, industrialização e reorganização econômica. Em dissertação, Pacheco²⁴⁷ defendeu que a retirada da feira do centro da cidade, através do projeto CABANA, envolveu a articulação de João Durval com setores de comerciantes que queriam um centro urbano limpo para exibição de suas vitrines, posto que estas estivessem em contraste com o “antigo” representado pela feira que tinha ligações com a zona rural, demonstradas no velho que deveria ganhar novas feições para uma época em que se desejava um futuro mais avançado. Isto demonstra uma ideia constante presente numa mentalidade e num discurso de um grupo social articulado com representação própria.

Assim, para concretizar um projeto de “modernização” local, João Durval articulou a inserção da cidade no plano nacional de modernização conservadora e descentralização da indústria, que previa o Nordeste como um dos pontos a se beneficiarem de polos industriais. Na Bahia, o governador do Estado Luís Viana Filho, previa o advento da indústria na capital e no interior, cogitada desde 1966 pela Secretária de Desenvolvimento Econômico;

Realmente, o processo de industrialização do Nordeste está já encaminhado, e a Bahia, como um dos pólos regionais mais importantes, tem se beneficiado muito disso. No entanto é também fato que a ênfase principal tem sido nas inversões de infra-estrutura e no estímulo à grande indústria, concentradora nos grandes centros urbanos, com o conseqüente risco de que o processo gerado, embora aumente a renda da região, não promova a distribuição por toda a população.²⁴⁸

A chegada de Durval ao poder municipal marcou o momento de avaliar a primeira fase da “revolução”²⁴⁹ e refletir sobre o novo governo e o regime militar numa

²⁴⁷ PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.

²⁴⁸ Secretária de Indústria e Comércio. Plano de Fomento à Indústria do Interior. Bahia, 1967,p.19 Apud Santos, 2002, p.52.

²⁴⁹ Na Bahia é o período de institucionalização do regime civil-militar após o golpe, ou seja, consolidação e adequação das novas forças políticas nas instituições do Estado e re-elaboração e conformação de grupos políticos e novos personagens que surgem na cena política, a exemplo de ACM em Salvador. DANTAS NETO, P. F. **Surf nas ondas do tempo:** do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista.

perspectiva progressista. Na consideração feita pelo colunista da Folha do Norte,²⁵⁰ Adalberto da Costa Dórea, era um governo mais “democrático” para as classes rebeldes, pois; (...) “o dialogo com a classe operaria é maior, também com a estudantil”.²⁵¹ Em tempos de ditadura na cidade, o jornal anunciava um melhor entendimento entre as classes sociais em conflito, e entre essas e o governo ‘democrático’, um ponto de chegada, a harmonia social.

A democracia estava presente no discurso das classes dominantes organizadas na ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Esta, a democracia, teria sido salva pela “revolução” e, deveria se perpetuar assegurada pelo comando dos golpistas de 1964. O reflexo desse pensamento aparecia no órgão de imprensa local, Folha do Norte, que defendia e definia a ditadura como a própria salvaguarda da democracia, pois, não fosse a “revolução” de 31 de março, ela, a “democracia”, seria arrancada pelos trabalhadores e o governo sindicalista de Goulart na presidência da república e com Chico Pinto na prefeitura de Feira de Santana.

Neste recorte temporal, as realizações do governo de João Durval começavam a chamar a atenção pelo seu caráter “antecipatório”, que se evidenciava no planejamento futurista da cidade, precipitando o que seria, segundo previsões de seu grupo e apoiadores, o progresso econômico e social. Os planejamentos desse grupo, associados aos discursos políticos e jornais propagadores desse ideal de progresso posto em prática por Durval e seus afins, criaram em torno da personalidade deste, uma representação de arauto da modernidade.

No seu governo deu-se a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) e a realização de obras públicas para higienização e reorganização espacial da cidade, como a construção do bairro Cidade Nova,²⁵² que nas palavras de Raymundo Pinto seria à época “maior que a maioria das cidades baianas”.²⁵³ A implantação das obras foi

Cadernos do CRH, Salvador, v. 39, 2003. p.21. Importante lembrar que aqui reproduzimos o golpe como “revolução” assim como chamado pelos golpistas e adesistas.

²⁵⁰ Jornal criado no início do século XX, o qual muito circulou discursos sobre ideais de cidade, civilidade e modernidade de setores das elites locais. Os editores e diretores do jornal Folha do Norte tomavam partido de determinados candidatos veiculando apoio entre as décadas de 60 e 70 durante campanhas da UDN e Arena. Ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960).** Universidade Federal de Pernambuco, 2008. No período de governo de João Durval, este [jornal] divulgava textos sobre o projeto de modernização da cidade e, discursos de elogio ao empreendimento alçado e realizações do prefeito.

²⁵¹ Jornal Folha do Norte. 29/04/1967.

²⁵² Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia & PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana.** Feira de Santana: Sicla, 1971.

²⁵³ PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana.** Feira de Santana: Sicla, 1971. p.58.

“devidamente programada”.²⁵⁴ Isso lhes dava a característica de precipitação e planejamento que não era comum entre prefeitos. Feira de Santana esteve entre os primeiros municípios brasileiros a adotar um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano,²⁵⁵ o que amplia a noção de caráter antecipatório de Durval a frente da prefeitura.

As realizações de governo e a conjuntura propiciaram certo prestígio e destaque para cidade e o prefeito no cenário político nacional, e o governo de Durval passou a receber visitas de prefeitos de outros Estados que se surpreenderam com a modernização de Feira e a tomaram como exemplo.²⁵⁶

O colunista do jornal Folha do Norte e Secretário de Educação Raymundo Pinto, escrevia sobre o projeto modernizador em consagração a Durval, caracterizando-o como visionário quanto ao futuro da cidade. Observando-o, nos remetemos a Foucault quando afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos nos assenhorear”.²⁵⁷ Buscava-se a consolidação de uma imagem do governo de Durval e da ditadura, onde conflitos sociais desapareciam do cotidiano para dar lugar a um ideal político já “realizado” e a partir daí, conquistar uma legitimidade dentro do ideal democrático,²⁵⁸ mesmo governando em um regime ditatorial. Nas palavras de Miranda:

Construía-se uma representação de cidade e de sua memória histórica como fundamentadora de um ideal político e social intermediado pelo presente - por isto a seleção de certos símbolos e omissão de certos aspectos, temas ou fatos.
²⁵⁹

Porém, as novas forças políticas no campo do poder no governo local, estadual e nacional enfrentaram as oposições. Em Feira a oposição apareceu na forma do MDB dentro do campo político, em grupos que se organizavam para a resistência armada, e mesmo a não recepção favorável do governo e de seus programas. O PCB teve a

²⁵⁴ PINTO, **Pequena História**...ob. cit. p.59.

²⁵⁵ Ver: FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998. & PINTO, Raymundo A.C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971.

²⁵⁶ Ver Folha do Norte 1969-1971.

²⁵⁷FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996. p.1.

²⁵⁸ João Durval é convidado assumir o poder municipal em 1964, não aceita por haver, segundo este, a necessidade de ser eleito. Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia & PINTO (1971).

²⁵⁹ MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Em Busca da Memória**: Práticas e Representações do Movimento Estudantil em Feira de Santana (1964-1969). Feira de Santana UEFS, 2001. p.10.

participação de militantes na Associação Feirense de Estudantes Secundaristas e sindicatos da cidade, e o MDB na oposição a ARENA são alguns exemplos ²⁶⁰ das oposições e enfrentamentos ao qual a ditadura e seus tentáculos locais deveriam concorrer. Além de mais formalizadas ou organizadas, no Jornal Folha do Norte encontramos constantemente textos que são perceptíveis a não aceitação da população em relação às propostas do governo municipal, assim é que visualizamos momentos de críticas por parte de grupos cidadãos e, tentativas de convencimento da comunidade dos benefícios esperados do governo municipal.

Neste ínterim, a disputa de Durval deu-se também contra seu principal opositor, Francisco Pinto e sua “marca” política junto a grupos populares da cidade. Pinto havia ganhado simpatia como consequência de um governo de aproximação com grupos subalternizados da cidade até então ignorados por outros políticos com exceção do PTB. ²⁶¹ Durval chegou ao poder em 1967 já na ARENA, como aliado dos militares e escolhido por setores da classe dominante local, ²⁶² sendo o primeiro prefeito eleito no pós-64, sem disputa com seu maior adversário que havia sido, pouco antes, deposto do poder executivo e não estava na cidade.

O Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1967), o Projeto Cabana (1968), projetos de Lei aprovados, discursos políticos de Durval, mostram objetivos concretos dele e de seu grupo para cidade, com proposições que transformariam o cotidiano dos feirenses. O governo do estado também empreendia

²⁶⁰ Muitos dos relatos da atuação de grupos de esquerda na cidade foram pronunciados numa conversa entre pesquisadores do LABELU e Hosanah Leite, militante do PCB na época e exilado em 1968. Outros depoimentos, inclusive de Hosanah Leite e militantes de esquerda foram colhidos no Seminário: Chico Pinto, ditadura e em Feira e no Brasil, gravados em DVD e disponíveis em acervo do LABELU. É preciso observarmos que esta atuação da esquerda não é objeto desta pesquisa. Ver também: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009. Em quase todos os artigos do livro, Feira de Santana aparece como local indicado por militantes de oposição ao regime, como espaço para resistência ou referência dessa.

²⁶¹ O filme “Pinto vem aí”, demonstra a enorme popularidade que Francisco Pinto havia adquirido, mesmo com a pouca duração de seu governo, demonstrado no seu retorno a cidade em imagens que Olney São Paulo para a campanha de Colbert em 1976, depois de sair da prisão com um discurso crítico sobre Pinochet na posse de Geisel na presidência do país. Outros autores constaram a popularidade adquirida por Francisco Pinto tanto em suas disputas eleitorais como em sua gestão pública no município. Ver: PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)**. Feira de Santana, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967**. (Monografia); GOMES, Igor. **Na contramão do sentido: origens e trajetórias do PT de Feira de Santana (1979-2000)**. Niterói: 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Seminário: Chico Pinto, ditadura e em Feira e no Brasil. (DVD).

²⁶² Na documentação usada para esta pesquisa, a exemplo do jornal Folha do Norte, jornal Situação e, ata da câmara municipal, aparece o apoio de grupos e indivíduos pertencentes, ou mesmo representantes de entidades de classe, como a Associação Comercial, a João Durval.

certa “modernização” e industrializava-se com a criação do polo industrial de Aratu. Essas medidas, articuladas pelo então governador - e aliado de João Durval - Luís Viana Filho, visavam inserir a Bahia no plano maior do governo federal de industrialização do interior. Luís Viana desde então passou a ser lembrado por João Durval e pelos jornais da época e atuais, como seu principal aliado, aparecendo referências sobre este entrosamento na campanha de Sérgio Carneiro, filho de João Durval, para prefeito em 2008, onde o próprio João Durval referiu-se a essa aliança como o grande motivo de seu projeto de modernização ter dado certo.²⁶³

Juntamente com sua articulação com o governo do estado, que previa também o surgimento de um polo no interior, João Durval viabilizou seu projeto, conseguido introduzir Feira num plano maior do governo federal. João Durval deveria por em prática interesses de setores de classe de Feira de Santana, uma cidade cujos prefeitos nunca haviam feito planejamentos tão elaborados e que passava agora a realizá-los devido às exigências estaduais e Federais para urbanização e inserção das cidades interioranas em planos de financiamentos. A cidade passaria a ser um exemplo de desenvolvimento, debatido em um de seus mais importantes planos desenvolvidos, o PDLI, descrevia que;

A cidade consciente de seu papel na região em que se encontra, deve reivindicar a realização, por parte dos governos estadual e nacional, de programas que propiciem o seu desenvolvimento (...) a cidade deve-se munir de condições urbanísticas e infraestruturais capazes de atrair investimentos, de reforçar sua condição de pólo industrial e comercial, além de estimular o desenvolvimento da região em que se situa.²⁶⁴

As frações de classe local utilizaram o PDLI como instrumento de convencimento de setores empresariais da sociedade civil, argumentando principalmente as vantagens que poderiam obter com a modernização da cidade em relação aos seus investimentos e, para os trabalhadores, os focos principais dos textos foram às obras de melhoria nas condições de vida urbana e os sonhados 17.000 empregos. Os principais órgãos de grupos dominantes locais publicaram textos, participaram de reuniões e usaram os jornais locais como o Situação, Folha do Norte e Feira Hoje no intuito de divulgar a possibilidades e as conquistas alcançadas que advinham deste processo que eles chamavam de modernização, que tinha como uma de

²⁶³ Esta avaliação foi vista em campanhas televisivas e panfletos distribuídos pelos candidatos.

²⁶⁴ Plano de Desenvolvimento Local e Integrado. Feira de Santana. 1971, p.144.

suas prioridades a inserção da cidade em modelo produtivo industrial, com a conversão de investimentos locais e a atração de outros tantos nacionais e internacionais.

A realização do projeto deveria enquadrar-se em exigências externas ao município. Modelos técnicos de escrita e preparação de pesquisas que embasassem o projeto foram consolidadas, surgiram novas propostas que de um planejamento urbano, econômico, político e organizacional, qualificadamente mais programático que as nuances surgidas em gestões anteriores, correspondiam, no entanto, a nova condição histórica, que não necessariamente permitia o local aparecer como prioridade, engessando muitas vezes as realidades municipais em troca da realização de obras com a captação de recursos moderadas pelo governo militar, tecnicista. Um exemplo compreensível são as exigências do Sistema Nacional de Habitação,

(...) que durante sua existência impõe determinadas linhas de atuação aos municípios coerentes com as do governo central, onde determinavam, em muitos casos, a sujeição de prefeitos a um planejamento imposto, não correspondendo as verdadeiras necessidades e carências de urbanização das cidades, uma vez que esses tinham que recorrer aos financiamentos, condicionando-se ao enquadramento de diretrizes de desenvolvimento local às do centralismo autoritário.²⁶⁵

Através do SNH foram captados recursos para construção de moradias na cidade como no caso do já citado bairro Cidade Nova, obras que foram utilizadas com muito interesse pela gestão de João Durval na legitimação de seu projeto político que divagava sobre um futuro no presente.

A administração de Durval, com sua “modernização”, deveria vencer as resistências populares ao regime e ao seu grupo na cidade. O passado deveria ser renovado instantaneamente por um novo presente. Raymundo Pinto parecia ser quem melhor expressava isso, esse futuro vivido no presente e preparado por João Durval. Em uma de suas previsões escrevia que,

(...) o comercio tende certamente a progredir ainda mais, contanto perder a sua antiga primazia. Com a criação da Universidade, não posso deixar de prever também considerável avanço, nos próximos anos no setor cultural.²⁶⁶

²⁶⁵ OLIVEIRA, Eliacy Eduarda. O Desigual Combinado na Urbanização em Feira de Santana IN: Conselho Regional de economia, 5. **Reflexões de Economistas Baianos**. Salvador CORECON, 2005. p.104-105.

²⁶⁶ PINTO, **Pequena História...**ob. cit. p.51.

A planificação da modernização em Feira pode ser resultado de ações que foram oriundas de um ideal que a partir da década de 1950 ²⁶⁷ começou a ganhar contornos de prática política, recuperado enquanto método e disputa por uma hegemonia pelos udenistas/arenistas da cidade. Houve um processo de apropriação/ressignificação dessas utopias que articulados por grupos sociais transformou-se no ato da modernização planejada, desencadeada pelos “velhos mandões udenistas,” ²⁶⁸ identificada por Muniz Sodré como prática política conservadora com um discurso mordernizante.

A característica moralista e conservadora do exercício político de Durval, ocorreu devido a UDN, que na cidade abrigava homens como Áureo Filho, e outros sujeitos considerados conservadores da política de Feira. Porém, é preciso notar que a UDN não era um partido homogêneo, se configurando localmente, regionalmente e nacionalmente por tendências diferenciadas. Observamos que em Feira de Santana, configurou-se uma forma mais pura no que tange a ala conservadora nacional e sua característica golpista. A UDN defendia uma proposta diferenciada de condução do capitalismo, obtendo grande apoio de grupos dominantes para seu êxito político. Notamos um aspecto peculiar no desenvolvimento histórico das relações sociais de força onde, no pós-64, a UDN se reveste com a coerção dos militares, porém, iniciam-se tarefas, no que refere ao aspecto local em Feira de Santana, principalmente no governo de João Durval, de construção de consensos com os grupos sociais sobre projetos políticos. Não ignoramos que tenha acontecido no plano nacional, mas a brevidade da pesquisa nos permitiu uma afirmação mais concisa neste sentido, sobre a cidade de Feira.

Ao interpretarmos a histórica passagem de Feira aos ditos “sonhos da industrialização” e “modernização”, percebemos que não podemos nos apegar apenas a um dos aspectos desta relação compulsória, que cria determinantes históricas e impõe a adequação da política local a uma sintonia com definições políticas nacionais, mas também ao fator que faz das histórias locais peculiares, que são as opções voluntárias que são escolhas de adequação a esses ambientes temporais. Nem todas as cidades escolheram, tiveram opção de escolha igual ou equiparável a de Feira. Condições únicas colocaram essa cidade nessa posição, fatores de organização interna, desenvolvimento

²⁶⁷. Ver OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano.** (1950-1960). Universidade Federal de Pernambuco, 2008. Pesquisa que defende a tese de um surto de modernização iniciado na década de 1950 em Feira, onde a cidade era vista, e deveria manter-se, como uma cidade comercial, progressista e moderna.

²⁶⁸ Ver SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira.** Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994.

local das organizações, articulação com o ex-ministro da casa civil e governador do estado Luís Vianna Filho, foram aspectos singulares que possibilitaram um resultado. Como em História não temos equações definidas, então o resultado é variável, os momentos e os lugares são únicos...

A cidade técnica.

A legibilidade da arquitetura, como qualquer outra legibilidade, tem como eixo este princípio: a oposição cria uma estrutura de significação capaz de imbuir-se de valores contrastantes, cujo caráter é determinado pela história e pela ideologia em vigor.²⁶⁹

Segundo Choay,²⁷⁰ no século XX houve uma tendência ao desaparecimento da cidade tradicional,²⁷¹ essa perdeu sua primazia para o pensamento técnico-científico do urbanismo. Com o advento e ação do urbanismo, que “designa uma disciplina nova que se declara autônoma e se quer ciência da concepção das cidades”,²⁷² se pressupõe sempre a ação planejada que prevê as formas de relacionamentos e solidariedades.

A partir de 1967, Feira de Santana entrou de vez na era do planejamento regularizador urbano, exigido pela nova configuração política nacional. A prefeitura da cidade, para efetivar seus projetos, se enquadrava nos padrões técnicos exigidos na época, assim conseguiu angariar os recursos e investimentos necessários para concretização destes. No período, o planejamento urbano baseava-se numa concepção do século XX que atribuía ao Estado a função racionalizadora para organização urbana. Como efeito a nível local, a prefeitura deveria concentrar e centralizar esforços para reorganização da cidade. Assim, as ações do governo local passaram a serem técnicas,

²⁶⁹ HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo, Cia. das Letras, 1993. p.126.

²⁷⁰ CHOAY, François. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. IN: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**, nº 18, 1999.

²⁷¹ Segundo os romanos a cidade era a solidariedade existente entre a *urbis* (território físico da cidade) e *civitas* (comunidade de cidadãos que a habitavam). CHOAY, François. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. IN: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**, nº 18, 1999.

²⁷² CHOAY, François. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. IN: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**, nº 18, 1999.p.70

racionais, planejadas, esforçando-se por prever e retirar todas as possibilidades de apropriação da cidade ocasionadas pelo devir.²⁷³

Na era do “reino do urbano”, antes de racionalizar a cidade, constitui-se espaços de articulação dessa racionalização. Desde então, o município institucionalizou esses lugares com ampliação da administração municipal, para tanto criou o Escritório de Planejamento Integrado (EPI), o Setor Jurídico e o Serviço de Relações Públicas²⁷⁴ e a Superintendência de Desenvolvimento de Feira de Santana (SURFEIRA), esta, uma autarquia cujo objetivo foi realizar as obras públicas.

A partir daí que a prefeitura constituiu seu grande projeto, o PDLI,²⁷⁵ que,

(...) corresponde a uma iniciativa do poder público criada no final da década de 1960, com o objetivo de propor ações planejadas, capazes de remover gradativamente os obstáculos a expansão econômica e urbana de Feira de Santana.²⁷⁶

Foi um plano que visava o domínio global da região urbana da cidade, que propôs alianças entre frações de classes em torno do consenso sobre a modernização do município. Este projeto norteou leis aprovadas e outros projetos definidos pelo município, a exemplo do Projeto Cabano e Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé.

Apesar de não especificar de forma direta a base da teoria de zoneamento, está muito próximo da teoria de E. W. Burgess;²⁷⁷ teórico da “ecologia humana” membro da escola de Chicago. A “ecologia humana” concebia a cidade como “(...) uma constelação de áreas naturais, cada uma delas com seu ambiente característico e a sua função específica no conjunto da economia urbana”.²⁷⁸ Esta escola foi composta por pesquisadores com funções específicas, assim, Burgess, tinha por especialidade estudar e definir um modelo de pesquisa do crescimento, que fosse generalizável para o crescimento de áreas naturais. Burgess, “analisava as diretrizes do crescimento urbano,

²⁷³ Para Michel de Certeau a cidade é um texto que pode ser lido, implicado discursos urbanos de um poder instituído que planeja a cidade, mas também as apropriações feitas pelos cidadãos nas suas ruas. Refiro a este devir que dá significado aos espaços urbanos em contrário aos poderes instituídos, assim há um esforço da prefeitura local, em seus planos, de dar o significado definitivo aos espaços. CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

²⁷⁴ Hoje seria a Secretária de Comunicação.

²⁷⁵ O Plano de Desenvolvimento Local e Integrado é a principal fonte de pesquisa para o entendimento do período do governo de João Durval e suas pretensões e ações junto a grupos dominantes na cidade.

²⁷⁶ SILVA, Eunice Paranhos. **Cada macaco no seu galho: ampliação urbana da região sul/sudeste de Feira de Santana. (1960-2000)**. UEFS, 2008. p.23.

²⁷⁷ FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998.

²⁷⁸ BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p.34.

isto é, a organização física da cidade, aplicando conceitos como metabolismo, expansão, sucessão extensão, concentração, mobilidade, organização e desorganização”.²⁷⁹

De acordo com Freitas;

Na expansão, enquanto crescimento físico a cidade é entendida basicamente através do plano de urbanização e mediante o zoneamento, quando o plano de urbanização constitui-se um dos elementos de controlo do crescimento físico da cidade.²⁸⁰

Este apresenta as influências do modelo progressista de urbanismo de Le Corbusier que “propõe um objeto urbano pulverizado, cujos elementos padronizados estão distribuídos no espaço segundo uma ordem funcional e geométrica”.²⁸¹

O PDLI apresentou um estudo que concluiu que Feira de Santana estava caótica no uso de seu solo urbano, principalmente no centro da cidade onde se misturavam o comércio, indústria e habitação. O PDLI concebeu para o desenvolvimento local, um programa através da teoria de François Perroux dos “pólos de crescimento”. Segundo este, o desenvolvimento não se expande por todo o país e suas regiões, concentram-se nos “pólos de crescimento”.

Identificando o desenvolvimento enquanto um processo exclusivamente polarizado no econômico, o teórico francês afirma que o desenvolvimento econômico é função de um certo grau de industrialização, sendo esta processada de forma delimitada, polarizada em um espaço geográfico.²⁸²

Portanto, para o desenvolvimento local integrado, e integrador da economia local à totalidade do país, a indústria teria a função motriz²⁸³ de associar os setores municipais, sejam o primário, secundário e terciário, integrando-os entre si e consequentemente à economia baiana e nacional. A solução para o município era técnica-racional.

²⁷⁹ FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998. p.119.

²⁸⁰ FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em...**op. cit. p.120.

²⁸¹ CHOAY, François. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. IN: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**, nº 18, 1999.p.70.

²⁸² SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002. p.35.

²⁸³ Para uma discussão mais aprofundada das teorias que envolvem o PDLI e sua consonância com perspectivas nacionais, ver SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002 & FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998.

O projeto definia qual a concepção de cidade do governo municipal, propondo um projeto político definidor dos seus rumos. Os texto do PDLI e os discursos do Folha do Norte expressam uma visão onde a velha cidade passaria a ser organizada.

Os conflitos deveriam ser superados pelo esclarecimento do povo. O jornal expressava bem isso quando no ano de 1968 tentava acordar o povo para a modernização urbana da cidade;

A falta de divulgação das intenções da URBIS e seu plano de vendas, acrescido da confusão que se estabeleceu nas suas vendas (...) Tem ocasionado várias dúvidas que muitas vezes não estão livres da influencia maléfica dos derrotistas, dos que raciocinam como “Jeca Tatu” e dos que pensam diminuir aos olhos do povo uma grande obra com maledicência dos incapazes, dos que julgam tapar o sol com o dedo. O núcleo habitacional terá Igreja, praça, açougue, mercado, e espaço para recreação infantil além de escolas e linhas de transporte.²⁸⁴

As oposições, ou melhor, derrotistas, eram maléficis por não tratarem a verdade que eram os benefícios da URBIS, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA, autarquia do governo do Estado criada em 1965, responsável pela construção de núcleos habitacionais como a Cidade Nova, presidida pelo ex-prefeito Joselito Amorim.

A cidade racional e a modernização em obras como política de classes.

Na modernização da cidade, o controle social foi um dos objetos da administração. Uma higienização que produzisse resultados esperados: o domínio das “classes rebeldes” e um “belo” centro urbano que trouxesse divisas para o município e seus empresários, seriam os objetivos do novo empreendimento. Novos padrões morais que não eram tão novos foram reproduzidos no jornal Folha do Norte, que traduzia bem as exigências de setores da sociedade por uma “nova cidade”. A moralização das ruas e dos becos era prevista por uma limpeza urbana que exigia a retirada da prostituição, “A rua do meio outrora centro de baderna desapareceu varrida pelo comércio e vem sendo vencida pelo progresso...”.²⁸⁵ O progresso²⁸⁶ venceria tudo o que representasse o velho ou inadequado. O jornal ainda prevenia;

²⁸⁴ Jornal Folha do Norte, 30/11/1968.

²⁸⁵ Jornal Folha do Norte, 19/08/1967.

Segundo declaração do delegado Osvaldo Franco, as mulheres de vida airada sofrerão confinamento até as 23 horas e os diversos estabelecimentos existentes em becos e travessas têm o prazo de 30 dias para fechar.²⁸⁷

Porém, a principal característica do governo de João Durval foi a intensificação de obras públicas. Ampliação de bairros, organização de infraestrutura para seu projeto norteador que seria a do Centro Industrial do Subaé. Sua articulação com o governo do estado permitiu a construção de uma adutora para trazer água do rio Paraguaçu. Em 1969, a ELETROBRÁS implantou o sistema de abastecimento de energia pela Usina de Paulo Afonso, em 1968 já tinha sido inaugurada a escola do SENAI. A URBIS havia construído até 1971, mais de 1666 casas,²⁸⁸ a TELEFEIRA havia instalado quase duas mil linhas telefônicas.

A educação também foi um tema previsto no seu projeto, esta deveria ser modernizada e ampliada, por isso a chegada em 1968 da primeira escola superior e, em 1970 a aprovação da lei pelo então governador Luís Viana, para criação da Universidade de Feira de Santana, além de reformas de escolas e construção de teatro na cidade.

No período em que esteve na prefeitura, João Durval cultivou a imagem de um prefeito obreiro. Estes atos são questionados quanto a sua função ideológica. A ampla promessa de novas obras, constantemente exposta, principalmente no Jornal Folha do Norte, em todo seu processo de planejamento e execução, tem a funcionalidade de amortizar os conflitos existentes e legitimar um modelo econômico, político e social. Em tempos de ditadura onde a população tinha pouco espaço para lutar pelo direcionamento dos investimentos do Estado e municípios, as moradias populares, através do BNH foram usadas “(...) como forma de cooptação da classe trabalhadora, como instrumento político, econômico e ideológico”,²⁸⁹ pois, “Um dos mecanismos empregados pelo Estado para consubstanciação hegemônica adotada em 64 é a política habitacional”, “O Estado vê na habitação popular um meio que atende a demanda

²⁸⁶ Assim como “modernização”, “progresso” só pode ser analisado aqui enquanto discurso. No que tange a experimentação do que seria esse “progresso”, poderíamos analisar relatos principalmente de grupos locais abastados que se satisfizeram com o novo planejamento do governo, sobre os grupos subalternizados seria preciso uma pesquisa mais profunda para entender suas experiências diante disso.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em...** op. cit. p. 114.

²⁸⁹ OLIVEIRA, Eliacy Eduarda. O Desigual Combinado na Urbanização em Feira de Santana IN: Conselho Regional de economia, 5. **Reflexões de Economistas Baianos**. Salvador CORECON, 2005. p.104.

popular e ao mesmo tempo um meio de amenizar o conflito entre forças produtivas e as relações de produção”.²⁹⁰ O Estado se afirmou como mediador do conflito social, ou melhor, como instrumento usado neste conflito para favorecer um grupo no poder, sabendo, o grupo que dirigia o Estado, que não se estabelecería o domínio político sem a adesão de trabalhadores, sem cooptá-los através de programas de beneficiamento. Os grupos dirigentes elaboraram estratégias em um Estado ampliado de hegemonia. Compreendemos que

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.²⁹¹

Nesta definição que assumimos do Estado moderno, podemos identificar nas análises realizadas, estas estratégias dentro do campo de atuação política de grupos dirigentes, como fundamental para estabelecimento e/ou manutenção de uma ordem.

Com os elementos discursivos e as obras relacionadas à urbanização, os grupos locais no poder buscavam enquadrar-se na hegemonia nacional, pelo consenso e coerção sob um Estado em ditadura civil/militar, que reprimia qualquer suspeição de oposição por parte dos trabalhadores que ameaçasse as bases das classes dirigentes no país. Como consequência, foram censurados vários mecanismos políticos de participação popular.

João Durval dispunha de aparelhos e organismos de classe para estabelecer uma hegemonia. Valente,²⁹² referindo-se aos agentes sociais que tiveram por iniciativa a industrialização e a modernização em Feira, demonstra o papel importante do governo e seus mecanismos de poder. Aponta questões pertinentes para compreender a posição central que João Durval tem como um dos articuladores do projeto, com o pedido de montagem de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado. Seguindo, faz um recuo temporal na pesquisa para entender as entidades de classes e os setores sociais que enfrentam a tarefa, e mesmo sem experiência formam um grupo de industriais. À frente disto João Durval, que nas palavras de Valente “(...) se assemelha ao que Gramsci

²⁹⁰ PERUZZO, Dilvo. **Habitação: Controle e Espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984. p.38-39.

²⁹¹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol.3 p. 48.

²⁹² VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana, In: A Pala Re-vista. Feira de Santana, UEMS, 2011.

chama de “político em ato”, aquele que se coloca como “um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação dos seus desejos e sonhos”, este “toma como base a realidade efetiva”²⁹³.

No mesmo texto, Valente traz uma reflexão sobre o Rotary Club seu o papel aglutinador para classes dirigentes e a propagação do americanismo para transformar Feira em uma cidade industrial, pois, segundo Gramsci um órgão de (...) “difusão de um novo espírito capitalista (...)”²⁹⁴.

O americanismo torna-se manifesto ao fim do governo Joselito Amorim. Em 1967, antes da chegada de Durval ao poder executivo, Feira passava a ser enunciada em discursos como cidade imponente e grandiosa que mereceria reconhecimento. Um dos primeiros textos do ano de 1967 do jornal Folha do Norte mostra os caminhos das representações criadas sobre a cidade “capital do interior” baiano. Durante a visita de uma americana do departamento de Estado dos EUA, lê-se no Folha do Norte: “Importante visitante que vem conhecer e prestigiar **a maior obra administrativa do interior brasileiro.**”²⁹⁵ Vem a Feira Miss Reulah Confer, a convite de Juracy Magalhães e do prefeito. Com um sentimento de sujeitos de uma cidade que se querem fazer grande como uma metrópole e importante como uma capital o jornal reivindicou a posição. O texto revela apreço pela importância de tal visita, demonstrando, de certa forma, a nova referência de ideal de civismo do colunista feirense, baseado na maneira norte americana de governo, sociedade e economia, contrariando o ideal comunista que tinha como referencia a ex-União Soviética, o que pode nos indicar um anseio de uma fração do grupo local. Só não descreveu detalhadamente qual grande obra era esta. Suspeitamos que se tratasse de um discurso que é produzido em meio a um novo modelo nacional ao qual Feira se adequava, e também uma maneira de formar bases de apoio a esse novo momento. Não conseguimos identificar nesta pesquisa se este americanismo é parte do mecanismo de hegemonia, mas por outro lado, está sempre presente em discursos que visam respaldar a ordem estabelecida.

²⁹³ VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana, In: A Pala Re-vista. Feira de Santana, UEFS, 2011.. p.8.

²⁹⁴ GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p.176.

²⁹⁵ Jornal Folha do Norte. 14. 01.1967(Grifo Meu)

Na nova configuração do governo e suas novas perspectivas empreendedoras a Associação Comercial ²⁹⁶ demonstrava o novo caminho do comércio que se relaciona com os espaços urbanos, como em 1968:

(...) enviou a Associação Comercial de Feira de Santana ofício de apoio ao deputado estadual Oscar Marques por este haver indicado a Mesa da Assembléia do Estado a construção de prédios apropriados para a localização dos serviços policiais bem como da Cadeia Publica. ²⁹⁷

Em 1969, o Folha do Norte reconhecia esforços do prefeito para solucionar a questão; “ao que parece está procurando dar uma solução ao problema”. ²⁹⁸ Os espaços deveriam ser definidos por grupos sociais, é assim que o PDLI define lugares de trabalhadores, comerciantes e etc.

O projeto CABANA demonstra como João Durval foi um articulador e porta voz no Estado em Feira, não somente para a fração industrial emergente, mas para um setor de comerciantes, cumprindo um papel de intelectual entre as frações dominantes, ou seja, representando e articulando vários setores, mesmo com um papel mais central no projeto industrial.

Os jornais falavam muito da necessidade de transformação da cidade, de uma série de elementos que a modernizariam. Antes da vinda da Faculdade, o Folha do Norte produzia muitos discursos de como Feira poderia atingir o padrão que supostamente merecia, para isso precisava do ensino superior, necessidade expressa na coluna de Raymundo Pinto. ²⁹⁹

O projeto de Durval careceria ser acolhedor para várias frações de grupos dominantes e dominados, o consenso deveria ser buscado entre esses setores para a modernização na Feira de Santana. A cidade foi pensada a partir de concepções que dentro das relações sociais de força, representaram os setores dominantes, pois, “o desenvolvimento atinge a todos, tanto os que comandam a expansão (o Estado e a classe empresarial) como os que cooperam com ela (a população em geral) e os que são

²⁹⁶ Em 1962, é fundada a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas).

²⁹⁷ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960).** Universidade Federal de Pernambuco, 2008. p.177. A Cadeia Publica se localizava no centro comercial da cidade.

²⁹⁸ Folha do Norte, maio de 1969 apud OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana...**p.177.

²⁹⁹ Jornal Folha do Norte 13/05/1967 na coluna Educação e Cultura, Raymundo Pinto elogia o pedido de Fernando Pinto de uma Faculdade de Filosofia, em 20/05/1967 faz outro pedido de Faculdade.

posteriormente por elas incorporados (a população desempregada e marginalizada)”.³⁰⁰ O Plano de Desenvolvimento Local e Integrado entrou em cena como meio de conseguir a hegemonia, domínio político para frações das classes locais. “O PDLI instituiu normas técnicas e jurídicas para sua implementação, obrigando não apenas os particulares, mas também o poder público”.³⁰¹ Assim procuramos

(...) “desmascarar” a verdadeira função do planejamento, entendido que através do intervencionismo e do regulacionismo estatal, segundo vários autores, tinha o intuito de tentar manter na cidade as necessidades do capitalismo, ou seja, manter condições favoráveis, seja a longo ou médio prazo, o *status quo* capitalista.³⁰²

³⁰⁰ SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002. p.108.

³⁰¹ CAMARA, MARCOS PARAGUASSU A; FRANK, HAROLDO; SEMINARIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE FEIRA DE SANTANA; (1; 1984; Feira de Santana). **Legislação urbanística em Feira de Santana**. Salvador: 1985. INTERURB,

³⁰² OLIVEIRA, Eliacy Eduarda. O Desigual Combinado na Urbanização em Feira de Santana IN: Conselho Regional de economia, 5. **Reflexões de Economistas Baianos**. Salvador CORECON, 2005. p.70.

CAPÍTULO 3.

O futuro do passado

A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos em seu nome, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas e de súbitas revitalizações.³⁰³

O trabalho de enquadramento da memória pós-64.

Momentos atrás pontuamos a importância de um mecanismo de busca de hegemonia articulado pela UDN/ARENA tendo como um de seus grandes alvos a competição com a memória da gestão de Francisco Pinto. Esse mecanismo foi o “trabalho de enquadramento”³⁰⁴ da memória de uma referência positiva da gestão de Joselito Amorim e João Durval. A memória também é objeto de tecnologias de poder, componente importantíssimo para estabelecimento de qualquer dominação política, pois ela tem por função a construção e manutenção de identidades, pertencimentos a grupos sociais e é fundamental para assentar as bases das identidades nacionais e locais.

A memória é compreendida como a interação dialética entre a lembrança e o esquecimento, nesta interação é que mecanismos de enquadramento são constituídos com finalidades políticas que podem ser identificadas pela análise adequada. Como afirma Pollak:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações e etc.³⁰⁵

Era função de governo garantir um lugar positivo na memória coletiva local em aversão à menção de gestão municipal que seria sua maior opositora, o governo de Chico Pinto. A sua aproximação com a população através da criação de meios para gestão participativa gerou expressiva popularidade que já mencionamos no primeiro capítulo. Essa popularidade seria, possivelmente, um dos motivos que levaria a ARENA

³⁰³ Decca, Edgar de. Memória e Cidadania. IN: **O direito da memória: patrimônio histórico e cidadania.** DPH, SP, 1992, p. 130-131

³⁰⁴ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos.** Vol. 02, n. 03, 1989.

³⁰⁵ Idem, p. 08.

a perder a eleição municipal para prefeito em 1976 para o MDB, que governaria a cidade daí em diante até o ano de 1982.

Francisco Pinto representou um mal a ser combatido e foi o principal opositor de João Durval, sua base aliada ligada a movimentos sociais na cidade faziam de si uma liderança popular. É preciso lembrar que o trabalho de enquadramento da memória era necessário não somente para definição de disputas locais, mas também regionais e nacionais. O novo regime deveria estabelecer suas referências, e localmente a resolução deste conflito da memória deveria ser realizada conjuntamente com a base aliada, apoiadores do golpe, principalmente a velha UDN.

Diversas foram as defesas realizadas pelo regime através dos adesistas locais do processo revolucionário de restabelecimento da segurança do país e da cidade contra o perigo vermelho. Foram vários os sujeitos que sustentaram a versão otimista do golpe e do novo regime, sujeitos que atuaram na esfera do debate público e muitas vezes da perseguição generalizada daqueles que potencialmente, para eles, seriam inimigos da nova ordem. Assim notamos alguns colunistas que como Hugo Silva, também vereador, assumiram o papel de defensor da nova ordem. Outros podem ser discriminados pelo seu importante papel como os colunistas do jornal Folha do Norte Helder Alencar e Emme Portugal.³⁰⁶

Helder se afirmava comunista até quando o partidão (PCB) acolheu a decisão de apoiar nas eleições para prefeito em Salvador em 1962, Osório Vilas Boas ao invés de Virgildásio Sena.³⁰⁷ O que sabemos é que Helder foi responsável por uma coluna anticomunista no Folha do Norte.

O jornal Folha do Norte, o Jornal Situação e o Feira Hoje, eram fornecedores de quadros e pontos de referências dessa busca de enquadramento de uma memória positivada do golpe e das gestões pós-golpe da UDN/ARENA.

Um dos mais vigorosos momentos de enquadramento de memória aconteceu com o tema do Ginásio Municipal. Já descrevemos como a disputa por educação pública gerou conflitos entre sujeitos subalternizados organizados na sociedade civil e política. Apoiado na gestão de Chico Pinto, grupos sociais disputaram a construção do Ginásio

³⁰⁶ Há algumas especulações midiáticas que diziam que os textos de Emme Portugal eram, na verdade, escritos pela esposa de João Durval, Yeda Barradas Carneiro. Entrevista com Helder Alencar, <http://www.blogdafeira.com.br/noticia.asp?id=5184> visto em 18 de agosto de 2010.

³⁰⁷ DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, p.18. (Tese).

Municipal, provocando a resistência da parte da oposição udenista para aprovação do projeto no início da década de 1960. Segundo Ana Maria Fontes

Para fazer silenciar a memória incômoda, elaboram-se e reelaboram-se estigmas e símbolos de maior efeito persuasivo. A primeira iniciativa para apagar a gênese do Ginásio Municipal da história da cidade e, ao mesmo tempo, o projeto político que lhe tornara possível, ocorreu em 1966, com a ampliação das suas instalações.³⁰⁸

A proposta de ampliação viria do próprio executivo municipal, porém, a sugestão de nomeação de Ginásio Municipal Professor Joselito Amorim,³⁰⁹ partiria do vereador Godofredo Filho, um edil que encontramos poucas vezes em grandes debates ou mesmo propondo projetos, mas famoso por suas poesias.

(...) em 1966, é “homenageado” com o nome de um dos políticos enfileirados no partido político União Democrática Nacional (UDN) que, no momento imediatamente anterior, assumiram a posição de combatentes contrários àquelas lutas na preservação de interesses privados, na área da educação, em benefício de aliados políticos.³¹⁰

Ana Maria chamou atenção para o monopólio privado do acesso à educação, neste caso o dono do ginásio privado era Áureo Filho, também filiado a UDN. Em 1968 ainda vemos a disputa no trabalho de enquadramento em sua tentativa de efetivação de resultados, Hélio Barbosa, que no período de 1968 é colunista do Folha do Norte, espaço repleto de textos em oposição clara os movimentos sociais, publica um escrito descrevendo a sua versão sobre a fundação do Ginásio Municipal, enaltecendo os professores e militares e a autoridade na educação, destacando alguns ambientes físicos disciplinares da escola, como a sala da repressão, ressaltou o colunista que “obedecendo se aprende mandar”.³¹¹

O Ginásio Municipal foi apenas um dos temas em que se ocuparam os adesistas do golpe e do projeto de modernização local. Frequentemente tiveram oportunidade de exaltar as realizações da gestão de Joselito Amorim, mesmo que tenham se esforçado menos do que em relação à gestão posterior. O jornal Situação, fundado em 1967 e que teve como Superintendente Antônio José Laranjeira, também Diretor de Turismo do

³⁰⁸ SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Revista Sitientibus*, nº 24, Feira de Santana, UEFS, 2001, p. 32.

³⁰⁹ Projeto de Resolução nº 66/66. Ata da 1ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 12/04/1966.

³¹⁰ Idem, *Ibidem*, p.33.

³¹¹ Folha do Norte, 17/08/1968.

Governo de João Durval, elogiava a gestão de Amorim pronunciando, neste mesmo ano, que “os trabalhos executados na gestão do Prefeito Joselito Amorim, já é {SIC} comentado nos altos círculos governamentais do país”.³¹² O prefeito recebeu elogios de outras formas, em discursos de vereadores e etc. O proferido dialogo com a classe operária e estudantil, estimada pelo Folha do Norte são exemplos de trabalho de enquadramento de memória. Enquanto o jornal pronunciava este discurso, militantes eram presos e acusações de subversão eram feitas. Segundo o Pollak:

Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da **história**³¹³ das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão.³¹⁴

Na cidade conseguimos identificar um representante destes profissionais que se dedicaram a escrita da História. Raymundo Pinto, Secretário de Educação do governo de João Durval e também colunista do Folha do Norte. Em 1971 ele publicou um livro intitulado “Pequena História de Feira de Santana”. Obra que resumidamente tratou, principalmente, da experiência política institucional da cidade na segunda república, abordando de forma sintética a gestão de prefeitos e interventores do município até o ano de lançamento do texto, documento privilegiado para reconhecemos o ambiente cultural de busca de um consenso sobre a ditadura e a gestão no executivo municipal entre 1967 e 1971. A estratégia textual se revela em um dialogo realizado entre o autor e uma personagem, Zé, sobre a História política do município. O texto de fácil entendimento parecia ser voltado para um público em idade escolar, talvez um livro didático, bastante apelativo.

Em seus capítulos, um chamou atenção para nosso estudo, o que analisa a o tempo presente do autor. Raymundo Pinto nos oferece uma reflexão tendenciosa sobre a ditadura de 1945 e a “revolução” de 1964. Getúlio Vargas recebe referências mais incisivas em seu papel enquanto ditador que os presidentes militares pós-golpe de 64.³¹⁵

O texto educativo é composto por concepções de honestidade e referência ao progresso da cidade, este sempre sendo mencionada em acordo com a importância que lhe era dada pelos jornais, governos e alguns grupos civis, como na passagem em que

³¹² Situação, 02/03/1967.

³¹³ Grifos meus. Desconfiei que talvez o termo fosse História, referindo-se a produtores de textos. Pode haver um erro de tradução.

³¹⁴ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 02, n. 03, 1989, p. 09.

³¹⁵ Ver: PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971, p.64 e 70. Ver também a introdução da obra.

refere-se ao exército, “vale registrar que, também em 1968, o Exército Brasileiro, reconhecendo a importância da nossa cidade, instalou aqui um Batalhão de Infantaria, o 35º BI”,³¹⁶ coincidentemente o ano de lançamento do Ato Institucional nº 5, momento de intensificação das perseguições do regime que tem seus efeitos sentidos na região.

Os capítulos que tratam respectivamente do governo de Chico Pinto e Joselito Amorim, são bastante breves sem contar muitas realizações dos prefeitos, por outro lado a gestão do “jovem” João Durval é muito bem tratada; “Duvido que um velho tivesse feito mais que ele”.³¹⁷ O argumento é sempre usado em forma de comparação, João Durval era o futuro, todos os outros, mesmo que aliados, pertenciam ao passado da cidade, pois, a cidade havia crescido de “1960 a 1970” “cerca de 100%”,³¹⁸ porém toda essa explosão de amadurecimento foi concentrada principalmente no governo de João Durval. O prefeito havia inaugurado o tão procurado Sistema de Abastecimento de água do Paraguassu, “Uma grande obra que resultou, todavia, dos esforços do Prefeito anterior e o apoio decisivo do ex-governador Luís Viana”.³¹⁹

Foram várias as realizações de João Durval citadas no capítulo sobre sua gestão, como a construção de casas populares, a sanção da lei, por parte do governador do Estado, que criava a Universidade de Feira de Santana, a Faculdade de Educação que já funcionava com os cursos de Letras e Estudos Sociais desde 1968, dentre outras obras. São bem pontuados como mais importante em sua gestão, o planejamento, a indústria e o crescimento do comércio. Sobre a penúltima disse que “Um município pode ser grande e ter muita terra inaproveitada. Enquanto um bem pequeno, se tiver muitas indústrias, por exemplo, será várias vezes mais importante”.³²⁰

Conseguimos concluir nestas análises que havia um critério fundamental para o enquadramento de uma memória local sobre o golpe e seus governos consequentes na esfera local principalmente, a exaltação da gestão principalmente de João Durval em oposição de julgamento a de Chico Pinto, tendo como meio o emudecimento de projetos que eram de opositores da UDN/ARENA, assim é que foram silenciadas as perseguições, prisões, torturas e qualquer forma de expressão cultural que os deixassem - os dominantes - sob alguma ameaça. A estratégia discursiva sempre passava pela

³¹⁶ Idem, Ibidem, p. 60.

³¹⁷ Idem, Ibidem, p.63.

³¹⁸ Idem, Ibidem, p.98.

³¹⁹ Idem Ibidem, p. 57.

³²⁰ Idem, Ibidem, p.47.

afirmação do progresso efetivo que ocorria no município contra o silenciamento de oposições.³²¹

O endurecimento do regime: testemunho de acusações e o ataque às oposições.

Em 1968 houve um endurecimento do regime militar/civil no país.³²² Com o fim do governo Castelo Branco e sucessão de Costa e Silva o regime ganhou novas orientações sobre as ações de perseguição política e torturas. Foi um momento onde grupos de oposição ao regime optaram pela luta armada, tomando para si a tarefa de enfrentar o sistema com a vida. Neste ínterim foi que o regime demonstrou também reações mais violentas, que segundo Carlos Fico não podem ser justificadas como sendo uma contra reação à oposição,

Havia, desde o início do regime militar, a vontade, por parte dos setores mencionados da linha dura, de constituição de um aparato global de controle da sociedade, tanto quanto, aliás, a opção de parte da esquerda pela “luta armada” antecedeu o próprio golpe de 1964.³²³

Concordamos com Fico, o regime endurece sobre a influência de frações que sendo parte deste, conseguem alinhar seu projeto dentro da formalidade legal. A Operação Bandeirante (OBAN) surgiu neste momento com a intenção de criação de maior autonomia às torturas e a perseguição dos sujeitos identificados como opositores. O documentário “Cidadão Boilesen”³²⁴ conta a história de um administrador dinamarquês naturalizado brasileiro que se torna presidente da empresa “Ultragaz” e seu envolvimento com os militares e a tortura no país.

³²¹ Para ler sobre oposições ao regime e ao governo da UDN/ARENA em Feira de Santana ver: SANTOS, Claudiana Ferreira. **O golpe Civil/Militar de 1964 em Feira de Santana: Visões e Versões de Militantes.**, Feira de Santana, 2009. (monografia) & MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Em Busca da Memória: Práticas e Representações do Movimento Estudantil em Feira de Santana (1964-1969).** Feira de Santana UEFS, 2001. (monografia)

³²² São exemplos: GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada.** Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 2003. & FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

³²³ FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 81-82.

³²⁴ **Cidadão Boilesen** (Brasil/ 2009, 92 min.) - Documentário. Direção de Chaim Litewski.

No vídeo, aparece o depoimento de antigos militares como do Coronel Erasmo Dias que confirma a associação entre militares e setores privados empresariais que arrecadavam recursos financeiros para a manutenção das atividades da OBAN. O filme defende tese da participação de Boilesen como caixeiro, homem que atuou diretamente no contato entre militares e empresários para arrecadação de fundos para financiamentos de torturas, chamando a atenção o perfil psicológico de alguém que tinha como prática a visitação a torturas de acusados de subversão.

O mais importante é a referência a associação necessária entre militares e civis para o combate às oposições do regime. Em Feira de Santana o regime voltou sua atenção para o potencial de subversão social que a cidade demonstrou ter. Em Feira o governo Chico Pinto e seus aliados as primeiras vítimas da nova política, sendo que o regime em seu nível nacional e de seus dirigentes máximos (militares) necessitou de adesistas que sustentassem o modelo. Assim na criação do modelo CODI-DOI entraram as polícias estaduais junto com a estrutura militar da nação. Antes mesmo disso tivemos a experiência do Serviço Nacional de Informação que contou com elementos da sociedade civil para seu pleno funcionamento.

Foi necessário, para consolidação da nova autocracia, o esforço civil para gerir o regime. A deposição de Chico Pinto e sua base aliada na cidade estavam intimamente ligadas à solicitação da Câmara de Vereadores e a influência do exército. Nessa conjuntura, Hugo Navarro desenvolveu papel ímpar quando recomendou à deposição do prefeito articulando a justificativa de perigo a ordem nacional e local, diga-se perigo a manutenção da ordem capitalista, eles foram acusados de comunismo, que em tese é a superação do sistema capitalista.

Durante todo o regime militar a cidade foi por tida grupos dirigentes como suspeita devido a sua herança perturbadora que tem continuidade com sujeitos que passaram a ocupar papéis importantes em movimentos de vanguarda armada. “Tratando-se de VAR-Palmares, as bases desta no interior espalhavam-se pelas cidades de Cruz das Almas, Feira de Santana, Vitória da Conquista...”,³²⁵ também atuaram na cidade membros do MR-8, como Luís Antônio Santa Bárbara morto em 1971 quando encorpava as forças guerrilheiras do Capitão Carlos Lamarca, “A cidade de Feira de Santana foi a principal base do MR-8, além da capital baiana”.³²⁶

³²⁵ SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia. IN: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009, p. 137.

³²⁶ Idem, *Ibidem*, p.143.

No município de Feira encontramos alguns exemplos que solidificam as suspeitas militares, mas nos interessa neste momento o apoio recebido por estes para o ataque às oposições, apoio que gerou uma relação de troca muito clara para nós, a delação de suspeitos e sua posterior perseguição, prisão e/ou tortura, tinham como resultado local a diminuição das atividades contrárias à gestão e, ao mesmo tempo, a criação de uma relação de proximidade entre militares e civis na cidade que não podemos aferir de forma mais profunda neste momento.

No ano de 1968 começou a serem realizadas agitações políticas por parte de estudantes no município que coincidem com o assassinato do estudante Edson Luís. Além da denúncia, são incorporados outros pontos pautados por alunos do Colégio Estadual. No dia 24 de julho os estudantes haviam parado para reivindicar “laboratório para aulas práticas de Física, Química e Biologia, atualização salarial de tarefeiros e alguns professores e ainda substituição de professores que apontavam como incapazes”.³²⁷ A testemunha foi à diretora da escola que delatava que este tipo de atividade acontecia desde 1964 quando esta ainda não ocupava o cargo referido, que inclusive no ano de 1969 realizaram uma assembleia geral dirigida por um professor de Biologia, a qual foi convidada a participar, porém ela provocou a sua dissolução.³²⁸ Dentre os nomes que podemos citar nas acusações de subversão aparecem o do vereador pelo MDB, Luciano Ribeiro, e o do estudante Luís Antônio Santa Bárbara.

Um realção chamou atenção para compor nosso argumento principal desta dissertação, a ligação da ex-diretora do colégio estadual com a gestão da ARENA na cidade. Ela já havia ocupado o cargo de vereadora em 1966, quando assumiu em suplência de Hugo Navarro que solicitou sua exoneração para ocupar outro cargo público. Foi a primeira vereadora do município. Pertencente à ARENA, desenvolveu durante o governo João Durval o papel de testemunha e delatora de atividades subversivas praticadas pela oposição. Situação interessante ocorreu foi interrogada sobre a ligação de Luciano Ribeiro com o ex-prefeito Francisco Pinto, se este era porta

³²⁷Ofício enviado da Diretora do Colégio Estadual ao Sr. Major Encarregado do IPM. Feira de Santana – Bahia, 11 de abril de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP.

³²⁸ Ofício enviado da Diretora do Colégio Estadual ao Sr. Major Encarregado do IPM. Feira de Santana – Bahia, 11 de abril de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP.

voz dele, ela “respondeu que não pode afirmar, mas sabe que existe ligação entre ambos, por ser o ex-prefeito deposto, presidente do (partido)”.³²⁹

O processo mais emblemático para nossa pesquisa foi o de Luciano Ribeiro, que à época era vereador e estudante. Na posse de João Durval, este realizou um discurso que foi considerado subversivo. Segundo o relato da condenação final deste, ele ainda,

(...) deixou as suas obrigações de Edil para, utilizando sua experiência política e a sua condição de estudante da Faculdade Estadual de Educação, incitar a SUBVERSÃO DA ORDEM POLITICA, no meio estudantil.³³⁰

O discurso na posse de João Durval foi encontrado nos autos do processo como prova de suas atividades. Neste discurso Luciano reconheceu a entrada democrática de João Durval no executivo, “eleito pelo voto direto do povo deste município”,³³¹ porém, ressalva que isso não queria afirmava que ocupava uma função “en nome da maioria”,³³² pois a maioria se quer votava na cidade e no país. Muitos tinham essa atitude de não o fazer assim para demonstrar sua indiferença ou mesmo discordância com o regime e mais aqueles que não votavam pela imposição do regime de “exceção”, segundo o mesmo.

Luciano demarcava seu lugar de oposição em relação à nova gestão e seu antecessor, disse que sua eleição para vereador, diferente da ARENA,

serviu para assinalar e representar a vontade abafada dos brasileiros deste município, tolhida já por força do regime em que vivemos agravada com o movimento político militar, de abril de 1964. A nossa eleição foi um protesto contra aqueles que distorceram de tal maneira as coisas, que ser patriota e defender honestamente os interesses do país, passou a ser crime. A nossa eleição foi um protesto contra aqueles que prenderam os estudantes porque

³²⁹ Aqui o documento fica ilegível, mas supomos que o termo seguinte seria MDB, que era presidido por ele naquele momento. Ofício enviado da Diretora do Colégio Estadual ao Sr. Major Encarregado do IPM. Feira de Santana – Bahia, 11 de abril de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP.

³³⁰ AUDITORIA DA 6ª REGIÃO MILITAR. EXÉRCITO, MARINHA E AERONAUTICA. PROCURADORIA MILITAR, Fl. 5, Salvado, 03 de novembro de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP.

³³¹ Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP, p.01.

³³² Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP, p. 01. Em 1968 Luciano afirmou que a eleição foi fraudulenta. Ver: Ata da 8ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores. 09/05/1968.

estudavam o nosso país, e prenderam os professores porque ensinavam a mar o Brasil.³³³

Dando continuidade a crítica ao regime, o Edil é mais enfático e diz que,

Substituiu-se o amor entre homens de uma mesma Pátria pela delação. Substitui-se as cátedras pelos tribunais militares. Substitui-se a nossa tentativa para tornarmoo um país soberano pela subserviência total a grupos estrangeiros que traçam nossa política econômica a sua maneira.³³⁴

O tom se torna cada vez mais agressivo contra o regime. Luciano reconheceu que foi derrotado, porém compreende que como uma fase histórica a ser superada, que todos os regimes ditatoriais são assim e que o povo já entende desta forma. A luta era desonesta, porque “Os detentores do poder, tomado à base de tanques de guerra e fuzil, procuravam destruir de toda a maneira nosso diálogo com o povo”.³³⁵ Continuou falando sobre o Brasil ter sido transformado em quartel militar e informou ao prefeito que contribuirão (MDB) para seu governo em tudo aquilo que seja de interesse do povo, com honestidade, porém “Não seremos “bons” e “prudente” nos têmos que a nós se referiram”, “Pois ser bonzinhos é concordar em fazer conchavos com as classe dominantes contra o povo, se ser bonzinhos é concordar com o regime de exceção que aí ainda está. É renunciar a luta pela liberdade econômica e política do nosso país, confessamos que não seremos”.³³⁶

O discurso de Luciano Ribeiro provocou a ARENA, desencadeando a perseguição deste que, como consequência, foi indiciado pelo ato de incitação a subversão na câmara, dentre outras acusações. Testemunhou contra Luciano um funcionário da Câmara Municipal de Feira de Santana que, quando perguntado se exercia naquele ou em outro momento atividades políticas, respondeu que participou de um comitê estudantil em 1962 em favor da candidatura de João Durval Carneiro, sendo que se afastou deste tipo de atividade quando em 1963 assumiu o cargo municipal,

³³³ Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.01.

³³⁴ Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.02. Obs.: Todos os termos citados não foram alterados.

³³⁵ Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.02.

³³⁶ Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.03.

desenvolvendo até o ano de 1969, militância em atividades políticas estudantis.³³⁷ Foi ouvido ainda o Oficial de Gabinete do Prefeito de Feira de Santana, que não esteve presente na sessão da câmara, mas disse “que tais discursos segundo os comentários ouvidos tinham caráter subversivo”.³³⁸ Em entrevista, Luciano Ribeiro afirmou que na passagem da ditadura, ele e seus companheiros queriam “lutar contra o exército e contra todos com uma maquina de escrever e um mimeografo”,³³⁹ afirmou que estes não usavam armas, a opção de seu grupo não era pela luta armada.

O mais importante destes processos é que pudemos identificar oposições ao governo e resistência ao regime, perseguições antidemocráticas e sujeitos que prestam testemunhos ligados diretamente ao governo de João Durval e a ARENA. Mas há algo no discurso de Luciano Ribeiro, o trato dado à modernização da cidade, a necessidade de infraestrutura para preparar o município para a industrialização, o elogio às organizações privadas de frações de classe como a do comércio e indústria, tudo isso media para nós como mesmo aqueles que trouxeram à tona alocações mais radicais de oposição ao governo de João Durval, não divergiu de seu principal empreendimento enquanto gestor público, chegando a ressaltar que iria trabalhar para esta modernização da cidade, é neste momento onde o tom do discurso se torna mais ameno.

Mais do que isso, identificamos nessa base do governo os que testemunharam e denunciaram supostos atos subversivos, os indícios de ligações entre civis e militares em Feira, a condenação destes sujeitos eliminavam as oposições mais emergentes em prol de um projeto que se queria fazer hegemônico e só poderia ser efetivado em consonância com os gestores maiores do país.³⁴⁰

³³⁷ 30º SESSÃO DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA PARA EXÉRCITO REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DO ANO DE 1970. PROCESSO Nº 22/69. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.V.

³³⁸ Inquirição de Testemunhas. 24 de abril de 1970. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

³³⁹ Depoimento de Luciano Ribeiro, colhido em 22/11/1995. Disponível no CEDOC, UEFS. Classificado 44.

³⁴⁰ Há uma lista bem maior de acusados de subversão, decidimos aqui preservá-la neste momento. Também decidimos não citar nomes em consonância com as orientações legais sobre uso de processos crimes e também optamos por não usar as iniciais de testemunhas de acusação. Alguns nomes que aparecem sendo acusados são em razão de já ser público o conhecimento do caso e seus nomes.

A sociedade civil e o projeto de modernização da cidade.

Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que se constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que aristocracia dominou dominaram o conceito de honra, fidelidade e etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade e etc.³⁴¹

Para Antônio Gramsci, a sociedade civil, seus desenvolvimentos na sociedade ocidental tiveram como consequência histórica uma reformulação do Estado em seu sentido puramente coercitivo. A sociedade civil comporta organizações que difundem pensamentos, ideologias, nela encontramos grupos, frações de classe, organizados para disputar ideais, avançar em posições no que tange a perspectivas de incorporação no conjunto do Estado moderno ocidental (sociedade civil e política) lutas por sua direção política, intelectual e moral através do consenso. Marx diz;

A sociedade civil abarca o conjunto do intercambio dos indivíduos no interior de um estagio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articula no interior como Estado.³⁴²

O Estado em seu sentido puro é revertido de coerção, dirigido pela classe dominante, é onde esta tem os mecanismos reunidos para monopolizar a repressão e violência, este Estado é controlado por um sistema burocrático. Para alguns,³⁴³ este é manifestação do poder político que acaba a guerra, porém,

(...) se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os feitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reinscrever

³⁴¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.p. 48.

³⁴² Idem, Ibidem, p. 74.

³⁴³ Ver: HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. & ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social: princípios de direito político**. 18. ed Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra. Em segundo lugar, quer dizer que, no interior desta “paz civil”, as lutas políticas, os confrontos a respeito do poder e pelo poder, as modificações das relações de força em um sistema político, tudo isto deve ser interpretado apenas como continuidades da guerra, como episódios, fragmentos, deslocamentos da própria guerra.³⁴⁴

O Estado é no capitalismo um instrumento segundo Marx;

(...) é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política.³⁴⁵

Já situamos, em outro momento do texto, o surgimento de grupos que tinham por objetivo a promoção da industrialização da cidade. O mais importante foi o CIFS, grupo que melhor expressou seu desejo de forma organizada e conseqüentemente obteve maior influência sobre o preparo de um projeto de industrialização local. A possibilidade deste projeto de industrialização deveria ser consensuado na sociedade civil e política e esteve diretamente ligado às oportunidades e interesses encontrados em órgão regionais e nacionais para interiorização da indústria.

A Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR) foi um órgão prioritário para a construção do projeto. Na presidência de Ulisses Barbosa (1967-1968) que já havia sido representante do órgão na Bahia, começou uma cruzada para a industrialização do interior, isto permitiu o encontro dos interesses do CIFS com a FUNDINOR, ampliando as relações institucionais e mais, a conjunção de uma fração de classe em formação na cidade, com frações que tinham um movimento em escala nacional.³⁴⁶ A FUNDINOR tinha o predomínio de grupos do Centro-Sul do país e buscava através de caravanas para mobilização de frações de classe dominantes locais, a adesão de grupos para expansão econômica das regiões ligando-se aos interesses do Centro-Sul, sendo que a primeira caravana do interior da Bahia visitou Feira de Santana,

³⁴⁴ FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto, Org. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005, 176.

³⁴⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.p. 76.

³⁴⁶ Os escritos que aqui serão expostos neste tópico, estão baseados principalmente nos textos de: MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009. (Dissertação) & SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002. (Dissertação)

convocando de lideranças de grupos como o Lyons Club, o Rotary Club, Associação Comercial entre outros.³⁴⁷

Foi criado na cidade o primeiro comitê baiano para fomento da indústria, a Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana (PRODEFESA), transformando, segundo Monteiro, a antiga reivindicação de um “bairro industrial” em um projeto que visava “dirigir os rumos do conjunto da cidade” ampliando o “raio de ação do CIFS”.³⁴⁸ O argumento local para a implantação da industrialização baseava-se no risco de perda do ritmo de progresso que poderia ser ocasionada pelo isolamento, pois segundo o CIFS e a FUNDINOR, as benesses da localização de entroncamento rodoviário eram instáveis, a cidade precisava consolidar uma capitalização dos empreendimentos aproveitando as políticas de financiamentos e incentivos fiscais. Mas havia mais que isso, o objetivo era promover o crescimento do empresariado local, e as possibilidades externas colocadas pelos grupos do nordeste da Bahia, coadunados pelo antigo projeto da SUDENE, alavancavam as frações locais. Em 1967 veio a calhar o I Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia em Vitória da Conquista³⁴⁹ objetivando a formulação de um modelo político de desenvolvimento industrial para o Estado, combinando as iniciativas privadas com a do setor público, integrando os esforços da SUDENE, governo estadual e Federação das Indústrias da Bahia.³⁵⁰

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada com intuito de diminuir as diferenças econômicas regionais entre o Centro-Sul do país e o nordeste. O órgão compreendia que os poderes dos latifundiários da região prejudicavam o desenvolvimento e a modernização do Nordeste. Com orientação de Celso Furtado como Secretário Executivo - e com a autonomia que lhe fora concedida enquanto autarquia - foi desenvolvida estratégias de atuação da Superintendência, sendo modificada com a ditadura a partir de 64. A SUDENE foi uma iniciativa influenciada pelas teses Cepalinas³⁵¹ sendo que

³⁴⁷ MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia:** ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983), Feira de Santana, 2009, p. 62-64. (Dissertação)

³⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p.64.

³⁴⁹ Já havia ocorrido no ano de 1965 um encontro para empresários do Centro-Sul do país para debater a importância da iniciativa privada no desenvolvimento do nordeste. SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade:** o sonho da industrialização. UFBA, 2002, p. 47.

³⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 67.

³⁵¹ A Comissão Econômica para o Planejamento da América Latina (CEPAL) foi criada em 1949, abrigando intelectuais como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Esta produzia análise sobre o desenvolvimento capitalista da América Latina a partir da concepção de desenvolvimento desigual e combinado e propunha soluções para questões econômicas do continente.

A industrialização preconizada pela CEPAL, enquanto estratégia de desenvolvimento, absorveria o excedente de mão-de-obra não empregado nas atividades primárias e seria responsável principalmente em substituir inúmeros produtos da pauta de importações. Essa “substituição de importações” não deveria se restringir apenas aos artigos de consumo, mas se estender até à produção de máquinas e equipamentos (bens de capital). Dessa forma, o desenvolvimento local (tão almejado) seria internalizado sem estar sujeito a determinações das economias externas de outros países.³⁵²

No mesmo ano de 1967, Luís Viana havia lançado o Programa de Industrialização do Interior (PROINTER) e a cidade recebia o seu I Encontro para o Desenvolvimento de Feira de Santana patrocinado pelo poder público, CIFS, ACFS entre outros.³⁵³

A cogitação da industrialização do interior seria realizada com capitais diversos, internacional, estatal e nacional, pois com isso havia a possibilidade de completar o parque industrial da capital subsidiando-o, e aliviar as tensões sociais.³⁵⁴ Crescer e conter se juntava com interesses locais que ganhavam caráter organizado, no conjunto do Estado ampliado, ARENA no executivo e na câmara e os agrupamentos privados na sociedade civil.

A importância da leitura dessas movimentações na sociedade civil nos ajuda a ficarmos cada vez mais próximos de uma explicação convincente dos motivos que levaram à consolidação de um projeto de modernização da cidade. Os grupos e frações de classe surgidos em Feira que se moveram na busca do consentimento com esse projeto, sabiam de suas limitações estratégicas.³⁵⁵ Foi necessário incorporar ao plano, objetivos que favorecessem outras frações da sociedade, comerciantes, setor agrário e mesmo trabalhadores deveriam ter certas benesses. O CIFS disputou constantemente a sociedade civil e pressionou a sociedade política para definir as bases para industrialização, para captação de recurso e planejamentos necessários para consolidação desta. Os jornais locais demonstram a busca contínua do convencimento, em 1967, Manoel Falcão assume o cargo de vereador, posição estratégica para a disputa que mostra a ascensão de um representante direto da industrialização atuando agora na sociedade política. Em 1968 na inauguração do Centro de Educação Profissional do SENAI, realizado por João Durval, Manoel e Ulisses Barbosa Filho, presidente da

³⁵² SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002, p. 21.

³⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 68.

³⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 53.

³⁵⁵ Quando é fundado a AIFS, a Câmara de Vereadores passa receber seus boletins. Ver Atas da Câmara Municipal de Vereadores. 1965.

FIEB, e o governador Luís Viana; Ulisses disse ser “apenas uma inauguração de centro profissional”. Parte de um programa entusiasta para a Bahia em que pesava o papel de Manoel como preponderante pelo seu “dinamismo” na presidência da PRODEFESA.³⁵⁶ Depois de articulados os representantes na sociedade civil deste projeto, era o momento de institucionalizar as pretensões na forma política, escolhia-se o porta-vozes do projeto e definiam-se os mecanismos necessários para sua efetivação. Era o período da vontade coletiva nascida das frações de classe atingir um caráter mais amplo na sociedade política.

A Associação Comercial de Feira de Santana.

O comércio de Feira de Santana desde seus primórdios foi fator preponderante para seu crescimento político, econômico e social, o dito “progresso” da cidade sempre esteve associado à expansão das relações comerciais estabelecidas principalmente no centro urbano do município.³⁵⁷ No período estudado ainda havia o predomínio das atividades comerciais como as que mais cresciam. No PDLI elas foram apontadas com um índice de crescimento acima de 100% no período entre 1950 e 1960. Segundo Guilherme Lopes, os comerciantes sempre associaram o “desenvolvimento do comércio ao progresso da cidade, fortalecendo assim a sua posição dominante”.³⁵⁸

A ACFS surgiu em 1945 um momento quando

Os comerciantes feirenses estavam atentos às mudanças em curso e preocupados em caminhar “*pari passu*” com era das transformações, decidiram se organizar enquanto classes produtoras visando contribuir para o progresso da cidade e o desenvolvimento do comércio através da defesa dos seus interesses mediante a criação de uma entidade de classe.³⁵⁹

³⁵⁶ MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 71.

³⁵⁷ Ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado), OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. **De Empório á Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. (Dissertação), PACHECO, Larissa Penelu. Trabalho e costume de feirantes de alimentos (1960-1990). Feira de Santana: 2009. Dissertação (Dissertação), SILVA, Aldo Jose Moraes. **Natureza sã, civilidade e comercio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)**. Salvador, BA, 2000. (Dissertação), ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana um estudo de historia colonial**. 1990. (Dissertação).

³⁵⁸ LOPES, Guilherme Augusto Almeida Santos. **A Permanência de uma hegemonia: comerciários e comerciantes varejistas em Feira de Santana entre 1970 e 1992**. Feira de Santana: UEFS, 2006. (mimeo)

³⁵⁹ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos (Org.). **HISTÓRIA E MEÓRIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA 1945-2005**. Feira de Santana, 2005, p.13. (mimeo) Com a reforma da sala do arquivo da Associação Comercial de Feira de Santana para posterior organização de

A autora se refere ao processo de crescimento da produção e consumo de bens domésticos, aparelhos elétricos, artigos têxteis, enlatados e etc., que são importados para venda em Feira. O nascimento da ACFS teve a participação de personalidades como Arnold Silva e João Marinho Falcão. Articulou interesses particulares dos comerciantes e os projetaram para a disputa em torno de projetos políticos, em 1970-71 a ACFS ganhou o título de Utilidade Pública Municipal.³⁶⁰

Foi possível compreender durante a pesquisa a participação direta da ACFS nos rumos políticos da cidade, interferindo em decisões através de formulações de proposições e pressão no executivo e legislativo, com representantes do setor que ocupavam cargos eleitorais e mesmo o envio de sugestões à câmara. Tentando garantir seus objetivos de “defender, orientar, coligar e instruir as classes” em parceria com outros órgãos “representativos de classe” da Bahia e do país, “indicando aos poderes competentes soluções práticas” para problemas de quaisquer assuntos relacionados aos seus interesses de classes “tendo em vista o bem coletivo”,³⁶¹ a Associação realizou cursos, palestras, seminários, encaminhamentos e solicitações aos poderes locais, federais e estaduais e estabeleceu parcerias com diversas entidades “em especial a Associação Comercial da Bahia”³⁶² e também participou de vários conselhos da cidade.

No governo de João Durval foi coadjuvante da solicitação ao governo do Estado da Bahia para constituição do sistema de abastecimento de água para o município.³⁶³ Interferiu diretamente na contenda pela pavimentação de rodovias, como na participação de mobilizações em Santo Amaro para asfaltamento via de ligação de Feira com esta cidade.

A Associação Comercial desenvolveu papel importante para organização do projeto de modernização da cidade. Desde seu nascimento defendeu a tese do progresso da cidade e de sua modernização através da reorganização do espaço urbano, melhores investimentos em reurbanização, controle do trânsito no centro da cidade e outros temas de interesses diretos. Mesmo antes da criação de órgão de defesa da industrialização, esta

seu acervo, não tivemos acesso aos arquivos, porém nos foi cedida uma cópia do livro citado acima que foi fundamental para pensarmos a relação desta com a cidade.

³⁶⁰ Idem, *Ibidem*.

³⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 42.

³⁶² Idem, *Ibidem*, p. 42. A associação Comercial da Bahia foi segundo Dias, um canal de propagação do anticomunismo no Estado. Ver: DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, p.44. (Tese).

³⁶³ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos (Org.). **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA 1945-2005**. Feira de Santana, 2005, p.47. (mimeo)

já debatia a modernização da cidade e falava em industrializar o município. Chegou a tentar a fusão entre ela e o CIFS, aprovada em 1968 pelos comerciantes,³⁶⁴ o que pode ser compreendido pela defesa da tese dos próprios comerciantes da possibilidade e estabilidade econômica por meio da indústria, diferente do argumento da localização enquanto entroncamento.³⁶⁵ Foi pensada também a união com o Sindicato Rural.

A ACFS acompanhou debates importantes na Câmara e sempre participou de reuniões do CIFS. Sua direção foi lugar comum de passagem de vários políticos, antes, durante, ou mesmo depois da chegada a cargos eletivos ou por comissão. Entre 1961 e 1971, ocupou cargos na ACFS, Áureo Filho (Junta Deliberativa entre 1961 e 1963), importante para constituição do projeto de modernização da cidade como deputado e líder da Assembleia Legislativa do Estado no período de Lomanto Junior (1963-1967), quando tinha como “bandeira a educação”.³⁶⁶ Foi um dos fundadores da Universidade Estadual de Feira de Santana, segundo João Durval que se posicionou como admirador seu.³⁶⁷ Em 1963, Áureo

(...) procurou reviver com o Projeto de Lei por ele apresentado, a Lei 1802, de 25 de outubro de 1962, que criava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caitité e Vitória da Conquista.³⁶⁸

Teve como promessa do governador à composição de uma comissão para encaminhar o assunto, o que não vingou. Ele conseguiria resultados definitivos em seu empenho e com apoio do governador Luís Viana com a Lei 27884/67. Além do desempenho para a fundação de uma Universidade, Áureo também teve papel na busca da “regularização da energia para a cidade”³⁶⁹ e foi um dos fundadores do Rotary Club de Feira onde também ocupou o cargo de presidente. As ligações da ACFS com o projeto de modernização da cidade ficam mais compreensíveis quando identificamos seus interesses compondo o texto do PDLI, o Código de Posturas Municipal e o projeto Cabana. Já foi citado o estudo do caso da transferência da feira do centro da cidade.

³⁶⁴ MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 75.

³⁶⁵ Idem, Ibidem.

³⁶⁶ JUNIOR, Lomanto. Áureo, o Líder. In: AMORIN, Joselito Falcão (Org.). **Áureo de Oliveira Filho (1902-1976)**. Feira de Santana, 2002, p. 17.

³⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 69.

³⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 35.

³⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 144.

As mudanças do PDLI tinham por meta principal modificações na “produção econômica”³⁷⁰ do município. É muito objetivo no que refere à pretensão maior de integração econômica dos setores produtivos; comercial, agrário e pecuário e industrial, diz;

(...) as perspectivas regionais de crescimento econômico e das relações destas com a cidade sejam coerentes e se compatibilizem entre si, e, segundo, promover o aumento da renda urbana, através do crescimento das atividades econômicas e de ocupação para mão de obra...³⁷¹

O texto defende que esta seria a solução para o combate à desocupação, desemprego crescente que também preocupava a gestão. Os interesses do comércio aparecem expressos nas formulações principalmente do projeto Cabana e a mudança da feira e nos ajustes realizados pelo novo código de posturas que tinham suas orientações formuladas no PDLI. O Código de posturas tentou organizar os aspectos da produção de alimentos, gado, comércio no centro da cidade, divertimentos públicos e etc. Chamou-nos a atenção que o centro foi o principal alvo das orientações juntamente com o perímetro urbano são os focos das reorganizações orientadas pelo código: proibições de circulação de animais e criação deste na cidade, andar de patins em logradouros não destinados a tal fim, manutenção da ordem social nos bares por responsabilidade de seus proprietários, trajes adequados em cinemas e teatros e etc.³⁷²

A atenção dedicada aos impedimentos do Código atingiam diretamente as populações pobres vindas da zona rural em favor da concorrência de grandes comerciantes que, por meio desse código e dos projetos, institucionalizavam seus desejos. A proibição de buzinas e alto falantes impedia o caráter costumeiro dos que as usavam para chamar atenção para seus produtos. A decretação de ilegalidade da produção de hortaliças nos quintais no perímetro urbano evitava a produção dos trabalhadores que viviam da venda desses produtos nas feiras.

O projeto Cabana nitidamente estava vinculado aos grupos comerciais dominantes, estava contido nele o plano de construção de grandes galpões para comercialização de produtos da feira no centro de abastecimento. Estes galpões seriam especializados, “baseado agora na distribuição em grande porte dos produtos

³⁷⁰ PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009, p 121. (Dissertação).

³⁷¹ PDLI. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 1969.

³⁷² Código de Posturas. Feira de Santana, 1967.

alimentícios”³⁷³ o que mudava as orientações do governo de Chico Pinto e sua relação com o mercado de alimentos e sua priorização dos grupos mais pobres, mesmo que existisse no projeto espaços para pequenos produtores. Como já dito, sua pretensão maior eram as mudanças da feira para limpeza do centro em favor dos grandes comerciantes do atacado e varejo.

Vimos no conjunto da pesquisa à influência da ACFS no município transformando suas vontades em desejos comuns através da imprensa e eventos, da eleição de emissários, cartas, ofícios e etc. Sua influência certamente se prolongou na sociedade política pelo seu poder eletivo e o arranjo da UDN/ARENA por vários de seus componentes. Importante afirmar que na participação de órgãos de classe na construção do projeto de modernização da cidade não foi encontrado nenhum órgão que representasse os trabalhadores, com a exceção do Sindicato Rural que também representava patrões.

Um Príncipe moderno feirense

Tarefa educativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do continuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.³⁷⁴

Neste texto analisamos a UDN e a ARENA em Feira de Santana atentando para sua característica de partido organizador de um discurso do progresso e modernização da cidade no recorte entre 1954 a 1971. O discurso da modernização da cidade ganhou energia quando transformado em projeto/plano de modernização local empreendido no governo João Durval Carneiro (1967-1971) na prefeitura. Este agrupamento se tornou representante e porta voz de um projeto de busca por dominação política, direção intelectual e moral da sociedade local, portanto, um príncipe moderno nacional na cidade.

³⁷³ PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009, p 129. (Dissertação).

³⁷⁴ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000, Vol.3 p. 23.

A bibliografia mais recente sobre a ARENA,³⁷⁵ trouxe novas possibilidades interpretativas sobre o partido, dando-nos novos referenciais para a pesquisa. A problemática elaborada por Lúcia Grimberg questiona o papel da ARENA enquanto um bode expiatório para os militares. A fundação da ARENA surgiu pela necessidade do regime manter um sistema institucional que garantisse a sua sobrevivência. Era sabido dos militares no poder que não bastava o jugo das forças armadas para sustentação de um regime, principalmente um em que o processo de surgimento foi pela tomada do Estado em nome da defesa da democracia. O regime precisava de sustentação, a transição de Castelo para Costa e Silva deveria ocorrer com tranquilidade e apoio que não fosse somente o militar.³⁷⁶ O AI-2 foi em parte expressão/resultado de conjunturas. Castelo precisou encontrar alternativas para os rumos do país, pois a existência do pluripartidarismo e de certa liberdade de expressão inviabilizava a sustentação do regime, já que a oposição através de denúncias e votações contrárias aos militares tornava a conjuntura insegura para o ditador e seus aliados. Alguns grupos levaram a instituição do ato como o ajuste legal da eleição indireta para presidente, maior autonomia para perseguição através de condenações que viriam da investidura do Ato à Justiça Militar no julgamento de civis que cometessem crimes contra a segurança nacional.

A eleição de 1965 que deu a antigos apoiadores de JK cargos eletivos preocupou os militares e foi um motivo para reação com o AI-2, porém, este tratou “de um conjunto de medidas de alcance muito maior, que na verdade, ensejaram a retomada da “operação limpeza”, tal como desejava a linha dura”.³⁷⁷ Nesta ocasião a linha dura mostrava a sua força de delinear os caminhos que posteriormente levariam ao AI-5. A linha dura reclamava no governo Castelo uma série de questões e propunha soluções sistemáticas, assim enumerou Carlos Fico sobre os fatores e exigências que levou este grupo ao AI-2:

(...) ampliação do número de punições; pedido de prorrogação do Ato Institucional no que se refere às punições sumárias; boatos de sobre a decretação iminente de estado de sitio quando da aproximação da data-limite de 15 de junho de 1964; demanda por uma lei de inelegibilidade que

³⁷⁵ GRIMBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

³⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 85.

³⁷⁷ FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, 74.

afastasses candidatos indesejados; insubordinações militares; declarações sobre a perda de rumos da “Revolução”.³⁷⁸

Para nós, um fator importante depois da publicação do ato foi às manchetes de jornais que destacavam o silêncio da UDN sobre a extinção de partidos.³⁷⁹ A UDN aglutinou diversos setores da sociedade brasileira em torno de seu ideal anticomunista,

(...) caberia à UDN o papel ostensivo na divulgação das teses de “guerra revolucionária” Inspiradas pela Escola Superior de Guerra que se constituíram em arcabouço ideológico para congregação de todas as forças de centro e de direita(empresários, políticos, militares, imprensa, famílias, Igreja contra a ameaça comunista.³⁸⁰

O partido foi em parte a base da ARENA, que na cidade de Feira tem quase que a mesma composição. O AI-2 pouco alterou a UDN que na cidade que se converteu em ARENA, recebendo em suas fileiras alguns políticos que estavam ligados a partidos de base da UDN ou mesmo do PSD, assim como membros do PSD que em sua maioria, aqueles que não foram cassados, fundaram o MDB local.

A ARENA não seria simplesmente um bode expiatório. Se o fosse seriam pouco profundas as possibilidades dadas por nosso texto já que, seria razoável *a priori*, supor que os fatores que levaram à formulação e consolidação de um projeto de modernização estavam no exterior, exógenos à cidade, e seríamos ingênuos ao supor que este poderia ser interpretado como um projeto de hegemonia. Seria..., se não ocorresse à movimentação da sociedade civil local em torno de suas demandas e que a participação da UDN/ARENA não fosse fundamental na representação e apresentação pública do projeto como seu. A ARENA foi mais que bode expiatório, localmente ela formulou, disputou e realmente se articulou com os militares, pois foram eles que deram a possibilidade de sua volta ao poder.

Lucia Grimberg ofereceu uma nova possibilidade para entender o partido da ARENA através do entendimento do que a fazia ser um partido. Contrariando as análises que retiravam a possibilidade de existência real enquanto partido pelo que ela não realizava, não tinha para tal, a autora insere para compreensão aquilo que ela tinha. A ARENA pode organizar suas demandas internas e de interesses diversos em relação à

³⁷⁸ Idem, Ibidem, p. 75.

³⁷⁹ GRIMBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 60.

³⁸⁰ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Paz e Terra, 1981. p. 124.

ditadura, mesmo que fosse um período de intensa participação dos militares com consiguiente intervenção nas relações política, retirando o monopólio deste campo dos políticos profissionais, que viviam de e para o campo político.

Podemos encontrar na ARENA, mesmo sem negar a sua condição primária de sustentação do sistema, formulações autônomas e mesmo contrárias ao regime, continuidades da UDN:

Ao investigarmos as circunstâncias de extinção dos partidos, o que encontramos foi o esforço de várias lideranças para preservar as características de seus partidos nas novas organizações que seriam criadas, o que evidentemente, aponta para a importância dos mesmos...³⁸¹

Podemos observar que em Feira houve a continuidade do discurso udenista além de suas lideranças e representações, e a ARENA foi escolhida em 1966 como porta voz de seu maior empreendimento. A ARENA inspirou-se naquilo que dava coerência e unidade nacional à própria UDN, o anticomunismo, sendo que na sua seção regional se apoiou mais em seu “grande” projeto que estava sendo levado à frente.

Gramsci advertiu:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequada a elas.³⁸²

A ARENA tem por função na cidade dar a forma e consolidar o projeto de modernização, atentando para um fator que era a seleção da massa atuante e de ser porta voz e articulador do projeto que deveria ser da sociedade política. Afinal eram exatamente os contornos que este projeto atingia, a proporção política que ele ganhava, que poderia torná-lo efetivo. João Durval foi à “bola da vez”, referência na cidade como vereador e pela instigada rixa com Pinto em uma eleição que teve várias urnas impugnadas³⁸³ e uma derrota por pequena margem de votos. Ele tinha as características necessárias que o colocavam em sincronia com as exigências da ARENA para as eleições de 1966 listadas:

³⁸¹ GRIMBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 62.

³⁸² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002, Vol.1 p. 105.

³⁸³ Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia.

a) Dispor de bom trânsito nos meios políticos e revolucionários; b) Ser filiado à ARENA; c) Não ter antagonismos frontais com o presidente da República e o governador do estado nem, de modo geral, com a orientação administrativa de nenhum deles; d) Não ser elemento de posições radicalizadas, nem ter comprometimento com erros e vícios do passado, notadamente com corrupção e a subversão; e) Poder reunir em torno de seu nome a maioria dos representantes da ARENA na Assembleia Legislativa; f) Permitir por sua formação moral, plena confiança quanto a manutenção dos compromissos com o atual esquema político da ARENA ou do partido em que ela se transformar e bem assim com o presidente da República a ser eleito pela ARENA.³⁸⁴

João Durval se adaptava em todas as orientações dispostas pelo partido e, exerceria uma função específica para o projeto assumido pelo grupo. Ele seria o *político em ato*, que “é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação dos seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva...”.³⁸⁵ A realidade efetiva é compreendida como as relações de forças existentes, o *político em ato* se move nela fortalecendo as forças que se consideram progressistas para criação de um novo equilíbrio, movimento que Gramsci diz estar dentro da realidade efetiva para dominá-la e superá-la, ou contribuir para isso. O *político em ato* se ocupa com o “dever ser”, paixões e posições. Através de atos realizados por João Durval, pensando a industrialização, desde sua vereança quando prometia esta, encontramos a sua pretensão de criar novas relações com seu projeto e assim visualizou e tentou concretizar o que “deveria ser” a cidade.

O político em ação foi escolhido entre muitos outros que poderiam ser representantes do projeto. Mesmo Joselito Amorim que foi o primeiro no executivo a falar da industrialização da cidade não conseguiu ser o arauto do projeto. João Durval se tornaria em seu mandato o arauto da modernização da cidade, articulador do projeto para todas as classes e suas frações.

Para a constituição de sua imagem como arauto deste projeto foi preciso estabelecer um discurso comum na mídia local que fortalecesse sua imagem enquanto tal. Os jornais impressos cumpriram bem a função, Folha do Norte, Feira Hoje e Situação foram os responsáveis pela opinião pública.³⁸⁶

³⁸⁴ ALZIRA, Abreu (coord.). Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. Apud DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, p.25. (Tese).

³⁸⁵ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000, Vol.3 p. 35.

³⁸⁶ Tínhamos a rádio Sociedade de Feira no período, mas não encontramos pautas de programas ou qualquer documentação que nos ajudasse na pesquisa, porém nos jornais muitas vezes eram publicados

Este último acompanhou prontamente a gestão de João Durval e disputou a opinião. Após a polêmica posse do prefeito o jornal publica um texto sobre ser prefeito que reproduzimos abaixo.

Vivemos em uma estrutura política em que se baseiam os nossos partidos, já superada. O que o povo quer não é mais homens que apenas preenchem vagas de outros políticos de visão ultrapassada. O que o povo exige é que os políticos novos que surgem, tragam em si esta independência necessária aos bons governantes justamente com idéias novas, capaz de sepultar tudo que a própria evolução superou.³⁸⁷

Segundo, o Jornal disse que João Durval “Tomou para si a grande responsabilidade de resolver o problema da Universidade, água e esgoto de Feira de Santana”, e continua, no mesmo número, promovendo uma leitura sobre a posse e o discurso de Luciano Ribeiro. Segundo o referido jornal, João Durval não teria oposição na câmara, pois segundo o vereador arenista José Ferreira Pinto, Luciano Ribeiro, Nóide Cerqueira e José Falcão da Silva do MDB, entraram em acordo com o prefeito de lutar pelo bem coletivo, o prefeito era “a esperança de um povo”. Não foi exatamente este o teor do discurso dos vereadores, porém já pudemos ver o que gerou esse dia na Câmara.

Em julho de 1967 os esforços da industrialização e modernização começavam a demonstrar seus caminhos. Foi à primeira visita de Rubens Costa, Superintendente do Banco do Nordeste e ex-presidente da SUDENE no governo Castelo Branco, recebido pelo prefeito para falar das potencialidades para indústria observando o seu crescimento e discutir possíveis investimentos de recursos do Banco aqui. No Jornal Situação, este aparece numa foto ao lado do prefeito, acompanhada de um texto que dizia que Rubens Costa “comprometeu-se moralmente”³⁸⁸ a ajudar o movimento industrializante no que fosse possível. Em 15 de junho Ângelo Sá, Secretário de Indústria e Comércio da Bahia havia disse que a “industrialização de Feira é minha meta”,³⁸⁹ e no dia 23 o governador do estado Luís Viana garantiu; “Nossa Feira terá Água do Paraguassu em meu governo”³⁹⁰ no momento em que o prefeito o entregou dois relatórios com cerca de 30 mil assinaturas apoiando a vinda da água do Paraguaçu. O prefeito ainda é provocado por Ulisses Barbosa, que realizou contatos também com Manoel Falcão presidente do CIFS,

debates que começavam na rádio. O teor do que é encontrado em jornais sobre rádios em Feira não é nada diferenciado dos textos dos jornais.

³⁸⁷ Jornal Situação, 07/04/1967.

³⁸⁸ Jornal Situação, 16/06/1967.

³⁸⁹ Jornal Situação, 15/06/1967.

³⁹⁰ Jornal Situação, 23/06/1967.

a doar um terreno para o SESI para construção de um centro social para os operários, próximo ao estádio. O centro, que leva o nome de João Marinho Falcão, está em pleno funcionamento até a atualidade.

Escrevendo sobre o primeiro ano de governo de JD e seus compromissos firmados para a modernização do município, vários contatos são estabelecidos e há um intenso esforço do executivo para captação de recursos e trazer novas empresas, após o primeiro ano de governo este avaliava sua gestão;

Levamos para o Govêrno da Feira de Santana a convicção plena de que o progresso da nossa terra estava necessitando de obras de infra-estrutura, que alicerçasse em têrmos concretos, o seu futuro. Construir o presente, mas com o pensamento voltado para o futuro, tem sido a constante da nossa administração, certo de que olhando o futuro estamos realizando o mais proveitoso para a Feira de Santana. Procuramos, nestes doze meses, conduzir a Feira de Santana dentro de um clima de paz, tranqüilidade e harmonia, que possibilite ao seu povo condições de trabalhar e produzir, entrelaçando a fôrça do público com a fôrça da iniciativa privada. A Feira de Santana atravessa um momento difícil da sua História. Necessita, urgente, de desenvolver-se, de maneira considerável, no setor econômico, para que possa realizar as grandes obras de que precisa. Este é o momento da arrancada definitiva da Feira de Santana para o seu magnífico destino. E, para isso, ela convoca todos os seus filhos e habitantes, todos os que aqui empregam os seus esforços. O desenvolvimento da Feira de Santana é fator preponderante para a vida do Município. A sua significação é tão grande que êle não pode ficar restrito a partidos, a grupos, a classes. Ele deve ser de todo um povo, um povo conscientizado, que tem a missão maravilhosa de lutar pelo bem e pela felicidade das gerações do porvir. E a meta primordial do nosso Govêrno é esta: a promoção do desenvolvimento em benefício do futuro.³⁹¹

No Folha do Norte as colunas de Emme Portugal acompanhavam as solenidades que demonstram passos para a modernização da cidade, doação de terras, termos para asfaltamento junto ao DERBA, entre outros. Emme foi um colunista conhecido na cidade, foi organizador da “marcha com Deus” em Feira em adesão ao golpe de 1964, fato importante que demonstra como os militares haviam conseguido apoio popular de alguns setores da comunidade. Em agosto de 1968 Emme avisa à comunidade em sua coluna dizendo “O Prefeito João Durval, desapropriou esta semana, mais uma área de 70 mil metros destinada a expansão industrial. Vamos industrializar a Feira”.³⁹² Uma constante foram esses textos comunicando as homenagens e visitas que o prefeito recebia as empresas que vinham trazer suas instalações para cidade e principalmente os eventos sociais e culturais frequentados por grupos de elitizados da cidade.

³⁹¹ Jornal Folha do Norte, 20/04/1968.

³⁹² Jornal Folha do Norte, 24/08/1968.

Na equipe administrativa do executivo que contava com os jornais em pleno vapor apoiando a meta da modernização com foco principal na indústria, cargos importantes são ocupados por pessoas estratégicas, na URBIS o ex-prefeito Joselito Amorim, e na assistência direta do prefeito, Helder Alencar, também colunista do Folha do Norte. Todos os jornais tiveram membros de suas equipes editoriais ocupando cargos comissionados na gestão do então prefeito.

Para ser convincente e não dividir os grupos dominantes dos setores econômicos da cidade, o prefeito articulou no PDLI um discurso de unidade política para crescimento econômico dos setores mais ricos do município, assim que o PDLI informava:

Tudo leva a crer que estê venha a ser o mais importante passo para o desenvolvimento da cidade. A indústria poderá induzir o crescimento dos demais setores por seu poder dinâmico de aumentar a demanda de bens agrícolas, e de serviços. Assim seu crescimento geraria novos empregos diretos e indiretos, e faria crescer a renda da comunidade.³⁹³

Em seu segundo ano de gestão o prefeito assinou convênio com a Secretaria Estadual de Agricultura para construção de mais um pavilhão para o Parque de Exposição, local do comércio de gado e derivados da agricultura que atendia anseios de produtores rurais. Em 1969 na II Exposição de Animais e Produtos Derivados, o prefeito reconheceu a importância do setor, do comércio e etc. falando sobre a possibilidade da indústria trazer maiores benefícios econômicos para o crescimento deste.³⁹⁴ O emprego apareceu como prioridade, pois a cidade vivia o crescimento do número de desempregados, o que preocupava os empresários e o executivo. A mendicância demonstrava um pouco da situação da falta de trabalho e possíveis soluções eram encaminhadas pelo prefeito como doação as campanhas de cobertor de Emme Portugal e a através de obras de amparo da Secretaria de Assistência Social, como sua solicitação de verba no valor de 100 milhões de cruzeiros à Câmara para um Centro de Recuperação de Mendigos.³⁹⁵ A educação também foi foco de investimentos, ampliações de prédios escolares, aumento do número de estudantes no ensino gratuito,

³⁹³ FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana**. Feira de Santana: COPLAN, 1968, p.154.

³⁹⁴ MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 94.

³⁹⁵ Jornal Situação, 16/06/1967.

contratação de muitos professores e aumento da verba da Residência Universitária Feirense, contando segundo Mattos, com a “experiência, dinamismo e ampla visão de sua esposa **Yêda Barradas Carneiro**, então à frente da Secretaria de Educação e Cultura do Município”, ³⁹⁶ além do maior feito, a criação junto com Luís Viana, da Universidade de Feira de Santana.

O PDLI foi à síntese do projeto de hegemonia e ao mesmo tempo o instrumento de resultante de sua busca. Projeto de hegemonia que aqui estudamos o seu surgimento, e não a sua efetivação enquanto objetivo de consenso e através da atuação dos grupos dominantes na forma de frações de classes na esfera do que é o Estado ampliado no pós 1971. Segundo o Folha do Norte;

Esse planejamento definiu, perante o Brasil, com repercussões internacionais, a nova Feira em que estamos começando a viver, construída pelo igual espírito de compreensão do seu Governo, – Executivo e Legislativo – e do seu povo. São os resultados dessa política de compreensão e planejamento que trazemos hoje à apreciação desta Colenda Câmara. E começamos pela industrialização. Nossa comunidade, prestes a deixar de ser aquele <<porto rodoviário>> obrigatório, a que se referem os estudiosos de geografia econômica, percebeu em tempo a necessidade de iniciar, sem delongas, um novo ciclo de sua economia. O caminho escolhido não poderia ser outro que não o de transformar-se o centro pecuário comercial, já de avantajadas proporções, também, num parque industrial capaz de atender aos nossos mais justos anseios desenvolvimentistas. ³⁹⁷

Sabemos que João Durval e seu grupo tiveram como projeto de modernização local a busca da direção moral, uma nova forma dita moderna de comportamento civil e político, o domínio político nos campos de poder executivo e legislativo e direção intelectual exercida pelos grandes figurões da intelectualidade formal e orgânica da cidade como a dos jovens editores do jornal Feira Hoje, que se assumiram como fruto das novas necessidades da modernização da cidade.

Todos indagam: por que não temos um – ou mais de um – jornal à altura do progresso de Feira de Santana? Um grupo de jovens, incomodado de tanto ouvir essa pergunta, resolveu tomá-la como desafio. O resultado está aí em suas mãos. Desejamos ter uma ativa e constante participação política, equidistante, todavia, das paixões políticas, das lutas partidárias e de interesses outros que não reflitam os mais elevados anseios da comunidade.

³⁹⁶ MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983, p.24. (Negrito do autor)

³⁹⁷ Jornal Folha do Norte. 11 de abril de 1970.

Também não seremos governistas bajuladores, nem opositores sistemáticos. Um objetivo nos apaixona e nos obrigará sempre a ficar na primeira linha de ataque: o desenvolvimento de Feira de Santana – município e região – em todos os sentidos, seja econômico, social, político ou cultural.³⁹⁸

Na tentativa de encontrarmos as razões e os sentidos do projeto no conjunto globalizante, de intervenção em todos os setores da economia e integração destas entre si e com a economia externa ao município, percebemos que os planejamentos/projetos foram os principais instrumentos para captação de recursos, convencimento dos sujeitos e ao mesmo tempo, que estiveram entre os principais instrumentos de articulação das frações de classe local e com órgãos do governo fora da Bahia. Apreendemos as ligações de frações de classes de Feira com de outras regiões, a sua organização para a consolidação do projeto de modernização local através de seu arauto, João Durval. A institucionalização de um anseio particular pelo poder público demonstrou que as organizações de classes conseguiram atingir objetivos, a vontade coletiva de grupos tornou-se vontade maior e foram usados mecanismos para que ela se virasse de todos, “O PDLI instituiu formas técnicas e jurídicas para sua implementação, obrigando não apenas os particulares, mas também o poder público”,³⁹⁹ o plano “definiu as diretrizes do desenvolvimento e outorga poderes ao Escritório de planejamento Integrado para executá-lo”.⁴⁰⁰ O projeto teve João Durval como personagem central para a compreensão do momento, pelo papel exercido de articulador, escolhido pelos grupos locais para efetivação do desejo de modernização. Um príncipe moderno (partido) local foi encontrado na UDN e na sua continuidade histórica local como ARENA, únicas agremiações que desde a década de 1950, reuniu grandes empresários do diversos setores e que se organizou para tornar a ideia de modernização e industrialização da cidade um projeto eficaz.

³⁹⁸ Jornal Feira Hoje, 1971.

³⁹⁹ **1º Seminário Sobre o Desenvolvimento de Feira de Santana.** Caderno Feirense nº 07. P.14. Este documento encontra-se na Biblioteca Central Julieta Carteadó, Universidade Estadual de Feira de Santana.

⁴⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

CONCLUSÃO

O presente, o passado e o futuro.

Passou o primeiro momento da pesquisa, dizemos isso por que chegamos à conclusão que há muito por fazer na escrita da História de Feira de Santana. Buscamos realizar um estudo que pudesse ser capaz de compreender como emergiu e ganhou ânimo um projeto de modernização da cidade enquanto um projeto de hegemonia política. Sabemos de parte de nossas deficiências e desde o início especulávamos que o tempo seria curto para avançarmos mais.

Feira de Santana, no primeiro momento do golpe, foi tida como “cidade vermelha”, enquadrada num esquema de segurança nacional. Em 1964 a maioria dos vereadores juntamente com os militares depôs Francisco Pinto, apesar de caracterizado pelo jornal Folha do Norte como uma renúncia, para substituí-lo por Joselito Amorim, prefeito biônico, que fez um governo transição.

No momento político da ditadura civil/militar buscava-se um estado de “paz social”, estado ideal que impunha como estratégia a consolidação de uma imagem onde conflitos sociais desapareciam dos jornais para dar lugar a um ideal político “já realizado” e conquistar uma legitimidade dentro do ideal democrático, mesmo governando em um regime ditatorial.

Combatendo a memória e a notoriedade de Chico Pinto e as utopias de esquerda, Durval criou junto aos grupos dominantes da cidade sua própria utopia, um planejamento global da cidade para uma modernização acelerada. O projeto organizou ideais de frações de classes locais diretamente ligadas a projetos nacionais, com vistas a estabelecer uma relação de hegemonia sobre os sujeitos do município.

O projeto foi alimentado por uma forte publicidade, um discurso político intenso nos jornais, câmara de vereadores, comícios, rádios e etc., imbuído de sentidos ideológicos de busca de legitimidade. A forma de governar de Durval foi algo novo para a cidade, que nunca tinha vivenciado um crescimento urbano tão intenso e rápido, nem um projeto de modernização desta envergadura que atingiria Feira quase como um todo, ao menos na área urbana. O “futuro” era a grande promessa. O rompimento com o velho e a preparação para um novo presente.

O que não ocorreria no presente, certamente estaria por vir no futuro, este foi o estilo marcante nos jornais e em debates entre os vereadores no período. Planejar para executar, mesmo que o executor não fosse este, característica não muito comum entre prefeitos na execução de demandas de frações de classe na cidade. A cidade deveria progredir por fatores simultaneamente endógenos e exógenos, ou seja, a articulação local dos setores econômicos para sua integração, junto a articulação com programas de financiamentos e grupos externos ao município para conseguir trazer os benefícios necessários à consolidação do projeto. Chamamos a atenção também para o fato importante de programas federais e estaduais que previam a industrialização do interior.

Quanto à hegemonia, chegamos a uma conclusão de que não se tratava de um projeto de industrialização apenas, mas de um projeto de intervenção global no município, que conjugava interesses de várias frações de classes da cidade. O projeto previa a integração da economia local em todos os seus setores e entre si, e ao mesmo tempo a integração dessa economia local ao padrão de crescimento regional e nacional apoiado em programas de desenvolvimento do nordeste. Com sinceridade, atualizamos e aprofundamos mais aquilo que Andrei Valente sugeriu em seu texto: João Durval cumpriu o papel de arauto da modernização, *um político em ato*.

Contribuímos para compreensão do Estado ampliado no país e sua ampliação no município. Pudemos analisar momentos em que a sociedade civil tornou-se agente e protagonista do Estado (em sentido estrito). Feira de Santana viveu avanços históricos com seus grupos organizados em frações de classe na disputa pelo Estado de hegemonia (sociedade civil e política).

A atuação de João Durval como representante de grupos sociais dominantes e organizados em frações de classe em Feira de Santana, legou a cidade mecanismos de construção e manutenção de hegemonias emergidos do período do regime civil/militar entre 1964-1984. Dentre as heranças, a prática de governos municipais sucessórios que se baseiam em discursos que colocam a cidade como referência de modernização e “futuro”, e o desenvolvimento urbano como lugar de expressão da dominação política, da hegemonia.

A sociedade civil é um espaço importante para definirmos as continuidades das frações dominantes locais como detentoras da hegemonia. Organismos de classe ainda usufruem do espaço de disputa conquistado, como é o caso do Centro das Indústrias de Feira de Santana e da Associação Comercial de Feira de Santana. Espaços importantes de memória coletiva foram objetos de políticas de esquecimento, como o governo de

Chico Pinto, em decorrência da valorização de um governo “modernizador” de João Durval. Mas, como era de se esperar, Pinto também teve herdeiros que disputam o pertencimento filial e político do projeto desenvolvido em seu governo entre 1967 e 1971.

João Durval exerceu papel importante para a articulação local do bloco político conservador renovado, articulado a setores nacionais que produziam uma acomodação das forças políticas a partir do golpe de 1964. Ele se colocou como condutor e defensor político de um projeto local de modernização que estivesse articulado às novas configurações das relações sociais de força e política nacional. Deste modo é que representando setores das classes dominantes locais no campo político feirense, organizou as bases do novo modelo hegemônico da classe capitalista nacional e local na cidade.

Importante configuração política atual também se refere aos tempos das disputas entre a ARENA e o MDB. Herdeiros e militantes diretos, tanto da oposição como da situação na época, se mantêm na ocupação dos cargos públicos eletivos. Assim é que a identificação dos sujeitos do período estudado permite traçar alguns importantes momentos de suas trajetórias, transformações, e mais importante, definir as estruturas e as transformações dessas no campo político local.

Estudando o projeto de modernização (hegemonia) conseguimos identificar interesses e grupos que estavam por trás e aqueles que foram atraídos, o poder de barganha desses em relação ao poder público estatizado, num Estado que se ampliava cada vez mais. As pressões de frações de classes pela incorporação de projetos na sociedade política evidenciou esta compreensão. Podemos, agora, nos posicionar em relação a este passado!

FONTES

- Atas da Câmara de Vereadores 1954-1971. (Câmara de Vereadores)
- Leis e Projetos de Lei – 1954 e 1971. (Câmara de Vereadores)
- Projetos e Leis do Vereador João Durval Carneiro – UND. (Câmara de Vereadores)
- Relação dos Projetos de Leis Vereador Dr. Francisco José Pinto dos Santos – PSD. (Câmara de Vereadores)
- Depoimento de Luciano Ribeiro, colhido em 22/11/1995. Disponível no CEDOC, UEFS. Classificado 44.
- Código Municipal de Postura 1967. (Labelu)
- Jornal Gazeta do Povo 1959-1960. (Labelu)
- MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3ª Edição. S/E, S/L.1983. (Labelu)
- PAULO, Olney São. **Pinto vem aí**. Documentário, 1976. (Labelu)
- PEQUENA HISTÓRIA DE UMA ÉPOCA**. (Labelu)
- Jornal Feira Hoje 1971. (Museu Casa do Sertão)
- Jornal Folha do Norte 1954-1971 (Museu Casa do Sertão/ Biblioteca Municipal Arnold Silva)
- Jornal Situação 1967. (Museu Casa do Sertão).
- Revista Panorama de Feira de Santana**, nº 2. Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1º de outubro de 1983. (Museu Casa do Sertão)
- PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. (Biblioteca Central Julieta Carteador/ UEFS)
- 1º Seminário Sobre o Desenvolvimento de Feira de Santana**. Caderno Feirense nº 07. (Biblioteca Central Julieta Carteador/ UEFS) 30ª SESSÃO DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA PARA EXÉRCITO REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DO ANO DE 1970. PROCESSO Nº 22/69. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP
- AUDITORIA DA 6ª REGIÃO MILITAR. EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA. PROCURADORIA MILITAR, Fl. 5, Salvador, 03 de novembro de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

Ofício enviado da Diretora do Colégio Estadual ao Sr. Major Encarregado do IPM. Feira de Santana – Bahia, 11 de abril de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3º ed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- BADARÓ, Marcelo. Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia. **REVISTA História & Luta de Classes**. Nº 1 - Abril – 2005
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Paz e Terra, 1981.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
Brasília: Pax, 1993.
- BRITO, Charlene José de. **Presença Protestante Progressista em Feira de Santana: um Trabalho Ecumênico de Ação Social (1970-1990)**. Feira de Santana, UEFS, 2008. (Monografia).
- CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967**. (Monografia)
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. 2. ed. rev. e aum Campinas: Universidade de Campinas, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- CERQUEIRA, João Batista de. **Assistência e caridade: a história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana**. Feira de Santana-BA, 2007.
- COSTA, Egberto Tavares. **Caminhando e servindo: 60 anos do Rotary Clube de Feira de Santana**. Feira de Santana: Radami, 2001.
- DANTAS NETO, P. F. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Quebra da casca do ovo:** A elite baiana e a obra do golpe 1964. http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf, acesso em 08/04/2008.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Surf nas ondas do tempo:** do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. Cadernos do CRH, Salvador, v. 39, p. 213-255, 2003.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio:** as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, p.18. (Tese).

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do estado e Civilização, V 2. 2. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão:** vitória do trabalho e da honra.

FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto:** a Frente de Mobilização Popular. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano:** livro 4 : o tempo da ditadura : regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O Golpe de Estado de 1964 na Bahia.** http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf. Visto no dia 31/08/2008.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** Versões e controvérsias sobre a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O grande Irmão:** da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964-1985).** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil.** Brasília: EDUNB, 1981.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. 3ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do poder.** 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 137-138.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana.** Salvador: s.n., 1998. (Dissertação de Mestrado).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do Trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005.

GOMES, Igor. **Na contramão do sentido:** origens e trajetórias do PT de Feira de Santana. (1979-2000). Niterói: 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira:** das ilusões perdidas a luta armada. 4. Ed São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antônio; DE FELICE, Franco; PARLATO, Valentino. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930 - 1964).** Salvador: 1982. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.

HIPPOLITO, Lúcia. **De Raposas e Reformistas:** o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil.** 5. ed São Paulo: Perspectiva, 1987.

LEONY, Yolanda Cruz Barreto. **Experiência de Organização de trabalhadores Urbanos em Feira de Santana (1945-1964)**. UEFS, 2009.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº57, jan-jun., 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3ª Edição. S/E, S/L, 1983.

MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Em Busca da Memória**: Práticas e Representações do Movimento Estudantil em Feira de Santana (1964-1969). Monografia apresentada no curso de especialização em Teoria e Metodologia da História. Feira de Santana UEFS, 2001.

MOTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia**: Ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana. (1963-1983). UEFS, 2009. (Dissertação de Mestrado)

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB**: semeadores da democracia: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos (Org.). **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA 1945-2005**. Feira de Santana, 2005. (mimeo)

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade**: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960). Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. **De Empório à Princesa do Sertão**: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). Dissertação. (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste; planejamento e conflito de classes. 6. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **A feira e a nova Feira**: tradição, costume e conflito em Feira de Santana-BA 1967-1977. Feira de Santana UEFS, 2007. (Monografia)

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60**: Rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo, ed. Ática, 2ª edição, 1993.

PARISSE, Tandja Andréa. **A sociedade civil no contexto da ditadura militar**: A experiência do MOC na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979. UEFS, Feira de Santana, 2001. (Monografia de Especialização).

PERUZZO, Dilvo. **Habitação**: Controle e Espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

PINTO, Raymundo A. C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla1971.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Ed. Itapuã, 1968.

POULANTZAS, Nicos Ar. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAMAIANA, Clóvis Frederico. **Do Empório a Princesa do sertão**: utopias civilizadoras em Feira de Santana. Salvador: FFCH UFBA, 1996. (Dissertação de Mestrado).

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**: princípios de direito político. 18. ed Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

SADER, Emir (org.) **GRAMSCI**: sobre poder, política e partido. 2. ed. São Paulo: Editôra Brasiliense, 1992.

SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade**: o sonho da industrialização. UFBA, 2002. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). **Revista Sitientibus**, nº 24, p31-44, Feira de Santana, UEFS, 2001.

SANTOS, Claudiana Ferreira. **O golpe Civil/Militar de 1964 em Feira de Santa: Visões e Versões de Militantes**. UEFS, 2009. (Monografia).

SILVA, Eunice Paranhos. **Cada macaco no seu galho: ampliação urbana da região sul/sudeste de Feira de Santana. (1960-2000)**. UEFS, 2008. (Monografia de Especialização).

SOARES. G. A. D., CASTRO. C. (Org.). **Visões do Golpe**. A memória sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão(1930-1950)**. UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado)

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Historia da Bahia**. 10. ed. São Paulo: UNESP, Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e Reformas no populismo**. SP. Editora da Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 24. Nº 47. São Paulo, 2004

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana, In: **A Pala Re-vista**. Feira de Santana, UEFS, 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991.

ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009.